

O agendamento da violência de género em tempo de pandemia  
Covid-19: os casos do *Público* e *Correio da Manhã*

MARIA INÊS DIAS DOMINGOS

DISSERTAÇÃO SUBMETIDA COMO REQUISITO PARCIAL PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE  
EM JORNALISMO

Orientadora:

Prof. Doutora Filipa Mónica de Brito Gonçalves Subtil

Professora Adjunta

Escola Superior de Comunicação Social

JUNHO 2021

## Declaração Anti Plágio

Declaro ser a autora do presente trabalho de investigação, condição necessária para a obtenção do grau de Mestre em Jornalismo. Atesto que a presente dissertação, com o título “O agendamento da violência de género em tempo de pandemia Covid-19: os casos do *Público* e *Correio da Manhã*” é um trabalho original, nunca submetido (no seu todo ou em qualquer das suas partes) a uma instituição de ensino superior para obtenção de um grau académico ou de outra habilitação. Declaro ainda que todas as citações aqui incluídas se encontram devidamente identificadas, e acrescento ter consciência de que o plágio pode levar à anulação do trabalho agora apresentado.

Junho 2021

A candidata,

A handwritten signature in blue ink that reads "Maria Inês Domingos". The signature is written in a cursive style with a large initial 'M' and a decorative flourish at the end.

## **Agradecimentos**

Em primeiro lugar, agradeço à minha orientadora, a Professora Filipa Subtil que, com os seus conselhos preciosos e elucidativos, guiou-me ao longo deste processo difícil e desgastante.

Agradeço à minha família pela paciência que demonstraram possuir e pelo apoio que me transmitiram, quando estava mais desmotivada.

Às minhas amigas do coração por me fazerem sorrir e por acreditarem em mim.

Aos meus amigos que me acompanharam durante o mestrado e com quem tive a honra de fazer trabalhos e viver momentos inesquecíveis.

Por fim, agradeço ainda às pessoas que me acolheram muito bem na SIC, durante o período do estágio, nos primeiros dois meses de 2020.

Este trabalho foi produzido num período atípico, sofreu muitas alterações, por vezes recuos, mas o sentimento de realização de o terminar, faz ter valido a pena.

O meu obrigada a todos

## **Resumo**

A presente dissertação reflete sobre a forma como a violência de género foi agendada pela imprensa nacional. O desenvolvimento teórico da investigação está ancorado à hipótese da função do *agenda-setting* dos *media* aplicada às notícias sobre violência de género. O principal objetivo do trabalho foi perceber de que forma a imprensa diária portuguesa (*Público* e *Correio da Manhã*) procedeu ao agendamento das peças jornalísticas deste tema, em tempos de pandemia de Covid-19. O *corpus* da análise foi trabalhado a partir de uma análise de conteúdo temática, que procurou responder aos três objetivos que orientam a presente investigação: analisar a dimensão estrutural dos jornais no espaço que dedicam às peças sobre violência de género (por exemplo a secção, a enfatização, o formato jornalístico e o tamanho da peça); comparar a dimensão textual dos jornais na construção das peças sobre violência de género (descrição dos factos, romantização, motivos do crime, etc.); perceber a quem é atribuído o protagonismo e como surgem caracterizados as vítimas e os agressores nas peças dos jornais, através de uma dimensão imagética. Concluiu-se que durante o período em análise a violência de género foi subestimada relativamente à violência doméstica.

## **Palavras-chave**

Violência de género; *agenda-setting*; *Público*; *Correio da Manhã*; pandemia Covid-19

## **Abstract**

This dissertation reflects on the way in which gender violence was set by the national press. The theoretical development of the investigation is anchored to the hypothesis of agenda-setting applied to news about gender violence. The main goal of this study was to understand how the portuguese daily press (*Público* and *Correio da Manhã*) proceeded with setting the agenda of journalistic pieces on this topic, in times of the Covid-19 pandemic. The corpus of the analysis was worked from a thematic content analysis, which sought to respond to the three objectives that guide this investigation: to analyze the structural dimension of newspapers in the space dedicated to news about gender violence (for example, the section, the emphasis, the journalistic format and the size of the piece); to compare the textual dimension of newspapers in the construction of news about gender violence (description of the facts, romanticization, reasons for the crime, etc.); to understand to whom the protagonism is attributed and how the victims and aggressors are characterized in newspaper articles, through the imagery dimension. It was concluded that during the period under analysis, gender violence was underestimated in relation to domestic violence.

## **Keywords**

Gender violence; agenda-setting; *Público*; *Correio da Manhã*; Covid-19 pandemic

## Índice

Introdução .....	1
1. O Agendamento nos <i>media</i> .....	4
1.1. Origem e desenvolvimento da hipótese .....	4
1.2. As críticas e as respostas à hipótese do <i>agenda-setting</i> .....	8
1.3. Como são constituídas as agendas? .....	11
1.4. Perspetivas para o futuro do <i>agenda-setting</i> .....	12
1.5. O agendamento dos media da violência de género .....	14
2. Da desigualdade social entre homens e mulheres à violência de género.....	17
2.1. Origens das reflexões em redor da desigualdade social entre homens e mulheres.....	17
2.1.1. Origens e desenvolvimentos do movimento feminista .....	18
2.2. O Género.....	23
2.2.1. A desigualdade de género .....	26
2.3. A violência de género .....	28
2.3.1. Como se define a violência? .....	28
2.3.2. A violência de género: origem do conceito e definições .....	29
2.3.3. Caracterização e construção da figura da vítima e do agressor .....	32
2.4. A discriminação contra as mulheres e a violência de género nos <i>media</i> .....	34
3. A violência de género no <i>Público</i> e <i>Correio da Manhã</i> em tempo de pandemia Covid-19 .....	40
3.1. Definição do campo de observação e dos critérios da análise de conteúdo.....	40
3.2. Análise descritiva dos gráficos .....	45
3.3. Discussão dos resultados .....	61
3.3.1. O espaço dedicado à violência de género, a nível estrutural, no <i>Público</i> e <i>CM</i> 61	
3.3.2. A construção textual das peças jornalísticas no <i>Público</i> e <i>CM</i> .....	64
3.3.3. A quem pertenceu o protagonismo no <i>Público</i> e <i>CM</i> ? .....	69
3.3.4. Caracterização das vítimas e dos agressores.....	71
Conclusão.....	72
Bibliografia .....	75
Anexos .....	81

## Índice gráficos

Gráfico 1 Jornal.....	45
Gráfico 2 Tamanho da peça.....	45
Gráfico 3 Mês.....	45
Gráfico 4 Assunto.....	46
Gráfico 5 Cruzamento Jornal – Tamanho da peça.....	46
Gráfico 6 Cruzamento Jornal – Enfatização.....	47
Gráfico 7 Cruzamento Jornal – Formato Jornalístico.....	47
Gráfico 8 Cruzamento Jornal – Assunto.....	48
Gráfico 9 Sexo do protagonista.....	48
Gráfico 10 Cruzamento Jornal – Atributo.....	49
Gráfico 11 Cruzamento Jornal – Motivo crime.....	50
Gráfico 12 Secção.....	50
Gráfico 13 Cruzamento Jornal – Continuidade história.....	51
Gráfico 14 Descrição Crime.....	51
Gráfico 15 Romantização História.....	52
Gráfico 16 Romantização – Assunto.....	52
Gráfico 17 Cruzamento Jornal – Ajuda vítimas.....	53
Gráfico 18 Ajuda vítimas – Assunto.....	53
Gráfico 19 Cruzamento <i>Público</i> Sexo protagonista – Assunto.....	54
Gráfico 20 Cruzamento <i>CM</i> Sexo protagonista – Assunto.....	54
Gráfico 21 Cruzamento <i>Público</i> Sexo protagonista – Atributo.....	54
Gráfico 22 Cruzamento <i>CM</i> Sexo protagonista – Atributo.....	55
Gráfico 23 Cruzamento Jornal – Fotografia.....	55
Gráfico 24 Personagens fotografia <i>Público</i> .....	56

Gráfico 25 Personagens fotografia <i>CM</i> .....	56
Gráfico 26 Fotografia/cenário <i>Público</i> .....	57
Gráfico 27 Fotografia/cenário <i>CM</i> .....	57
Gráfico 28 Cruzamento Jornal – Aspeto personagens.....	57
Gráfico 29 Cruzamento <i>Público</i> Quem são personagens – Aspeto personagens.....	58
Gráfico 30 Cruzamento <i>CM</i> Quem são personagens – Aspeto personagens.....	58
Gráfico 31 Cruzamento <i>Público</i> Aspeto personagens – Tipo de ação.....	59
Gráfico 32 Cruzamento <i>CM</i> Aspeto personagens – Tipo de ação.....	59
Gráfico 33 Cruzamento Jornal – Expressão de poder.....	60
Gráfico 34 Cruzamento <i>Público</i> Expressão de poder – Quem são personagens.....	60
Gráfico 35 Cruzamento <i>CM</i> Expressão de poder – Quem são personagens.....	60
Gráfico 36 Cruzamento <i>Público</i> Tamanho peça – Formato.....	62
Gráfico 37 Cruzamento <i>CM</i> Tamanho peça – Formato.....	62

## Introdução

A presente dissertação de mestrado propôs-se analisar a cobertura jornalística do fenómeno da violência de género em dois jornais diários portugueses: *Público* e *Correio da Manhã*. A investigação insere-se no quadro dos estudos feministas dos *media*. Sendo a violência doméstica um fenómeno endémico nas nossas sociedades, só muito recentemente os *media* lhe começaram a conceder alguma visibilidade nos seus espaços informativos, o que permitiu, de algum modo, trazer estes problemas para a discussão pública. A forma como o fizeram nem sempre foi a mais adequada, a mais ajustada em particular, para as vítimas, muitas das vezes mulheres, mas também homens, crianças e idosos ou pessoas dependentes. No caso concreto das mulheres, o que se tende a constatar é que certas representações mediáticas do sexo feminino tendem a reforçar e apoiar os papéis de género atribuídos a mulheres e homens, geralmente colocando as mulheres subordinadas aos homens (Richards *et al*, 2011). Esta visão constitui a sustentação da violência doméstica, em particular, mas também para a violência de género, ou seja, a perspectiva de que é “normal” exercer um poder sobre outro ser humano, com a ideia de que essa pessoa é inferior devido ao sexo com que nasceu.

No caso concreto desta pesquisa, interessa-nos especificamente a violência de género, entendida como qualquer tipo de ato violento com base no género que possa resultar em ferimentos nas mulheres, ocorra em contexto familiar, e pode incluir a violência doméstica, violação e tráfico (UN, 1994). São poucos ainda os trabalhos realizados por investigadoras e investigadores nacionais (ex. Simões, 2011; Cerqueira & Gomes, 2017) sobre a forma como esta realidade tem sido retratada nos meios de comunicação em Portugal. Esta investigação apresenta-se como mais um contributo para pensar este fenómeno num período muito particular da história do último século, que corresponde ao primeiro semestre de 2020, coincidindo em grande parte como o início da pandemia de Covid-19.

É hoje reconhecido pela academia que os *media* detêm uma influência e um poder forte nas audiências. Algo ou alguém que tem a capacidade de chegar a multidões através de diversos canais, deve ter a consciência que é tomado como um exemplo e, as coisas que faz, diz ou transmite podem ser replicadas por membros do público. A violência de género e, em particular, a violência contra as mulheres merecem uma cobertura mediática cautelosa do ponto de vista social e que não se limite a estar focada apenas no crime em

si. Partindo da hipótese do agendamento (*agenda-setting*), formulada e testada empiricamente pela primeira vez por Maxwell McCombs e Donald Shaw, em 1972, o objetivo a que nos propusemos foi então o de analisar a forma como os diários de âmbito nacional - *Público* e *Correio da Manhã* - agendaram este fenómeno nas suas páginas ao longo dos primeiros seis meses de 2020.

A prossecução desta investigação não esteve isenta de um conjunto vários de dificuldades e obstáculos decorrentes, em grande medida, do contexto pandémico que começamos a viver a partir de março de 2020, obrigando a alterações profundas ao longo do processo da sua realização. O trabalho começou a ser desenhado como um relatório de estágio em janeiro de 2020, quando ingressei como estagiária na SIC. Na segunda semana de março, o estágio foi suspenso e, durante vários meses, a entidade empregadora foi omissa quanto às possibilidades de regresso dos estudantes ao trabalho. Apesar de muita insistência por parte da coordenação do mestrado de Jornalismo e Gabinete de Estágios da Escola Superior de Comunicação Social, só em julho de 2020, a SIC confirmou a suspensão definitiva de todos os estágios. Perante estas circunstâncias, decidi, em conjunto com a minha orientadora, transformar aquilo que estava previsto ser um relatório de estágio numa dissertação. Por estas razões e porque muito trabalho estava já realizado, constam dos anexos desta dissertação, o diário de bordo e a história da SIC.

A pergunta de partida orientadora desta investigação é: *Como é que a violência de género foi agendada no Público e no Correio da Manhã no primeiro semestre de 2020?* Procuramos compreender quantas peças foram publicadas em cada diário; o espaço (tamanho da peça, secção, ênfase) que este assunto ocupou nestas publicações; perceber se os assuntos apresentavam continuidade; entender quem foram os protagonistas das notícias e como surgiram representados; a linguagem utilizada romantizava a violência? Que tipo de descrição foi dada aos crimes? De forma a responder a estas questões e outras, definimos três objetivos:

- I. Analisar a dimensão estrutural do *Público* e *Correio da Manhã* no espaço dedicado à violência de género;
- II. Comparar a dimensão textual no *Público* e *Correio da Manhã*, na construção das peças sobre violência de género;
- III. Perceber a quem é atribuído o protagonismo e como surgem caracterizados as vítimas e os agressores (dimensão imagética) nas peças do *Público* e *Correio da Manhã*;

O trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro constitui a primeira parte da revisão de literatura e é dedicado às origens e desenvolvimentos da hipótese do *agenda-setting*, dando particular destaque à longa e sistemática reflexão e investigação empírica levada a cabo pelos “pais” fundadores desta proposta - McCombs e Shaw. Na segunda parte do capítulo, concentramo-nos em dar conta dos estudos (de Portugal, Espanha e Brasil) que, partindo da hipótese do agendamento, a aplicam ao fenómeno da violência de género.

O segundo capítulo discute histórica e conceptualmente os conceitos de violência de género e violência doméstica, procurando situá-lo nos seus contextos históricos e sociais. Termina fazendo uma breve síntese dos trabalhos académicos nacionais e internacionais que têm estudado a representação da violência de género nos *media*.

O terceiro e último capítulo diz respeito à apresentação e discussão dos resultados decorrentes da análise de conteúdo levada a cabo aos dois jornais diários durante o período definido.

## 1. O Agendamento nos *media*

Sendo que nos propomos nesta investigação analisar o agendamento que a imprensa tem feito da problemática da violência de género em tempos de pandemia, dedicaremos este primeiro capítulo teórico às origens e desenvolvimentos da hipótese do *agenda-setting* (agendamento). O presente capítulo tem como objetivo principal providenciar uma base sólida e elucidativa, sobre esta teoria da comunicação, de forma a conseguir relacioná-la com a problemática da violência de género.

A teoria do *agenda-setting* foi cunhada pela primeira vez em 1972 pelos investigadores norte-americanos Maxwell McCombs e Donald Shaw. Esta hipótese enquadra-se numa problemática de investigação mais vasta que tem tido como objetivo estudar o protagonismo da comunicação de massa no desenvolvimento das cognições sobre os temas predominantes na esfera pública. Enquadrada nos estudos sobre opinião pública e comunicação política (Saperas, 1987, p. 53), a investigação sobre o *agenda-setting* tem-se vindo a estabelecer como uma das áreas de investigação com maior capacidade de atualização nos estudos dos efeitos dos media.

### 1.1. Origem e desenvolvimento da hipótese

O desenvolvimento deste programa de pesquisa ficou a dever-se ao texto “*The agenda-setting function of mass media*”, publicado, em 1972, no *Public Opinion Quarterly*, por Maxwell McCombs e Donald Shaw. Estes teóricos definiram a função de agendamento como resultante da relação que se estabelece entre o destaque no tratamento noticioso de um tema por parte dos *media* e as prioridades temáticas manifestadas pelos membros de uma audiência depois de rececionarem essas mesmas notícias. Esta abordagem coloca a hipótese segundo a qual quanto maior for a ênfase dada pelos *media* a um determinado tema, maior será a importância que os membros da audiência irão atribuir a esse mesmo tópico.

Podemos encontrar as origens desta hipótese nas menções que o cientista político Walter Lippman, em *Public Opinion* (1922), faz ao papel da imprensa na orientação da atenção dos leitores para os temas com maior interesse coletivo. Também o sociólogo Robert E. Park se referiu ao poder dos *media* para estabelecer uma ordem de preferências nas capacidades de destrição e nos temas presentes na imprensa (1925). Passados 40 anos, na década de 60, o cientista político Bernard Cohen afirmava que “A maior parte das vezes,

a imprensa não tem êxito dizendo às pessoas o que hão-de pensar, mas tem sempre êxito dizendo aos leitores aquilo que hão-de pensar” (1963, p. 120-121).

É, no entanto, o artigo de McCombs e Shaw que dará origem a um programa de pesquisa que se tem vindo a renovar desde há 5 décadas. Esta hipótese propõe a ideia de que os consumidores de notícias tendem a considerar mais importantes os assuntos que são veiculados com maior destaque na cobertura jornalística. A influência que os veículos de comunicação têm nas campanhas políticas e eleitorais é um dos exemplos de como a imprensa diz às pessoas não "como pensar", mas "em que pensar" (McCombs & Shaw, 1972). McCombs e Shaw procuraram comprovar esta hipótese através de uma investigação realizada em 1968, aquando das eleições presidenciais americanas que tinham como candidatos Richard Nixon (do Partido Republicano), Hubert Humphrey (do Partido Democrata) e George Wallace (do partido Americano).

Os autores começam por sublinhar/notar que a população em geral não tem experiência direta da vida político-partidária. Logo, a relação e os conhecimentos que adquirem sobre esta realidade concreta chega-lhes por via mediática. Significa assim que os *media* têm um papel vital naquilo que as pessoas conhecem do mundo em seu redor. As informações que o público recebe acabam por ser em “segunda mão” da parte dos *media*, ou seja, a informação que recebem sobre os candidatos não vem dos próprios, mas sim através de outro veículo – os *mass media*. No entanto, a sua intenção de voto pode não variar apesar das informações mediatizadas. Por isso, os *media* podem não chegar a influenciar a mudança de atitudes. Também existe uma variação na forma como as pessoas atentam nas informações políticas dos *mass media*, ou seja, existe uma diferença nas pessoas que, por iniciativa própria procuram a informação, enquanto outras são meros recetores da informação, sem nenhuma iniciativa em ir procurá-la. Os *mass media* forçam a atenção para determinados assuntos, têm a capacidade de construir as imagens públicas dos políticos e também podem sugerir aquilo que as audiências devem pensar. Os autores colocam a hipótese de que os *mass media* podem definir “a agenda de cada campanha política, influenciando a relevância das atitudes em relação às questões políticas” (McCombs & Shaw, 1972, p. 177). De que forma aconteceria esta influência na agenda pública? Através da hierarquização e seleção de certas notícias, que ordenariam os assuntos importantes para a população, criando um “espaço de consenso” (lista de temas importantes) (Varona & Gabarrón, 2015).

Como já referimos atrás, esta hipótese começou por ser testada na campanha presidencial norte-americana de 1968. O estudo visou uma comunidade de eleitores em Chapel Hill, na Carolina do Norte. O objetivo era compreender e comparar se aquilo que os eleitores desta localidade afirmavam ser as questões-chave da campanha, coincidia com o conteúdo real noticiado pelos *mass media* durante a campanha. Por outras palavras, pretendiam saber se existia uma relação entre os assuntos prioritários dos *mass media* e os assuntos prioritários do público, conseguindo, assim, influenciar a agenda política do momento (McCombs & Valenzuela, 2007). Os autores do estudo realizaram um inquérito com uma questão aberta sobre os assuntos mais importantes na eleição e as fontes de informação analisadas foram o *Durham Morning Herald*, *Durham Sun*, *Raleigh News and Observer*, *Raleigh Times*, *New York Times*, *Times*, *Newsweek* e os noticiários da noite da *NBC* e *CBS*.

A grande incógnita para McCombs & Shaw (1972) era perceber se as correlações encontradas (entre o eleitor e o conteúdo dos *media*) eram mais fortes, no caso de mostrarem que os eleitores prestavam mais atenção às notícias referentes ao partido e candidato que apoiavam ou, pelo contrário, se atribuíam o mesmo nível de atenção a todas as informações, independentemente do candidato ou partido. Esta última situação seria a prova da existência de uma função de *agenda-setting*, o que acabou por se verificar – os eleitores estiveram mais em acordo com todas as notícias (no geral), do que apenas com as notícias referentes ao seu candidato/partido. O estudo sugeriu que os eleitores apreenderam e prestaram atenção às notícias sobre política independentemente do órgão de comunicação, do assunto ou do candidato. Isto significa que as escolhas do público refletiram a cobertura dos *media*, em vez dos assuntos enfatizados pelos candidatos. De facto, verificaram uma tendência de os eleitores partilharem o que os *media* sugeriam como importante, ou seja, detetaram um paralelo entre a importância atribuída a questões pelos eleitores e as questões de destaque nos *media* (McCombs & Valenzuela, 2007). Outra das descobertas apontou que uma quantidade considerável de notícias da campanha não foi dedicada à discussão das principais questões políticas em cima da mesa, mas sim à análise da própria campanha e a criticar ou mencionar os nomes dos adversários da corrida eleitoral. Os autores do estudo ainda apuraram que os próprios candidatos se sentiram influenciados,

(..) fazendo com que muitos deles incluíssem em suas agendas temas que, inicialmente, não constavam das mesmas, mas que, ou por terem sido abordados

por seus concorrentes, ou porque foram agendados pela mídia, terminaram por ser considerados pelas agendas dos candidatos (Hohlfeldt, 1997, p. 46).

O estudo em Chapell Hill teve resultados satisfatórios, mas limitados, com a certeza de que a futura pesquisa se deveria focar em combinar atitudes individuais e variáveis psicológicas/sociológicas com o uso individual dos meios de comunicação de massa. Como o primeiro estudo apontou para provas não suficientemente fortes da relação de causa e efeito entre a agenda dos *media* e a agenda pública, foi necessário voltar ao terreno e continuar a investigar o agendamento dos *media*. Teve, então, início, a segunda fase da hipótese<sup>1</sup> que se focou em perceber porque acontecia esse agendamento. O estudo teve dois objetivos, em primeiro lugar, recriou as descobertas do primeiro e, em segundo lugar, investigou as condições existentes que faziam aumentar ou diminuir a influência da agenda dos *media*, com um foco especial no conceito de necessidade de orientação, que atribui uma explicação psicológica ao *agenda-setting* (McCombs & Shaw, 1993, p.59). A terceira fase do estudo da hipótese do *agenda-setting* dos *media* de massa, iniciou-se com base nas presidenciais norte-americanas de 1976. As comunidades escolhidas para análise foram Lebanon (New Hampshire), Indianapolis (Indiana) e Evanston (Illinois) (McCombs & Valenzuela, 2007). Aqui o agendamento foi ampliado para dois novos domínios: as características dos candidatos divulgadas pelos *media* e, desta forma, expostas às opiniões dos eleitores, apelidada de agenda de atributos, ou seja, os eleitores formariam uma imagem dos candidatos. O outro domínio relacionava-se com uma ampliação de preocupações pessoais que anteriormente teriam tido uma relevância menor.

A partir da década de 1980, iniciou-se a quarta fase de estudos desta hipótese, centrada nas fontes das agendas mediáticas (McCombs & Shaw, 1993). A proliferação de novas ideias e contributos resultaram num desenvolvimento e sofisticação contínuos da teoria. A pesquisa em torno da hipótese esteve focada em responder à questão “quem define a agenda pública?”, mas na década de 1980, alterou-se o foco da questão para “quem define a agenda dos *media*?”. A resposta à última pergunta está nas trocas com fontes que fornecem informações para notícias ou nas interações diárias entre as organizações de

---

<sup>1</sup> É preciso notar que apenas se apelidam de fases (do estudo da hipótese *agenda-setting*) porque foram identificadas/estudadas em diferentes períodos no tempo, não constituem eras/marcos no processo de comunicação, ou seja, uma fase não surgiu para substituir a anterior (McCombs & Shaw, 1993, p. 59).

notícias e as normas do jornalismo, que definem a agenda dos *media*. Estas interações revelam-se cruciais porque acaba por ser a imprensa que define o que é noticiado e de que forma. Também entram agora na equação a vasta rede de profissionais de relações públicas que fornecem informações, aos *mass media*, sob várias formas, através de *press releases*, conferências de imprensa ou eventos planeados (McCombs & Valenzuela, 2007, p.48). Aliado ao processo de agendamento está também o conceito de *gatekeeping*, uma função fundamental do papel dos *media*, que consiste em selecionar e elaborar as informações que chegam às pessoas diariamente. Os indivíduos que desempenham esta função denominam-se de *gatekeepers* e são os mediadores que transformam as milhões de informações sobre acontecimentos em mensagens mediáticas, acabando por decidir o que se torna a realidade social de cada pessoa. O efeito mais óbvio deste processo nas pessoas acontece a nível cognitivo, porque dá forma aos pensamentos das audiências sobre a sociedade onde se insere (Shoemaker & Vos, 2009, p. 3).

Depois de décadas de investigação e desenvolvimento, com milhares de estudos académicos publicados, percebeu-se que a teoria do *agenda-setting* não nos induz apenas a pensar no assunto, mas também como pensar. O precursor do estudo à hipótese do *agenda-setting*, Maxwell McCombs, expandindo as ideias de Walter Lippmann em *Public Opinion*, demonstrou que as mensagens vinculadas pelos *media* têm a capacidade de influenciar as imagens nas mentes das pessoas.

## **1.2. As críticas e as respostas à hipótese do *agenda-setting***

Para William Davie & Michael Maher (2006), o estudo na comunidade de Chapell Hill estava desenhado para desmistificar a ideia de que a atenção seletiva dos eleitores às notícias iria anular a influência dos *media*. No entanto, não foi o que os investigadores descobriram, de facto, a perceção dos eleitores dos assuntos importantes foi determinada pela atenção dos *media* a essas questões, e não através da seleção percetiva dos eleitores (2006, p. 359). Após o famoso estudo de Chapell Hill em 1968 e o segundo estudo em Charlotte em 1972, McCombs juntou-se, em 1973, a outros colegas como Chaim Eyal, James Winter e William DeGeorge, para analisarem os inúmeros estudos académicos realizados com base na experiência de Chapell Hill. O objetivo era identificar as questões prioritárias que deveriam ter cobertura nos estudos futuros. Para McCombs, era importante que existissem ligações explícitas entre a agenda dos *media* e a agenda pública, tendo como base, a premissa de que o público questionado tinha de facto sido

influenciado pelas mensagens dos *media*. Para além disto, seria também importante aprofundar o conceito de agenda do público, “incorporando novas ideias de público-alvo a partir da pesquisa da hipótese dos usos e gratificações” (Davie & Maher, 2006, p. 360).

No entanto, à medida que a teoria do *agenda-setting* ganhava atenção dos estudiosos de comunicação, foram surgindo críticas, que sugeriam a existência de lacunas no processo da recolha dos dados. Em 1982, Gandy, em *Beyond Agenda-setting*, criticou a proposta com base numa fraqueza teórica. A seu ver, para se entender quem define, como e com que propósitos a agenda dos *media*, não basta dar uma definição de agendamento. Também Rogers e Dearing, em 1988, depois de consultarem os 153 estudos empíricos realizados até aquele momento, afirmaram que a teoria do *agenda-setting* precisava de mais um estudo estatístico (meta-análise) e não mais um estudo empírico semelhante aos que tinham consultado. De forma a responder às muitas críticas, McCombs escreveu um artigo que comemorava os 20 anos da hipótese. Neste estudo, foram delineadas quatro fases para a pesquisa e desenvolvimento da teoria: “a) hipótese original, com a transferência do foco (saliência) dos *media* para o público, b) as condições contingentes, c) agenda de atributos, que define a imagem de candidatos e d) investigações sobre quem define a agenda dos *media*” (Davie & Maher, 2006, p. 362). Nas três primeiras fases da pesquisa, consideraram a agenda dos *media* com base em dados estatísticos, recolhidos através da análise de conteúdo, negligenciando perceber a origem dessa agenda. No entanto, a quarta fase, permitiu dar uma resposta aos críticos, ampliar o foco da teoria do agendamento para uma teoria completa das notícias e os seus efeitos, criando uma ponte com a área da sociologia dos *media*. Foi nesta altura, que McCombs começou a relacionar a pesquisa do agendamento com a pesquisa do *framing*. Até este ponto, já sabemos que para este autor o *agenda-setting* apresenta-se com funções importantes, tanto na seleção dos assuntos para a agenda de notícias, como a seleção de *frames* para esses assuntos. Os *frames* são instrumentos importantes na definição da agenda mediática. No centro da agenda de notícias e dos seus objetos (eventos, personalidades, questões) estão as perspetivas que os jornalistas utilizam para pensar nesses objetos, ou seja, esses pontos de vista acabam por direcionar a atenção para certos atributos ou a distanciar de outros. Isto apelida-se de *newsworthiness* - a capacidade de algo ser suficientemente interessante para ser notícia – no entanto, existem diversas formas de enquadrar os objetos de notícias (McCombs & Shaw, 1993, p. 62). O conceito de *framing* – enquadramento – foi introduzido nos estudos de comunicação de massas por Todd Gitlin, em 1980, e revelou

ter uma função determinante na formação de opiniões, através da forma como certos atributos de um assunto na cobertura das notícias conseguem influenciar a direção da opinião pública, incluindo os títulos ou os nomes que atribuem a esses assuntos. McCombs & Shaw (1993) realçam a dificuldade que os jornalistas sentiam quando o assunto mediatizado era o aborto, porque era e continua a ser um tema carregado de emoções e fraturante nas sociedades. Por esta razão, a forma como os comunicadores ou jornalistas enquadraram as questões e definem uma agenda de atributos, pode influenciar a forma como pensamos sobre os assuntos. Para McCombs, o *framing* e a agenda de atributos são equivalentes e utilizados alternadamente quando se lida com o segundo nível do *agenda-setting*. No entanto, a incorporação do conceito de *framing* como uma parte do estudo do *agenda-setting* não foi consensual. Agradou, por um lado, aos que já estudavam o agendamento por representar mais um conceito para o debate, mas por outro lado, esta inserção não agradou os estudiosos do *framing*, por acharem desnecessário considerá-lo apenas um acessório do agendamento (Davie & Maher, 2006, p.362).

Retomando a evolução do estudo da teoria do *agenda-setting*, que quatro décadas mais tarde da publicação pioneira da hipótese, McCombs & Valenzuela (2007, p. 45) voltaram a comprovar o papel determinante dos *media* de massa na agenda mediática, através de um caso de pornografia infantil denunciado por uma revista de investigação jornalística chilena, em 2002. Para além de levar à detenção dos culpados, contribuiu para que autoridades, como o Congresso promulgasse leis contra a pornografia infantil e outros crimes sexuais. Também os pais e professores tiveram um papel importante quando fizeram pressão junto das autoridades locais para que se investigassem os antecedentes dos motoristas escolares. Este caso da revista *Contacto* focou a atenção da sociedade chilena em geral para a questão da pornografia infantil e incentivou a opinião pública a assumir uma voz e tomar medidas sobre o assunto. Neste caso, os *media* colocaram um assunto (pornografia infantil) como tema prioritário.

Segundo McCombs & Valenzuela (2007), os assuntos na ordem do dia nos *media*, com o tempo, acabam por tornar-se proeminentes também na opinião pública e é esta influência que se apelida de função de agendamento dos *media* de massa. Entender como funciona esta função é importante, para que o público tenha consciência/perceção de que pode ser influenciado pelo trabalho jornalístico, através da repetição de mensagens sobre assuntos na ordem do dia nos noticiários. McCombs & Valenzuela (2007, p. 47) chamam a atenção que o papel de definição da agenda dos *media* não se limita a focar a atenção das

audiências em determinados assuntos, mas também influenciar o seu entendimento e perspectiva sobre os mesmos. Esta última foi a situação que se verificou com o caso da revista chilena.

### **1.3. Como são constituídas as agendas?**

Os itens que definem uma agenda são chamados de “objetos” que podem ser os assuntos de interesse público, figuras públicas, países e até organizações. Cada objeto varia na saliência (em relação à atenção que lhe é dada) e é constituído por uma agenda de atributos (características/traços) que constituem aquilo que os jornalistas e o público têm em mente, quando pensam ou falam sobre esses objetos de notícias. Naturalmente, a atenção atribuída a cada atributo varia, uns recebem muita atenção e outros não recebem nenhuma. Considera-se assim que o processo de definição da agenda tem dois níveis: o primeiro nível é a transmissão da saliência/relevância do objeto e o segundo nível é constituído por duas hipóteses sobre o atributo “saliência”: a) a forma como um assunto/objeto é coberto nos *media* (os atributos enfatizados nas notícias) afeta a maneira como o público pensa sobre aquele objeto e b) a maneira como um assunto ou outro objeto é coberto pelos *media* afeta a relevância desse objeto na agenda pública (Ghanem, 1997, p. 4).

De forma a ilustrar este processo num caso real, McCombs & Valenzuela (2007, p. 48), deram como exemplo, a organização de campanhas eleitorais. Numa fase inicial que corresponde ao primeiro nível do *agenda-setting*, os responsáveis de campanha procuram construir a saliência/proeminência dos seus candidatos junto dos eleitores. Neste nível surge o conceito de *priming* – este processo acontece quando a “influência dos *media* na proeminência das questões pode influenciar os padrões pelos quais os indivíduos avaliam governos e figuras públicas” (McCombs & Valenzuela, 2007, p. 48). Portanto, o público avalia uma figura pública ou uma questão com base nas informações mais salientes, ou seja, confiam na agenda de atributos salientes, agenda essa muitas vezes definida pelos *mass media*. Numa segunda fase, concentram-se na construção da imagem dos candidatos, ou seja, é através desta imagem que os atribuídos se tornariam salientes (McCombs & Valenzuela, 2007, p. 47). No entanto, acrescentam que os efeitos do segundo nível também existem para questões públicas, por exemplo, a escolha de noticiar certos aspetos de uma questão e a ênfase que lhes é atribuída torna-se fundamental na forma como as pessoas apreendem esse assunto.

#### 1.4. Perspetivas para o futuro do *agenda-setting*

O futuro para a continuação do estudo da hipótese do *agenda-setting* parece promissor devido ao contínuo desenvolvimento para novos campos de abordagem. Atualmente, existem duas tendências relacionadas com o desenvolvimento da pesquisa, por um lado expandir-se para outros domínios que se afastem do foco original nos assuntos da agenda pública e, por outro, desenvolver e aprimorar os conceitos centrais do *agenda-setting* (agenda dos *media* e agenda do público). No ponto de vista de McCombs, Shaw & Weaver (2014), a pesquisa contemporânea encontra-se ativa através de três conceitos que abordaremos de forma sucinta: a necessidade de orientação, o *agenda-setting* da rede e a fusão da agenda (*agendamelding*).

A necessidade de orientação existe desde a década de 70 do século XX, conceptualizada por Maxwell McCombs e David Weaver. Tornou-se um conceito importante para se entenderem as forças dos efeitos do *agenda-setting* relacionando psicologicamente a exposição dos indivíduos aos *media* (McCombs, Shaw & Weaver, 2014, p. 783). Para estes investigadores, na base dos efeitos do agendamento dos *media* está o fator psicológico de cada indivíduo, ou seja, todas as pessoas apresentam uma necessidade de orientação. Isto é, o ser humano precisa de se sentir familiarizado com o ambiente ao seu redor. O papel da necessidade de orientação prevê os processos psicológicos que ocorrem quando os indivíduos estão expostos ao conteúdo dos *media* e que pode explicar por que razão ocorre o *agenda-setting*. As pessoas que usam os *media* de forma passiva, teriam níveis mais baixos da necessidade de orientação do que as pessoas que usavam os *media* de uma forma ativa. Num estudo realizado em 2014, por McCombs & Stroud, “*Psychology of agenda-setting effects: Mapping the paths of information processing*”, estes perceberam que os indivíduos

(...) Com necessidade de orientação moderadamente ativa procuram meios de comunicação partidários, resultando em altos efeitos de definição de agenda de primeiro e segundo nível, enquanto aqueles com uma necessidade de orientação alta procuram os *media* convencionais, menos partidários, resultando em forte agenda de primeiro nível (questão). efeitos de configuração, mas apenas efeitos moderados de segundo nível (atributo) (McCombs, Shaw & Weaver, 2014, p. 786).

Em segundo lugar, na pesquisa contemporânea existe um crescente interesse pelo *agenda-setting* da rede. Com a introdução e proliferação das redes sociais, surgiu a oportunidade de expandir o estudo do agendamento para além dos canais tradicionais focados no estudo dos assuntos públicos. A agenda das redes sociais tem origem naquilo que constitui um

interesse das pessoas por questões particulares, por exemplo, os eventos desportivos ou políticos. McCombs, Shaw & Weaver (2014) afirmam:

E como essas agendas emergentes são definidas por uma gama mais ampla de conteúdo e canais de comunicação, a definição da agenda como a conhecemos - o fluxo da saliência das principais questões do momento dos *media* de notícias para a agenda pública - será apenas um dos vários processos de definição de agenda (p. 788).

Em terceiro lugar, resumimos o conceito de *agendamelding*<sup>2</sup>, definido como “o processo social pelo qual combinamos agendas de várias fontes, incluindo outras pessoas, para criar imagens do mundo que se encaixem nas nossas experiências e preferências” (McCombs, Shaw & Weaver, 2014, p. 794). No contexto de *agendamelding*, o conceito de comunidade ganha um papel de destaque, quando escolhemos misturar/fundir informações de diversas agendas que satisfaçam as individualidades. O objetivo é retirar a informação dos *media* que transmitem em rede e que alcançam o maior número de pessoas, podem ser revistas ou blogs que preencham os interesses pessoais. O importante é perceber a potência do alcance dos *media* a uma comunidade diversificada (McCombs, Shaw & Weaver, 2014).

Na perspetiva de McCombs & Valenzuela (2007), a Internet é outro exemplo de um recente e importante campo de pesquisa. O facto de existirem numerosos canais onde os utilizadores podem consultar, pesquisar ou criar a sua própria agenda, veio desafiar o tradicional agendamento de que os *media* partilham sempre o mesmo conjunto de prioridades de notícias. Ora esta ideia dá a entender que o poder que os *mass media* detinham em definir a agenda pública, pode estar a deixar de existir. Por que razão, então, se atribui uma importância grande ao desenvolvimento de uma teoria no geral? As teorias que revelam sucesso com o passar do tempo têm a capacidade de gerar constantemente novas questões e de identificar novos campos para a investigação académica. No caso da hipótese do *agenda-setting*, a sua produtividade/amadurecimento pode ser documentada por três características:

- a) o crescimento histórico constante da literatura; b) sua capacidade de integrar uma série de subcampos de pesquisa em comunicação sob um único guarda-

---

<sup>2</sup> McCombs, Shaw & Weaver (2014) explicam que a razão de escreverem “*agendamelding*” em vez de “*agenda melding*” está relacionado com o facto de considerarem ser um processo íntimo e inconsciente por parte das pessoas.

chuva teórico à medida que passou por quatro fases de expansão, e c) uma capacidade contínua de gerar novos problemas de pesquisa em uma variedade de configurações de comunicação (McCombs & Shaw, 1993, p. 58, 59).

### **1.5. O agendamento dos media da violência de gênero**

No último ponto deste primeiro capítulo, escolhemos focar-nos na função do *agenda-setting* aplicada aos casos de violência de gênero, através de estudos realizados por diversos investigadores nos últimos anos. Esta escolha tem como objetivo o afunilamento dos conceitos até aqui desenvolvidos, tendo começado nas origens da hipótese do *agenda-setting* e, terminando na aplicação do agendamento à temática da violência de gênero, foco principal da nossa investigação. Segundo as investigadoras brasileiras Sandra Azevedo e Loreley Garcia (2011), ainda existe uma lacuna no que toca à investigação da cobertura mediática de casos de violência contra as mulheres, apesar da complexidade e diversidade de situações em que as mulheres são noticiadas.

O agendamento por parte dos *media* de qualquer assunto consegue causar impacto, suscitar opiniões e moldar a realidade social de cada indivíduo. No caso da violência de gênero, a utilização de certa linguagem e o contexto atribuído ao episódio de violência vão influenciar a forma como as pessoas percebem/apreendem a questão da violência de gênero (Varona & Gabarron, 2015). Nos parágrafos seguintes, destacamos sucintamente como se verifica o agendamento deste tema em alguns países.

Vejamos o caso brasileiro, em que os crimes de violência de gênero passaram a fazer parte da agenda dos *media* brasileiros, a partir da década de 1990, através de uma anterior pressão pública que se exercia contra a justificação dos apelidados crimes de honra. Estas autoras consideram que, as coberturas de certos casos de homicídio feminino deram origem a que o flagelo do feminicídio passasse a ser tratado como uma questão de interesse público. Tomemos como exemplo um agendamento dos *media* de um caso ocorrido em 1998, de uma jovem brasileira do estado de Paraíba, encontrada morta na rua, com sinais de espancamento. Depois de encontrarem o culpado, um então deputado estadual, este gozou, por duas vezes, da impunidade parlamentar, com o apoio político do parlamento de Paraíba. Só em 2007 foi julgado e considerado culpado, devido à pressão da população em geral e, em particular dos movimentos feministas locais (Azevedo & Garcia, 2011, p. 5). Esta história teve um grande destaque no agendamento dos *media*

locais e demonstrou o papel fundamental dos *gatekeepers* em escolher transmitir este caso de forma tão contínua, que ficou marcado na agenda pública. Outra característica particular do agendamento deste caso tem a ver com o facto de que este crime passou de estar nas editorias ligadas ao crime ou sociedade para estar presente nas editorias de política. Isto demonstrou que causou um tal impacto que colocou na agenda pública a violência contra as mulheres, enquanto um problema de carácter social na sociedade brasileira (Azevedo & Garcia, 2011, p. 6). De facto, aqui verificou-se uma das funções do *agenda-setting* de, não apenas dizer às pessoas no que pensar, mas também como pensar.

Remetemos, agora, o olhar para Espanha, onde também, nos últimos anos, se tem verificado que a violência de género passou a ser um assunto presente na agenda política<sup>3</sup>. Tal deve-se ao esforço dos movimentos feministas em fazerem-se ouvir, mas também aos *media*, que como já vimos, podem ordenar os temas que consideram relevantes e fazê-los chegar às populações. Numa fase inicial, a cobertura mediática dada aos casos de violência de género, colocava-os como um problema do foro privado e não social e as justificações acabavam por ser as mesmas, por exemplo, “Amor acaba em tragédia”. Na década de 2000, foi implementado, pela RTVE<sup>4</sup>, o primeiro manual de diretrizes sobre o tratamento de notícias de violência de género. A partir de então, revelou-se mais fácil, para os jornalistas, não enquadrar os episódios de violência de uma forma sensacionalista ou superficial, mas com a preocupação de explicar o fenómeno (Varona & Gabarron, 2015, p. 10). Os investigadores espanhóis Varona & Gabarron (2015), destacam o esforço dos jornalistas que resultou na colocação do assunto “violência contra as mulheres” – já em destaque na agenda mediática - em primeiro lugar também na agenda pública.

No caso português, Carla Cerqueira e Sílvia Gomes (2017) fizeram um levantamento e resumem alguns estudos nacionais sobre o agendamento da violência de género, especificamente, a violência doméstica, que entrou para a agenda pública portuguesa na década de 1990. Estas investigadoras, com base no estudo elaborado por Rita Basílio em

---

<sup>3</sup> Este exemplo demonstra uma aplicação do slogan “O pessoal é político”, popularizado nos anos 60 do século XX, por uma feminista radical americana – Carol Hanisch. Este slogan pretendia fazer notar que questões, em tempos outrora, consideradas do foro privado (como a violência doméstica), precisavam de entrar na discussão política (Jenainati, Groves & Milton, 2019).

<sup>4</sup> Rádio e Televisão Espanhola (serviço público)

2008<sup>5</sup>, revelam-nos que os casos de feminicídio eram e continuam a ser os mais noticiados pelos *media* portugueses e, esta revelou ser a razão pela qual, a violência de género passou a ser uma preocupação na sociedade portuguesa. Como a realidade portuguesa é aquela onde estamos inseridos, chamamos a atenção para uma particularidade do agendamento das notícias de violência de género, tendo em conta a imprensa de referência e popular. Noutro estudo realizado por Simões (2011), verificou que nos jornais de referência, existiam confrontos de discurso, o que permitia uma adaptação à realidade social e um discurso muito focado no papel do Estado, enquanto entidade que tenta cumprir as exigências no que toca à proteção das vítimas. Na imprensa popular, encontrou uma tendência para tornar um “espetáculo” os episódios de violência isolados, contribuindo para os estereótipos presentes na mente dos indivíduos (p. 490-491). Existe ainda a situação do Dia Internacional da Mulher, o qual é aproveitado pelos *media* portugueses para uma apresentação de dados estatísticos ou relembração de casos passados que chocaram a população, num determinado período (Cerqueira & Gomes, 2017).

---

<sup>5</sup> O estudo que deu origem ao livro “A violência Contra as Mulheres nos *media* – Lutas de Género no Discurso das Notícias (1975-2002)”.

## **2. Da desigualdade social entre homens e mulheres à violência de gênero**

Este segundo capítulo tem como objetivo principal dar conta da reflexão que tem vindo a ser desenvolvida pela academia, mas também pela sociedade civil sobre o fenómeno social da violência de gênero e como este tem vindo a ser retratado nos *mass media*. O capítulo começa por traçar de forma breve a história da desigualdade social entre sexos, para, de seguida, dar destaque às iniciativas de movimentos de mulheres no mundo ocidental que, desde o século XIX, lutaram pelo fim das desigualdades entre homens e mulheres e pugnaram por direitos iguais para todas as pessoas independentemente do seu sexo. Aqui, optou-se por seguir a proposta de leitura de Jenainati, Groves & Milton (2019), que organizam a história do movimento feminista a partir da ideia de “vagas” ou “ondas”. De seguida, discute-se a origem do conceito de gênero, que veio depois a dar origem ao debate em redor da violência de gênero. O capítulo termina refletindo sobre a representação mediática nos jornais e televisão deste fenómeno.

### **2.1. Origens das reflexões em redor da desigualdade social entre homens e mulheres**

Para Peter Stearns (2006, p. 17-18), a desigualdade entre mulheres e homens passou a ser uma característica comum das sociedades que evoluíram da caça para a agricultura, no quarto milénio A.C. Enquanto a caça foi o sustento dos povos, existia uma maior igualdade entre homens e mulheres na medida em que ambos trabalhavam em separado e contribuían para a economia local. Quando a agricultura se tornou o sustento das famílias, o homem passou a trabalhar mais e, deste modo, passou a ser a figura influente e dominante no seio familiar. Esta desigualdade de papéis sexuais tornou-se uma constante em grande parte das comunidades em todo o mundo. Stearns (2006), dá o exemplo do Rei Hammurabi da antiga Mesopotâmia, do segundo milénio A. C, e das suas leis que decretavam a morte às mulheres que não fossem boas donas de casa - estas deveriam ser atiradas à água (p. 23). Na perspetiva marxiana defendida por Marx, Engels, Lenine & Kollontai (2018), a passagem da comunidade primitiva, onde não existia organização social e familiar, para uma sociedade dividida em classes fez surgir a família monogâmica, e desta forma a mulher perdeu a posição privilegiada que ocupava até então (2018, p. 103).

A ideia da posição privilegiada das mulheres já tinha sido discutida por Frederich Engels [(1984)1884<sup>6</sup>] que foi dos primeiros teóricos a refletir sobre a condição da mulher nas sociedades capitalistas. Em *Der Ursprung der Familie, des Privateigentums und des Staats*, Engels questiona a ideia, muito comum no século XVIII, que a mulher, desde tempos imemoriais, seria escrava do homem. Engels (1984) dá o exemplo do Império Romano e de outros povos antigos e tribos espalhadas pelo mundo, onde as mulheres eram respeitadas porque determinavam a filiação, através do “Direito Materno”<sup>7</sup>. Estas sociedades caracterizar-se-iam pela desorganização nas relações entre os sexos, a tal ponto que não seria possível conhecer com rigor a paternidade das crianças. Tal facto, explica a consideração que fez relativamente ao papel das mulheres na sociedade:

(...) ai do pobre marido ou amante que fosse preguiçoso ou desajeitado demais para trazer sua parte ao fundo de provisões da comunidade! Por mais filhos ou objetos pessoais que tivesse na casa, podia, a qualquer momento, ver-se obrigado a arrumar a trouxa e sair porta afora. E era inútil tentar opor resistência, porque a casa se convertia para ele num inferno (Engels, 1984, p. 51).

### **2.1.1. Origens e desenvolvimentos do movimento feminista**

O termo “feminismo” surgiu apenas no final do século XIX no vocabulário inglês, mas a luta das mulheres por direitos terá começado séculos antes. No século XVI, começou a ser contestado o pensamento de que existiria uma suposta fraqueza e irracionalidade nas mulheres, que por sua vez, deveria ser controlada pelos homens. Em 1558, a sociedade inglesa assistiu a um evento político que contrariou esse pensamento: a subida ao trono de Isabel I, que viria a ter um longo reinado sem nunca casar ou ter filhos (Jenainati, Groves & Milton, 2019, p.10).

Uma das primeiras ações políticas conhecidas partiu de um grupo de mulheres em 1642, que marcharam em direção a Londres (*House of Lords and Commons*), exigindo melhorias nas condições de trabalho e que o seu estatuto de trabalhadoras individuais fosse reconhecido. Foram recebidas com comentários sarcásticos por parte do Duque de Richmond e acredita-se que este tenha sido agredido fisicamente pelas centenas de mulheres que lá se encontravam. Estes acontecimentos e outros ao longo dos séculos

---

<sup>6</sup> A edição original de *Der Ursprung der Familie, des Privateigentums und des Staats* (*A origem da família, da propriedade privada e do Estado*) é de 1884

<sup>7</sup> ‘O “Direito Materno” consiste na “determinação por linha materna da origem e herança dos bens” (Marx, Engels, Lenine & Kollontai, 2018, p.104)

XVIII e XIX, como por exemplo, a publicação de *A Vindication of the Rights of Woman*, em 1792, pela escritora inglesa Mary Wollstonecraft, apelando a uma maior participação das mulheres na vida social, é considerada a primeira tentativa de consciencializar para a discriminação entre os sexos. Já na segunda metade do século XIX, Harriet Taylor Mill e John Stuart Mill, inspirados pelas ideias feministas liberais de Wollstonecraft, publicaram *The Enfranchisement of Women* (1851) e *On the Subjection of Women* (1869), onde reforçaram o seu interesse em escrever sobre discriminação entre homens e mulheres (Jenainati, Groves & Milton, 2019, p. 25, 41-43). Estes textos são considerados fundadores e uma preparação para aquilo que a literatura histórica e social tem vindo a designar de “primeira vaga”<sup>8</sup> do feminismo. Desta “primeira vaga”, destacam-se sucessos como a abertura do ensino superior a mulheres e uma reforma ao ensino secundário para raparigas (no Reino Unido) e a organização de várias conferências nos EUA e Grã-Bretanha sobre o sufrágio das mulheres. No entanto, as mulheres ainda não tinham conquistado o direito de votar e, por isso, ainda no século XIX e no início do século XX, começaram a formar-se vários grupos secretos de mulheres que exigiam igualdade de direitos, nomeadamente, o direito ao voto. Uma das primeiras organizações de sufrágio de mulheres foi fundada em 1903, na Grã-Bretanha por Emmeline Pankhurst (já membro do grupo *Women’s Franchise League*), que lhe deu o nome de *Woman’s Social and Political Union* (WSPU). As sufragistas não se limitaram a reivindicar o direito ao voto, discutiram os estereótipos associados às mulheres, em particular, o suposto comportamento e modo de falar feminino. A própria atividade e ações que exerciam publicamente iam contra o *cult of domesticity*, ou seja, a ideia de que o lugar das mulheres era em casa, a atender as necessidades da família (Krolokke & Sorensen, 2005). Apesar

---

<sup>8</sup> Nesta nota, destacamos uma visão de alguém que não concorda com a utilização do termo “vagas de feminismo”. Linda Nicholson (2010) sugeriu organizar a história do movimento feminista do último século segundo as suas reivindicações. Esta autora utiliza o termo “metáfora” para se referir às “vagas” e não concorda com a utilização do termo “feminismo” para nos referirmos a todos os ativismos sobre o “género” no século XIX. Segundo Nicholson, a generalização acaba por esbater “as diferenças nas ideias que motivaram diferentes grupos de pessoas a perseguir diferentes tipos de objetivos políticos em diferentes momentos no tempo” (2010, p. 2). Portanto, segundo Nicholson, não se deve apelidar de “primeira vaga” os ativismos no século XIX, pois desta forma, está a equipara-se os objetivos políticos desse ativismo com os objetivos dos movimentos feministas que começaram a emergir nos anos 60 do século XX. Alguns dos ativismos registados no século XIX estão muito ligados ao movimento sufragista e inspirados nos pensamentos da Revolução Francesa. Nicholson (2010, p. 2) ainda afirma que não faz sentido apelidar de “movimento feminista”, os ativismos relacionados com o assunto do género do século XIX e o movimento sufragista, porque os envolvidos nestes movimentos também não o faziam.

das manifestações até à Câmara dos Lordes, as reivindicações da WSPU não foram ouvidas. A solução que a organização encontrou para fazer ouvir as suas reivindicações foi praticar ações violentas. As sufragistas começaram a partir vidros, a queimar edifícios e a algemar-se às grades dos edifícios, o que resultou na prisão de muitas destas mulheres. Foi a Nova Zelândia o primeiro país no mundo a garantir o sufrágio feminino<sup>9</sup>, em 1892 e, que despoletou uma onda de sufrágio em vários países ao longo do século XX, como a Austrália, a Finlândia, a Noruega, a Dinamarca, os Estados Unidos, entre outros. (Jenainati, Groves & Milton, 2019, p.71-75).

As reflexões e interpretações em torno do conceito de género impulsionadas por Simone de Beauvoir, estão ligadas ao início das discussões de uma “segunda vaga”, na década de 60 do século XX. Esta feminista afirmava que ninguém nascia mulher, mas tornava-se mulher, ou seja, os padrões da sociedade masculina já pré-determinados construiriam a tal identidade feminina. O ser mulher ou ser homem dependeria mais da identidade e não do sexo biológico. Beauvoir, afirmava que “este mundo sempre pertenceu aos homens e ainda mantém a forma que eles imprimiram nele” (2010, p.813). Beauvoir (2010) era da opinião que a sociedade marcada pela dominação masculina, construiu a identidade feminina, ou seja, o modo de agir, de se comportar, de viver, já estariam pré-determinados, seriam um dado biológico e não um momento na história. Esta feminista iniciou um debate em torno das relações sociais entre homens e mulheres baseado na ideia de que a mulher detinha o estatuto socialmente construído de “Outro” em comparação com o homem, que já teria reivindicado a categoria de “Sujeito” para si, acentuando uma normalização da opressão às mulheres. Desta forma, a categoria de mulher não teria essência/sentido, exceto ser uma “extensão” das fantasias e sonhos dos homens (Jenainati, Groves & Milton, 2019, p. 85-86).

Nesta década do século XX, em plena “segunda vaga”, surgiram dois importantes movimentos nos EUA: o Movimento dos Direitos das Mulheres e o Movimento de Libertação das Mulheres. O primeiro propunha uma ação mais prática e virada para a vertente social, enquanto que o segundo surgiu como ativismo nos direitos civis (por exemplo com a campanha “AntiVietname”), e preconizava soluções teóricas para a

---

<sup>9</sup> Em Portugal, as mulheres passaram a poder votar (com limitações) em 1931, apesar de Beatriz Ângelo, ter sido a primeira portuguesa a votar em 1913, aproveitando-se de uma lacuna na lei. (mulheres votam pela primeira vez, 2018).

opressão das mulheres. As mulheres destes grupos reivindicavam principalmente a participação na força de trabalho, a igualdade salarial e a criação de métodos contraceptivos. Contudo, uma parte significativa das mulheres mantinham ainda a tarefa quase impossível de conciliar o papel de “mulher” em casa e o papel de “homem” no trabalho. É também neste período que se começa a ter consciência que o movimento das mulheres precisava da participação e envolvimento dos homens para alterarem valores públicos, a dinâmica das lideranças e as estruturas internas (Jenainati, Groves & Milton, 2019, p. 96). Foi também durante esta “segunda vaga” que se desenvolveram várias visões acerca do feminismo: o feminismo lésbico, o marxista, o radical, o ecofeminismo, o psicanalítico e o pós-feminismo, assim como o slogan “O Pessoal é Político”, popularizado pelo livro com o mesmo nome de Carol Hanisch. Segundo esta feminista norte-americana, era urgente estender o conceito de político (tradicionalmente mais limitado aos assuntos da esfera pública) para os domínios da esfera privada. Só desse modo, a condição social da mulher poderia passar a ser discutida como um assunto que diz respeito à esfera pública. Algumas das conquistas desta segunda vaga, passaram pelo desenvolvimento e comercialização da primeira pílula contraceptiva, em 1960, a criação da Comissão para o Estatuto da Mulher, por iniciativa do então presidente dos EUA, John F. Kennedy, em 1963, que denunciava casos de discriminação contra mulheres no trabalho. No Reino Unido, teve início, em 1975, uma Campanha Nacional do Aborto, que defendia os direitos das mulheres nas decisões sobre o seu corpo (Jenainati, Groves & Milton, 2019, p.88). Ainda em 1975, a ONU declarou ser o ano internacional da mulher, passando a ser celebrado anualmente a 8 de março.

A “terceira vaga” do feminismo terá tido início na década de 90 do século XX, e o debate centrou-se na representação do corpo feminino. Alargaram-se as reivindicações aos contextos locais, às raças e à orientação sexual, por terem em conta a experiência individual de cada mulher em relação às diferentes formas de discriminação. É também nesta fase que se começam a analisar os estereótipos de género na cultura popular, como por exemplo, a forma como os *media* influenciavam as perceções das mulheres em relação aos seus corpos, nomeadamente através da indústria da moda que afirmavam ser a culpada pelo aumento dos distúrbios alimentares e cirurgias plásticas numa tentativa de atingir o “corpo perfeito”. É também nesta altura que surge o fenómeno do *girl power*, desencadeado pela *girls band* britânica *Spice Girls*. A ideia base deste conceito é que “as mulheres são objetos sexuais que deveriam reivindicar os privilégios masculinos durante

o desempenho da sua feminilidade” (Jenainati, Groves & Milton, 2019, p. 167). Naturalmente, veio contradizer aquilo que as feministas da segunda vaga contestavam (estereótipos de moda e a beleza física que objetificam e oprimem as mulheres). Mesmo com as críticas, o conceito de “*girl power*”, aproveitando-se das ideias da objetificação do corpo feminino, decidiu atacar o patriarcado, através da aceitação da feminilidade e incentivando os laços entre mulheres (Jenainati, Groves & Milton, 2019, p. 167). Algumas das conquistas desta chamada vaga passaram pela aprovação de uma lei, nos Estados Unidos, em 1994, que reconheceu a violência contra as mulheres como um crime e providenciava proteção para as vítimas. Destacamos ainda o ponto de viragem que foi a I Conferência de Pequim sobre Mulheres, em 1995, da qual resultou o principal documento de política global sobre a igualdade de género em várias áreas, por exemplo, na economia, no conflito armado, na saúde, na educação e, pela primeira vez, nos *media*. “As mulheres e os *Media*” delineou dois objetivos principais: “Incrementar a participação e o acesso das mulheres à expressão das suas ideias e à tomada de decisão nos meios de comunicação social e nas novas tecnologias da comunicação. (...) fomentar uma imagem equilibrada e não estereotipada das mulheres” (Subtil, 2020)<sup>10</sup>. Já em 2000, as mulheres vítimas de violação e violência doméstica, passaram a conseguir acusar os seus agressores num tribunal federal dos EUA.

Portugal, devido às limitações à liberdade de expressão, acompanhada de um regime censório muito severo, não conseguiu acompanhar de forma intensa e próxima a luta dos movimentos feministas internacionais durante o século XX. A situação no território português era diferente e particular: os movimentos estudantis e outras vozes que se esforçavam por serem ouvidos, estavam fundamentalmente direcionados para lutar por uma mudança política (Simões, 2014, p. 33). No entanto, destacam-se nomes importantes que chamaram a atenção para a situação das mulheres portuguesas. Em 1972, Maria Velho da Costa, Maria Isabel Barreno e Maria Teresa Horta (conhecidas como “As três Marias”) publicaram *Novas Cartas Portuguesas*, onde denunciavam casos de discriminação com base no género, o que lhes valeu uma acusação judicial de obscenidade. Apesar das repercussões nos *media* internacionais deste caso, este livro alterou pouco as coisas relativamente às condições de vida das mulheres portuguesas. Só

---

<sup>10</sup> Citação retirada do Seminário formativo “Género, Comunicação e Média: que desafios?”, realizado a 9 e 11 de dezembro de 2020, promovido pela Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, a ESCS, o CENJOR e o grupo de trabalho “género sexualidades” da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação.

a partir da década de 90 é que se assistiu a um debate aberto sobre os feminismos em Portugal e, foi também a partir dessa década que se criaram respostas sociais focadas no combate à violência contra as mulheres e na proteção das vítimas (Simões, 2014).

## 2.2. O Género

O termo género é geralmente confundido ou mal compreendido. Sexo e género são considerados, no senso comum, sinónimos. As pessoas habituaram-se a ouvir “Uma pessoa nasce com vagina, é mulher”, o mesmo para os homens, ou seja, o género seria determinado biologicamente, à nascença (Balestero & Gomes, 2015). Ao definir o termo “género”, o objetivo seria colocá-lo na agenda da investigação social, afastá-lo da biologia e aproximá-lo dos contextos históricos, sociais e culturais que teriam produzido ou iniciado as crenças sobre as desigualdades sociais entre homens e mulheres. Apesar de ter começado a ser discutido na academia na década de 1970, só em 1980, o conceito de género foi incluído no discurso institucional (Nações Unidas), que mais tarde, o transmitiu para os *media*, que por sua vez, o transmitiram para a opinião pública (Amâncio, 2003, p. 687-688). Na década de 1980, Joan Scott (1995) definiu género do seguinte modo:

O seu uso rejeita explicitamente as justificativas biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum para diversas formas de subordinação feminina, no facto de que as mulheres têm a capacidade para dar à luz e os homens têm uma força muscular superior. Em vez disso, o género torna-se uma forma de indicar as construções culturais – a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres (p. 75).

Para Scott (1995), o uso do género coloca o foco num sistema de relações que pode incluir o sexo, mas que não é diretamente determinado pelo sexo nem determina a sexualidade. Em 2014, a atriz Emma Watson discursou nas Nações Unidas, enquanto embaixadora da *UN Women* e da campanha *HeforShe*. Neste discurso, revelou a sua experiência em relação aos papéis de género:

Eu comecei a questionar as suposições sobre o género há muito tempo. Quando tinha 8 anos, ficava confusa quando era chamada de “mandona”, porque queria dirigir as peças de teatro que apresentávamos aos nossos pais, mas os rapazes não eram. Aos 14 anos, comecei a ser sexualizada por certos elementos dos *media*. Aos 15 anos, as minhas amigas começaram a desistir das suas equipas de desporto porque não queriam parecer “musculadas”. Com 18 anos, os meus amigos rapazes

eram incapazes de expressar os seus sentimentos. Eu decidi que era feminista (UN, 2014).

Este tipo de raciocínio continua muito presente no quotidiano das pessoas. Já Balestero & Gomes (2015) definem o género como:

As diferenças entre homens e mulheres são inseridas nas mais diversas sociedades ao longo do processo histórico evolutivo, não estando relacionado às assimetrias biológicas existentes entre macho e fêmea, qualificadas por sexo, mas sim ao universo onde as inter-relações socioculturais são determinadas por fatores como leis, regras, simbologia e patriarcalismo (p.46).

Pode-se questionar a razão pela qual o sexo feminino apreende esses valores patriarcalistas de uma forma imediata. A resposta está na educação proporcionada no seio familiar, passada por gerações e, ainda reforçada pelos *media*, pelo Estado e pela Igreja. É precisamente o tal conjunto de valores, comportamentos e expectativas esperados pela sociedade e que se associam a cada um dos sexos, que constituem uma das muitas definições de género. Outra das definições é a atribuição de significados sociais e culturais à categoria de homem e à categoria de mulher (Dias, 2017). Pode-se afirmar que existiu uma mudança gradual na mentalidade, inicialmente, a palavra “género” era utilizada apenas para distinguir as características biológicas de cada sexo. O género é uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado, ou seja, não está nas pessoas, “o masculino e o feminino são conceitos que ganham sentido nos padrões conversacionais e discursivos, mas também no seu contexto histórico, social e cultural” (Dias, 2017, p. 29).

Apesar da preocupação generalizada em distinguir sexo e género, existem teóricas do feminismo que consideram essa distinção problemática. Judith Butler (1990), teórica do feminismo desconstruído, não concorda com a divisão dos termos, pois os dois conceitos são, do seu ponto de vista, culturalmente construídos. Nas suas palavras,

O género é instituído por meio da estilização do corpo e, portanto, deve ser entendido como a maneira mundana pela qual os gestos, movimentos e representações corporais de vários tipos constituem a ilusão de um eu permanente com género (Butler, 1988, p. 519).

Isto significa que para Butler o género também não é determinado biologicamente, é performativo, ou seja, as pessoas aprendem a comportar-se para se inserirem na sociedade, é algo que se encontra inscrito nas rotinas diárias (1990). Neste contexto, o termo *cross-dressing*, foi enfatizado por Judith Butler, e começou a ser usado para atribuir ao indivíduo um conceito mais amplo de identidade de género que não normaliza o

sistema binário masculino/feminino, isto é, veio desafiar a forma como se distingue género e sexo (Jenainati, Groves & Milton, 2019, p. 165).

As mudanças que tentam chamar à atenção para a normalização do debate em torno do género, são muitas vezes popularizadas por figuras públicas. O conceito de género faz hoje parte do debate público e do quotidiano. Em 2017, foi até criada uma campanha *#BeyondtheBinary*, por pessoas que não acreditam na existência do dualismo de género, com o objetivo de alertar e consciencializar para essa realidade. Destacamos outro exemplo: uma sessão fotográfica protagonizada pelo ator Timothée Chalamet e a atriz Saoirse Ronan, para a edição de novembro de 2019, da revista *Entertainment Weekly*. O tema era *Gender-bending* (anexo 1), num desafio aos papéis rígidos e estereótipos do género impostos pela sociedade. O ator vestiu-se com roupas de mulher e a atriz vestiu-se com roupas de homem. Outro exemplo de *gender-bending*, é uma fotografia do cantor Harry Styles (anexo 2), vestido de bailarina de ballet, para a promoção do *talk-show* americano *Saturday Night Live*, que iria apresentar.

Como procuramos mostrar, o género é um conceito que surgiu com o objetivo de acabar com a ideia do determinismo biológico. É por esta razão que importa desbravar outros conceitos como transgénero e transexual. Na leitura de Rodrigues, Carneiro & Nogueira (2017), estes conceitos vieram afastar a “classificação binária, dicotómica, estreita e profundamente redutora da experiência humana nas categorias de “homens” e de “mulheres”” (p. 274). Esses indivíduos não vivem em concordância com os “géneros” ou “sexos” que são esperados pela sociedade. O ativismo “trans” defende que as pessoas têm o direito a se definirem a si próprias. Durante muitos séculos, a questão em relação aos transgéneros era vista apenas do ponto de vista médico e patológico, como uma doença mental. Rodrigues, Carneiro & Nogueira (2017) consideram as categorias de “homens” e “mulheres” impeditivas e controladoras da diversidade humana, podendo contribuir para casos de discriminação e sofrimento direcionados a esses indivíduos (p. 274). No entanto, o debate em torno dos transgéneros também já demonstrou mudanças positivas, que aconteceram porque houve uma adaptação nas atitudes sociais, políticas e culturais. Um exemplo desta adaptação é a utilização de um novo termo “cisgénero” que se “refere aos indivíduos cuja identidade de género corresponde ao sexo que lhe foi atribuído no nascimento – o que chama a atenção para o facto de que o cisgénero é uma escolha” (Jenainati, Groves & Milton, 2019, p. 170). Outras mudanças tiveram resultados menos positivos, por exemplo, no Reino Unido, a aprovação da Lei de reconhecimento do

género, em 2004, deu origem a um documento que confirmava a mudança de género de uma pessoa e que lhes permitia candidatar-se a empregos. Segundo Jenainati, Groves & Milton (2019), nesta situação, a ideia seria reconhecer legalmente a situação destas pessoas, mas acabou por falhar, pois só se preocuparam em colocar no formulário duas opções de género – feminino e masculino. As questões levantadas neste capítulo, as definições apreendidas e os conceitos operacionalizados dos autores que referenciamos, leva-nos a questionar se existe, então, um género fraco ou inferior. Segundo Dias (2017), o legado da dominação masculina enraizado nas sociedades responderia que sim. São esses valores que sustentam a desigualdade de género, ainda presente na vida quotidiana e, assunto do próximo ponto.

### **2.2.1. A desigualdade de género**

A desigualdade de género existe desde que há registos. No século IV A.C., acreditava-se que a biologia ditava o destino, os rapazes apresentavam traços masculinos como a agressividade, a racionalidade e a assertividade, por sua vez, as raparigas nasciam com traços como a bondade, a intuitividade e a sensibilidade. Para as sociedades dessa altura, estas diferenças manifestavam-se em comportamentos específicos de cada género. Aristóteles dizia que as mulheres eram mulheres por falta de determinadas qualidades. Este tipo de pensamento apelidava-se de essencialismo e manifestava-se na vida privada e pública das mulheres, por exemplo, esperava-se que seguissem uma conduta de comportamento e vivessem sob o controlo do marido, do pai, do clero ou da lei (Jenainati, Groves & Milton, 2019, p 7). As interpretações de Beauvoir de que os valores patriarcalistas já estariam inseridos na sociedade desde o nascimento, e que deram início à “segunda vaga” do ativismo feminino, foram corroboradas por Pierre Bourdieu. Este sociólogo francês considera que são as instituições como a escola, família e Estado que contribuem para a perpetuação da dominação que é exercida na vida privada. Aliás, na visão de (Bourdieu, 2012):

A diferença biológica entre os sexos, isto é, entre o corpo masculino e o corpo feminino, e, especificamente, a diferença anatómica entre os órgãos sexuais, pode assim ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os géneros e, principalmente, da divisão social do trabalho (p. 20).

Bourdieu (2012) considera que o homem aprende a lógica da dominação masculina e a mulher absorve essa relação de forma inconsciente. Na vida privada, a desigualdade entre os géneros está bem presente, inclusive está até evidenciada em livros dedicados a

mulheres, que ensinam a cozinhar, lavar a roupa, a tricotar e até normas de conduta, por exemplo, “Malhas para o seu Marido (...) Se o seu marido é jovem e desportista, aproveite os serões de inverno para lhe fazer este interessante casaco de lã grossa” (Raquel, 1972, p.8).

Regras de Etiqueta para as mulheres casadas: Não seja autoritária (...) Não critique o seu marido em público (...) Não descure o seu aspeto - Depois de casada a mulher deve arranjar-se como em solteira, mostrando ao marido (...) que casou com uma mulher interessante e ordenada (Raquel, 1972, p. 214).

Os exemplos expostos neste parágrafo caracterizam décadas passadas, períodos em que era considerado normal existirem tarefas especificamente criadas para as mulheres desempenharem. Para Bourdieu (2012), a dominação masculina tem sido aceite e vista como algo normal (p.7). Isso significa que esta dominação é um exemplo de uma violência invisível exercida sobre as pessoas, as quais nem se apercebem. Porque é que se considera “simbólica” a dominação masculina? Esta é perigosa e tão ofensiva como a violência física porque não precisa de justificação, “ela já se encontra inserida como uma predisposição natural do indivíduo” (Balestero & Gomes, 2015, p. 48). Como o poder simbólico é construído, não existe a culpabilização das vítimas, isto porque a mulher acaba por assumir o papel de submissão, mesmo que seja de forma não intencional, a partir daquilo que é considerado amável ou admirável. Porque razão vários autores culpam as instituições sociais pela construção dos papéis desempenhados pelo género e a contribuição que têm na dominação masculina? Na opinião de (Balestero & Gomes, 2015):

A família é o berço da representação da dominação masculina, onde se inicia a primeira noção de divisão de tarefas baseadas no género. A igreja, sendo historicamente anti feminista perpetuou durante séculos, a noção moralista patriarcal de inferioridade feminina, condenando qualquer tipo de prática considerada subversiva aos costumes, como roupas ou determinados comportamentos. A escola contribuiu transmitindo ideias arcaicas de modelos preconcebidos tipicamente masculinos e femininos, de profissões e comportamentos. O Estado adquire uma figura paternalista em alguns países, onde faz da família patriarcal o núcleo duro da sociedade atribuindo excesso de importância ao homem em detrimento da mulher (p.48).

As justificações encontradas ao longo dos séculos permitiram ao homem ser violento para com a mulher, com a cumplicidade das instituições sociais e morais que legitimam uma hierarquia desigual de género. Esta reflexão conduz ao ponto seguinte, onde abordaremos o conceito de violência e, com especial ênfase, na violência de género.

## **2.3. A violência de género**

### **2.3.1. Como se define a violência?**

O entendimento do que é violência varia conforme as épocas históricas e com os contextos sociais e culturais. De facto, esteve sempre presente na vida humana (World Health Organization, 2002). No entanto, a evolução da mentalidade dos povos na maior parte dos países ocidentais permitiu que os comportamentos que hoje são considerados violentos, noutras épocas fossem considerados aceitáveis. Importa ter presente que o termo só passou a ser discutido e teorizado a partir do século XVIII, quando se começaram a identificar diversas formas de violência, por exemplo a violência física, psicológica, moral ou política (Dias, 2004). Atualmente, existe sensibilidade e intolerância face à violência humana de todo o tipo. Esta mudança de mentalidade, considera-se estar ligada à:

Humanização dos costumes e com a suavização das sociedades, a crescente intolerância à violência está também associada ao individualismo contemporâneo. (...) À medida que o individuo se foi recolhendo na esfera privada, a função de proteção da sua existência foi sendo transferida para o Estado, o qual passou a garantir a proteção de cidadãos livres numa sociedade que, apesar de desvalorizar a violência, é mais sensível à sua natureza repressiva, aos seus excessos, ao mesmo tempo que abomina a brutalidade (Dias, 2004, p. 90).

Dias (2004) considera outros fatores para a existência de maior sensibilidade face à violência, como por exemplo, a própria extensão do conceito. Como já foi esclarecido, tem vindo a integrar também os atos e situações violentas que, em tempos anteriores, não eram considerados como tal.

A *World Health Organization* considera que se pode definir violência com base em várias abordagens. É o caso da abordagem da saúde pública, que realça a importância da ação coletiva e relembra que a cooperação entre vários setores, como a educação, a justiça, a saúde e os serviços sociais, é necessária para resolver questões que aparentemente estão só ligadas à medicina. Esta abordagem tem como ponto de partida a prevenção, não se fica pela reação ou aceitação da violência, acredita que esta pode ser prevenida (2002, p. 4). De acordo com a WHO (2002), a violência está relacionada com:

O uso intencional de força física ou poder, ameaçado ou real, contra si mesmo, outra pessoa, ou contra um grupo ou comunidade, que resulte ou tenha alta probabilidade de resultar em ferimentos, morte, dano psicológico, desenvolvimento deficiente ou privação (p. 5).

A WHO (2002) ainda propõe uma tipologia da violência, dividindo-a em três: violência dirigida ao próprio, que se manifesta através de suicídio ou automutilação. A violência causada por outro indivíduo que se divide em violência íntima ou familiar e violência comunitária, que acontece entre indivíduos que não têm relação de parentesco. Por fim, a violência coletiva, que diz respeito aos atos de organizações terroristas, grupos de milícias ou grupos políticos organizados, normalmente manifesta-se através dos crimes de ódio.

Para Hamby (2017), a violência é um comportamento intencional, indesejado, não necessário (natureza gratuita) e prejudicial. Simultaneamente, estes elementos também ajudam a definir os atos que não entram na categoria “violência”, por exemplo a legítima defesa. É com as definições de violência e a evolução do conceito ao longo dos anos, que seguimos para o ponto seguinte, dedicado a um tipo de violência que está sob estudo na presente investigação - a violência de gênero.

### **2.3.2. A violência de gênero: origem do conceito e definições**

De forma a abordar a questão da violência contra as mulheres, é necessário fazer referência à violência no seio familiar, onde esta é mais regular e se encontra mais presente. Na opinião de Dias (2004), a violência no seio da família tradicional não era considerada um problema social, mas antes uma maneira necessária para manter uma aparente estabilidade familiar. Esta era alcançada através da opressão por parte de uma figura autoritária masculina, característica do tal sistema patriarcal. Referimo-nos a uma época, em que não existia qualquer tipo de legislação relativa à violência doméstica, em que a vida familiar era do espaço privado e, por isso, não existia interferência do Estado, popularizando o provérbio “Entre marido e mulher, não se mete a colher”. Deste modo, a violência doméstica era considerada um assunto “tabu”. A violência na família estava normalizada e era legitimada por normas implícitas que encorajavam este fenómeno (Dias, 2004).

Segundo Dias (2017, p. 23), a discussão e a visibilidade em torno da violência de gênero surgiram do reconhecimento de “gênero” como categoria social, dos movimentos das mulheres como força social, do contributo crítico das perspetivas feministas e a necessidade de combater e prevenir a violência de gênero. Este conceito surgiu nos anos 1970 quando se investigava a violência contra as mulheres, que seria, entretanto, considerado um problema sociológico de grande escala (Dias, 2017). Por isso,

desenvolvemos com mais pormenor, a violência contra as mulheres. Este tipo de violência levou à sua denominação de feminicídio: pode acontecer em contextos de intimidade, em relações familiares, em espaços públicos e trabalho, em contexto de guerras e contextos culturais, onde predominam questões relacionadas com a “honra” ou a seleção sexual durante a gravidez (Soares, Branco, & Alves, 2019).

Em 1993, no relatório que resultou da Conferência das Nações Unidas para os Direitos Humanos, definiu-se violência de género como qualquer tipo de ato violento com base no género que possa resultar em ferimentos nas mulheres, ocorra em contexto familiar, e inclui violência doméstica, violação e tráfico<sup>11</sup> (UN, 1994). A definição proposta pela ONU, em 1993, saiu reforçada na IV Conferência Mundial sobre a Mulher em 1995, como “qualquer ato baseado no género que resulte ou possa resultar em danos mentais ou sexuais, ou sofrimentos para mulher, incluindo ameaças, atos de coerção ou privação arbitrária de liberdade seja na vida pública, seja privada” (UN, 1995, p.48). Passou a ser considerada uma violação dos Direitos Humanos, e incluiu a violência na intimidade, violência sexual (agressão, violação e assédio sexual), ameaça, coação, privação de liberdade, tanto na vida privada como na vida pública. Também passaram a ser considerados o tráfico de seres humanos, os casamentos forçados, a mutilação genital feminina ou os crimes de “honra” (Dias, 2017).

Segundo a WHO (2002), a forma mais comum de violência contra as mulheres é perpetuada pelo marido ou um parceiro íntimo homem e refere-se a qualquer comportamento dentro de uma relação íntima que cause dano físico, psicológico ou sexual. Pode assumir a forma de agressão física, abuso psicológico, abuso sexual ou comportamento controlador. Este tipo de violência foi durante muito tempo visto apenas como um problema de direitos humanos, mas devido ao trabalho e chamadas de atenção das organizações humanitárias de mulheres, também é hoje visto como um problema de saúde pública. A violência de género está presente na cultura de todos os países e é apreendida nas instituições de educação primárias e secundárias: “sendo encarada culturalmente como um comportamento masculino, a violência é usada em conformidade com a imagem socialmente partilhada do verdadeiro homem e, por isso, é considerada como um comportamento de género normal” (Dias, 2017, p. 37). Uma das causas para

---

<sup>11</sup> Relativamente ao tráfico, há muito debate sobre se deve ser ou não considerado como violência contra as mulheres ou violência de género (Skinner, Hester, & Malos, 2012, p. 2).

esta violência está relacionada com a opressão masculina exercida sobre as mulheres, ao longo das décadas, que normalizou a ideia de que estas são submissas à vontade dos homens. Por outras palavras, “a violência de género se expressa e se reproduz culturalmente por meio de comportamentos irrefletidos, apreendidos historicamente e socialmente, nas instituições como igreja, escola, família e Estado, que contribuem diretamente para a opressão masculina sobre a feminina” (Balestero & Gomes, 2015, p. 44). De facto, parece que a violência de homens contra as mulheres é uma expressão da dominação masculina, surge como uma herança das estruturas sociais patriarcais e serve para controlar socialmente as mulheres. No entanto, Bell Hooks<sup>12</sup> (2020) considera que na base de toda a ideologia da dominação masculina, está a “noção filosófica ocidental da dominação hierárquica e da autoridade coerciva” (p. 228), ou seja, uma relação de submissão entre os poderosos e os impotentes. Para esta autora, o movimento feminista pelo fim da violência contra as mulheres deve fazer parte de um movimento geral pelo fim da violência, pois se o movimento feminista apenas se dirigir à violência masculina, acaba por acentuar os estereótipos de que os homens são violentos e as mulheres são vítimas, ou seja, ignoramos que as mulheres também podem exercer violência. Na visão de Hooks (2020), a chave para a eliminação da violência está, primeiro, na aceitação de que tanto homens como mulheres apoiam o uso da violência e podem fazer uso da mesma (p.229).

Outra das preocupações das feministas foi denunciar os processos de construção social dos estereótipos que colocam a culpa das agressões no comportamento das mulheres (Dias, 2017). O melhor exemplo que demonstra esta culpabilização das mulheres é a afirmação polémica e mediática feita por um polícia no Canadá, em 2011<sup>13</sup>, “*women should avoid dressing like sluts in order not to be victimized*”<sup>14</sup>, depois de terem ocorrido diversos casos de abuso sexual de mulheres na Universidade de Toronto. Tal afirmação gerou consternação geral e originou protestos em várias cidades do mundo contra o machismo e a culpabilização das vítimas de crimes sexuais e domésticos (Balestero &

---

<sup>12</sup> Bell Hooks é uma escritora, ativista e feminista negra, que nos seus discursos e publicações enfatiza a necessidade de celebrar a diversidade das mulheres e lutar contra a utilização exclusiva do termo feminismo para as mulheres brancas de classe média. Também aconselha as mulheres a proclamarem que defendem o feminismo em vez de dizerem que são feministas (Jenainati, Groves & Milton, 2019, p. 151)

<sup>13</sup> Notícia de Março de 2011, retirada da página *web* do jornal *Toronto Star*

<sup>14</sup> (Em português) “As mulheres têm de deixar de se vestir como galdérias, para não serem vitimizadas”

Gomes, 2015). Desta situação, nasceu o movimento feminista internacional *Slutwalk*. Portugal acabou por aderir com a criação do movimento “Marcha das Galdérias”.

A proteção das vítimas de violência foi reforçada em 2011, na assinatura da Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica, mais conhecida como Convenção de Istambul. É um instrumento de políticas públicas específicas para proteger mulheres vítimas de violência e a proibição de qualquer tipo de discriminação contra mulheres. Esta convenção obriga os Estados membros e os partidos políticos a assegurarem-se que são implementadas medidas no sentido de erradicar a discriminação e violência contra mulheres (Council of Europe, 2011). No entanto, existem ameaças à harmonia e manutenção dos objetivos desta convenção. Em março de 2021, a Turquia, anunciou a sua retirada desta convenção<sup>15</sup>. Esta decisão causou preocupação na União Europeia, Dunja Mijatović, comissária para os direitos humanos do *Council of Europe*, afirmou “Num momento em que o feminicídio e outras formas de violência contra as mulheres estão em alta no país, a Turquia não deve recuar e reduzir as suas ferramentas para lutar contra este flagelo” (Council of Europe, 2021).

### **2.3.3. Caracterização e construção da figura da vítima e do agressor**

No que diz respeito às vítimas, para Simões (2014), existe uma ligação entre o estatuto socioeconómico das vítimas e a sua vulnerabilidade face à violência de que são vítimas, reforçando a ideia que os atos de violência de género são suportados pelas “desigualdades expressivas em todas as esferas da vida societária” (Simões, 2014, p. 49).

Uma segunda orientação implícita na construção social da violência contra as mulheres como um problema de género é a de afastar as visões individualizadas da *ofensividade* masculina que, na esteira do sistema patriarcal, enfatizam os fatores causais patológicos e, por essa via, desresponsabilizam os agressores e desqualificam as vítimas (Simões, 2014, p. 49).

---

<sup>15</sup> Desde meados de 2020, um partido conservador exercia pressão junto do governo turco, pois no seu entender, a Convenção de Istambul promovia a eliminação de “valores familiares” e incentivava a um estilo de vida “imoral”. Esta saída surge num momento em que os números de feminicídios no país aumentam todos os anos. Em 2019, ocorreram 474 mortes de mulheres vítimas de violência doméstica, o número mais elevado da última década (McKernan, 2020).

Uma das conquistas dos movimentos feministas foi incluir a noção de vítima no conceito de violência de gênero. Passaram a culpa das agressões para as estruturas sociais patriarcais e, atribuíram outras causas à violência de gênero, que não fosse o comportamento das mulheres. Conseguiram contribuir para a construção da imagem da mulher como vítima inocente, sem qualquer tipo de responsabilidade pela violência que sofre. No entanto, existe uma visão contrária a essa construção de vítima, ou seja, a ideia de “vítima inocente” poderia transformar a mulher numa recetora passiva de violência. Esta perspectiva levou a uma mudança no discurso, a nível internacional: de vítima passou-se a falar em sobrevivente ativa, em meados de 1980, numa forma de afirmar que estas pessoas, seriam capazes de analisar a situação de violência, as oportunidades de mudança e procurariam ajuda (Dias, 2017, p. 39). A expressão “mulher batida” passou a incorporar outros tipos de violência, como a violação em contexto de conjugalidade. As razões que levam as vítimas a não abandonarem os agressores, passa pelo “desânimo aprendido” por parte das mulheres vítimas e explica esse comportamento aparentemente passivo. No entanto, esta perspectiva ignora a capacidade “ativa” de sobrevivência destas mulheres, que nem sempre são passivas às agressões. Por outro lado, podem mesmo sentir-se mais determinadas e corajosas para reagir (Dias, 2004, p. 135). É importante ter em conta, que o modelo feminista introduziu o conceito de “síndrome da mulher batida” como uma forma de chamar a atenção para o problema. Também foi graças a este termo que muitas mulheres maltratadas foram absolvidas pelos tribunais, depois de cometerem crimes contra os seus agressores (Dias, 2017, p. 40).

Apesar do perfil tipo de vítima ser, na sua maioria, do sexo feminino, tal não significa que os homens não sejam eles próprios vítimas e sobreviventes. Relativamente à realidade portuguesa, o relatório anual da APAV de 2018<sup>16</sup>, mostrou que o perfil tipo da vítima, na maioria, é do sexo feminino (82%), com idades compreendidas entre os 25 e os 54 anos (39,8%). A diferença é grande quando se compara com os homens vítimas de violência (17%). Relativamente ao estado civil, a vítima é casada (27,7%) e pertence a uma família nuclear com filhos (32,9%). A vítima, na maioria dos casos, trabalha (33%), mas há um número significativo de vítimas que se encontram a cargo da família (14,8%). “As relações de cônjuge, companheiro/a, ex-cônjuge, ex-companheiro/a, ex-namorado/a e

---

<sup>16</sup> O relatório Anual da APAV referente ao ano de 2018, só foi publicado em 2019.

namorado/a no seu conjunto totalizam 57,7% das relações existentes entre vítima e autor/a do crime” (APAV, 2019, p. 17).

Nas situações de violência doméstica, o agressor conhece bem a vítima e inclusive mantém frequentemente relações de grande proximidade. Algumas das características individuais que podem estar na base de comportamentos violentos, por parte dos homens, são a fraca autoestima, a sensação de possuírem pouco poder, tendências sádicas e aditivas, serem patologicamente ciumentos, possessivos ou dependentes. No entanto, Dias (2004) considera que não é fácil traçar o perfil de agressor. Qualquer homem pode assumir o papel de agressor. Dados relativos a 2019 da APAV, revelaram um perfil tipo do agressor: na maioria dos casos, é do sexo masculino (85%), com idades compreendidas entre os 26 e os 55 anos de idade. O estado civil é casado/a (28,9%) e tem uma atividade económica (35%) (APAV, 2019).

A vítima é muitas vezes considerada, como já referido anteriormente, a culpada da agressão e com um “gosto” por sofrer, caso contrário seria de esperar que colocasse um fim à relação. Já o agressor, é visto como doente, e o seu comportamento justificado com base no consumo de substâncias, como o álcool ou drogas (Cerqueira & Gomes, 2017). As características descritas acima são estereótipos e mitos relacionados tanto com a figura da vítima como a do agressor, muitas vezes perpetuados pelos *media*. Essa situação será desenvolvida, com mais pormenor no último ponto do presente capítulo.

#### **2.4. A discriminação contra as mulheres e a violência de género nos *media***

O fim da violência com base no género está dependente da mudança de atitudes e perceções que normalizam este tipo de violência. É nestas circunstâncias que os *media* assumem um papel crucial – mobilizando e influenciando as massas. Neste sentido, de acordo com o Council of Europe (2016), os *media* conseguem formar opiniões e mentalidades e, deste modo, podem prevenir a violência contra as mulheres e homens e instigar à mudança, moldando a forma como a sociedade percebe as mulheres, os homens e a violência de género. Como já foi discutido no primeiro capítulo dedicado à teoria do *agenda-setting*, isto significa que a forma como os *media* selecionam as notícias a transmitir e como os eventos são representados têm impacto no comportamento das pessoas (Sutherland *et al.*, 2015). No caso dos jornais, vários estudos dos últimos anos

(Bullock, 2010; Bullock & Cubert, 2002; Morgan & Politoff, 2012; Richards, Gillespie, & Smith, 2011; Taylor, 2009; Wozniak & McCloskey, 2010) mostraram que as notícias de homicídios em contexto de violência cometida por um parceiro tinham como foco principal a descrição do assassinato, mas não explicavam a razão por detrás destes homicídios (Sutherland *et al.*, 2015, p. 13).

Por sua vez, Soares (2015) considera que a violência transmitida noutra meio de comunicação – a televisão – provoca e desencadeia comportamentos violentos nas crianças e nos jovens. Mediar os conteúdos televisivos é essencial na prevenção de futuras agressões em rapazes e raparigas e a quebrar eventuais estereótipos em relação a homens e mulheres. No entanto, não se pode ignorar que a violência doméstica, presenciada na infância, também pode contribuir para um comportamento violento no futuro, devido a traumas passados. Para Soares (2015), a violência no seu todo está relacionada com os jovens, as crianças e a educação que lhes é dada. A culpa é atribuída àqueles que têm por responsabilidade educá-los, como por exemplo, os pais, a escola, os governantes, a Igreja e até mesmo os jornalistas:

Estes últimos não são os menos responsáveis nem, por isso mesmo, os menos importantes. As grandes letras, os grandes títulos que chamam a atenção do jovem para a notícia, a voz aliciante que entra no silêncio do seu quarto, recontando histórias e novidades, a imagem que serve muitas vezes de companhia à solidão que se impõe com uma força e um poder de persuasão imenso, deixam uma marca muitas vezes indelével e irreparável na criança e no jovem que os leem, ouvem ou veem (Soares, 2015, p. 26).

A alegada responsabilidade dos jornalistas está também relacionada com o facto de serem estes que produzem a informação que entra todos os dias em casa das pessoas. Mas é importante entender que a televisão não inventou a violência, mas pode, sem dúvida, agravar, instigar ou suscitar os comportamentos violentos. No entanto, a forma de representar nos *media* a violência de género, pode revelar-se um obstáculo à prevenção. Tal ocorre por ainda persistirem representações sexistas e imagens degradantes, muitas vezes através do sensacionalismo que contribui para a perpetuação dos estereótipos de género, nos quais se baseia a violência de género. A representação mediática da violência de género, muitas vezes, pode ser mal interpretada pelo público, devido à forma como o discurso é construído. Por exemplo:

Reportagens sobre violência doméstica podem sugerir que esta é subproduto de um relacionamento difícil, em vez de uma expressão de poder e controlo de uma

pessoa sobre outra, pode encorajar uma mulher continuar com o seu agressor com medo de não ser levada a sério (Council of Europe, 2016, p. 31).

A violência potencialmente presente nos *media* não é algo que preocupe as grandes empresas que detêm os órgãos de comunicação, pois segundo Soares (2015), estas parecem estar mais preocupadas com os lucros que podem obter das audiências e deste modo atrair os investidores publicitários. Desta forma, não têm problema em contribuir para uma cultura de violência e irresponsabilidade, que pode representar um perigo para a vulnerabilidade da sociedade que é influenciável (Soares, 2015, p. 48). Os *media* têm a capacidade e o dever de dar a conhecer “realidades relacionadas com a desigualdade de género, cumprindo assim uma importante missão social e contribuindo para uma sociedade mais igualitária” (Subtil & Silveirinha, 2017, p. 55). Destacamos ainda uma aparente inação em relação à violência sexual, em particular a “cultura da violação”<sup>17</sup>, que acaba por ser perpetuada pelos *media* através da comercialização do sexo e da pornografia (Walby *et al.*, 2015). A luta contra a violência sexual tem lugar também nas redes sociais, as quais têm vindo a ser utilizadas por jovens como forma de fazer ativismo, o seu uso acaba por organizar uma rede de resposta, através de ferramentas como vídeos, gravação de áudios e técnicas de mapeamento do *Google*. Estas ativistas acabaram por mudar a noção de testemunha que apenas ouvia ou via, para alguém que grava e distribui as provas da existência da “cultura de violação”. O humor e a ironia são utilizados pelas feministas como forma de resposta e podem ter um efeito mobilizador (Rentschler, 2014, p. 69). O efeito mobilizador e abrangente que as redes sociais detêm já foi constatado com o surgimento, nos últimos anos, de vários movimentos, a denunciarem situações de violência de género. Um dos mais recentes aconteceu na rede social *instagram*, durante o verão de 2020, em que as mulheres turcas, maioritariamente figuras públicas, começaram a partilhar no seu perfil, fotografias suas a preto e branco, com a legenda “desafio aceite”. O objetivo era fazerem-se ouvir e mostrarem solidariedade para com as mulheres assassinadas naquele país e de chamar a atenção para a possibilidade dessas fotografias que, normalmente, surgem a preto e branco nos jornais ou na televisão de mulheres assassinadas, poderem ser as suas. Este movimento de contestação surgiu com o aumento da violência contra as mulheres na Turquia, que tem disparado nos últimos anos, como já referimos anteriormente. Estes movimentos recentes que se alastram nas redes sociais,

---

<sup>17</sup> Entenda-se por “cultura de violação”, um ambiente social onde é normalizada e justificada a violação, apoiada pelas desigualdades de género (UN Women, 2019).

ganharam um impulso com a campanha viral *#MeToo*<sup>18</sup>, em 2017, que começou por denunciar as situações de assédio sexual por parte de homens poderosos da indústria do cinema, mas depressa se tornou num incentivo para mulheres de todo o mundo juntarem o seu nome a uma longa lista de mulheres que já foram abusadas ou assediadas sexualmente (Jenainati, Groves & Milton, 2019). Aqui, mais uma vez, reforça-se o papel importante dos meios de comunicação em assumir o papel de educar e intervir para alterar as conceções do público em relação à violência sexual. Algumas visões mais pessimistas sobre o assunto, afirmam ser pouco provável que os *media* adotem uma perspetiva mais sensível em relação ao género, devido à normalização da violência contra as mulheres (Walby *et al.*, 2015).

Num levantamento de estudos já realizados à cobertura mediática de notícias de violência contra mulheres, foram encontrados vários pontos comuns. Um destes seria o facto destas notícias incluírem elementos sensacionalistas. No ponto de vista de Sutherland *et al* (2015), estas notícias providenciavam ao público, um ponto de vista provocativo da situação e não representativo (p.14). Um estudo realizado por Richards *et al* (2011) analisou centenas de jornais na Carolina do Norte e percebeu que os artigos de alguns jornais que enquadravam o assassinato em contexto de violência íntima, continham algumas vezes informações para as vítimas procurarem ajuda. Aparentemente, os *media* detêm um foco centrado no assassinato, ou seja, as histórias sobre assassinatos continuam a prevalecer em relação à cobertura de outras formas de violência sobre as mulheres, como o abuso emocional. Em relação à culpabilização da vítima mulher, Richards *et al* (2011), dividiram-na em dois tipos: em táticas diretas e táticas indiretas. A primeira passava pela escrita jornalística sugerir que as vítimas tinham falhado no pedido de ajuda, isto significa, que não teriam tomado as precauções necessárias para evitar a violência ou a morte. A tática indireta passava por usar problemas mentais, o uso de álcool ou drogas por parte das vítimas e dos agressores como fontes indiretas de culpa (2011, p. 190). Também Sutherland *et al* (2015) afirmam que certas condições que a mulher apresenta no momento do crime (bêbeda, sob o efeito de drogas, desmaiada ou fora de controlo)

---

<sup>18</sup> Esta campanha esteve envolvida em polémica, quando várias personalidades femininas ligadas ao mundo do espetáculo, por exemplo Catherine Deneuve, assinaram uma carta aberta (*Defendemos a Liberdade de Importunar, Indispensável à Liberdade Sexual*) publicada pelo jornal francês *Le Monde*, onde denunciaram a existência de uma onda de “puritanismo”, em que as denúncias perderam o controlo. Consideram que este tipo de campanhas eternizam as mulheres como vítimas. A carta também chama a atenção para uma falta de clareza na definição de assédio sexual (Rodrigues, 2018).

são usados pelos *media* para acentuarem uma imprudência/descuido, retirando a culpa ao agressor, colocando-a no comportamento da mulher (p. 21). Por outro lado, a cobertura mediática de mulheres perpetradoras de violência surge como uma “novidade” e mais carente de explicação, que muitas vezes passa pelos adjetivos “loucas e más”. A utilização deste tipo de linguagem por parte dos *media* contribui para uma diminuição da culpa dos agressores e transmite à audiência, a ideia que este tipo de violência não é um crime grave e que as mulheres são as culpadas da sua vitimização (Richards *et al*, 2011, p. 179).

De forma a existir uma cobertura mediática mais inclusiva, muitos países têm implementado ações de educação para jornalistas no sentido desta linguagem não-sexista e não-discriminatória. Por exemplo, em Portugal, a RTP deu formação aos seus jornalistas no tema da igualdade de género e na produção de reportagens “sobre violência de género, mutilação genital feminina, violência doméstica como forma de violência de género e cobertura mediática de homicídios no contexto de relações íntimas” (Council of Europe, 2016, p. 34). É então perceptível, o papel fundamental que os *media* desempenham na vida das pessoas. Ao longo dos últimos 20 anos têm sido implementados vários planos para a igualdade de género, elaborados pelo governo português, que têm vindo a incluir pontos dedicados à comunicação social. Em 2014, começou a ser implementado o V Plano para a Igualdade que afirmava esta importância dos meios de comunicação em contribuir para a educação da cidadania e o seu papel fulcral nas sociedades atuais. No entanto, esse documento ainda alertava para o facto de que os meios de comunicação continuam a transmitir representações dos papéis de género estereotipados (Subtil & Silveirinha, 2017). Estes papéis de género poderiam estar menos presentes com o aparecimento da “cara” do novo feminismo do século XXI, que seriam as mulheres “bonitas e más”, representadas em revistas de moda, canais televisivos de música, etc. Esta mulher representaria o fim do patriarcado e, surgiu com a construção dos *media* dos movimentos de direitos das mulheres (Yang, 2007). Por outro lado, Cruz (2008) afirma que as mulheres continuam a ser “vítimas” de representações constrangedoras na televisão ou revistas devido à visão patriarcal da sociedade, estas situações também são consideradas violência contra as mulheres.

Refletindo sobre as medidas anteriormente expostas, entendemos que a passagem do tratamento jornalístico da violência de género como um problema social (e até de saúde pública), em vez de um problema do foro privado, deve-se às várias medidas

implementadas, ao longo dos anos, pelos governos e meios de comunicação, em vários países, em relação ao discurso jornalístico utilizado sobre a violência de gênero.

### **3. A violência de género no *Público* e *Correio da Manhã* em tempo de pandemia Covid-19**

#### **3.1. Definição do campo de observação e dos critérios da análise de conteúdo**

Como campo de observação, elege-se o *Público* e o *Correio da Manhã*, com um período de análise de seis meses (1 janeiro a 30 junho 2020). A opção de comparar estas duas publicações diárias, o *Público* considerado um jornal de referência e o *Correio da Manhã*, associado a um jornalismo *tabloid* (marcado por um modelo de jornalismo sensacionalista) e de ser o diário com mais exemplares vendidos diariamente (Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragem e Circulação, 2020), deve-se ao interesse em compreender como dois jornais com um estatuto editorial e um público leitor tão distintos cobrem um fenómeno tão sensível como a violência de género.

Em termos de estratégia metodológica, recorreremos a uma metodologia mista, que segundo Creswell (2003) serve para entender melhor os problemas de pesquisa, consistindo numa junção do método quantitativo com o método qualitativo. O método quantitativo é utilizado quando o objetivo é coletar dados numéricos com o recurso a certos instrumentos que produzem dados estatísticos, podendo ainda usar hipóteses ou relações de causa-efeito para o desenvolvimento do conhecimento. Por outro lado, o método qualitativo privilegia as palavras, sendo mais interpretativo (Creswell, 2003). Utilizaram-se técnicas de recolha documental: 1) a pesquisa e análise da bibliografia (qualitativo) nos domínios dos estudos feministas dos *media* e da hipótese do agendamento, enquadrada dentro das pesquisa administrativa norte-americana de investigação dos efeitos das mensagens dos *media*, que se revelou fundamental para a construção de um enquadramento teórico; 2) a análise de conteúdo (quantitativo), por sua vez, definida “como a análise objetiva, quantitativa da característica da mensagem” (Neuendorf, 2002, p.1).

Para realizar a análise de conteúdo, e responder aos objetivos estabelecidos, procedemos à construção de uma base de dados no SPSS, com variáveis sobre a dimensão estrutural do jornal (tamanho da peça, secção, ênfase, formato jornalístico), a dimensão textual sobre a construção das notícias de violência de género (romantização, atributo, motivo do crime, continuidade, pormenores do facto, informações para vítimas) e também variáveis relacionadas com o protagonista das peças e a dimensão imagética (aspecto dos

personagens, tipo de ação, expressão de poder). Abaixo, encontra-se a tabela que foi construída para se proceder à análise de conteúdo, onde estão presentes as variáveis das três dimensões analisadas, já referidas:

#### A) Variáveis estruturais

<b>A1) número da notícia</b>		(contínua)
<b>A2) data</b>	<b>A21) dia</b>	1 a 31
	<b>A22) mês</b>	1 a 6
<b>A3) Jornal</b>		1. <i>Público</i> 2. <i>Correio da Manhã</i>
<b>A4) Enfatização</b>		1. Capa/Manchete 2. Capa/Destaque 3. Pág. 3 4. Outras páginas ímpares 5. Páginas centrais 6. Contracapa 7. Páginas pares 8. Páginas pares e ímpares
<b>A5) Tamanho da peça</b>		1. 1/3 da página 2. Meia página 3. 1 página 4. 2 ou mais páginas
<b>A6) Secção</b>		1. Política 2. Economia 3. Sociedade 4. Cultura/Artes 5. Desporto 6. Internacional 7. Nacional 8. Espaço Público 9. Ciência/Ambiente 10. Atualidade 11. Vidas
<b>A7) Formato jornalístico</b>		1. Crónica 2. Entrevista 3. Agência Internacional 4. Lusa 5. Editorial 6. Coluna/Breve 7. Opinião 8. Reportagem 9. Destaque na capa

	<ul style="list-style-type: none"> <li>10. Notícia</li> <li>11. Infografia</li> <li>12. Cartas do Público</li> <li>13. Série documental</li> </ul>
<b>A8) Espaço</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>1. Nacional</li> <li>2. Internacional</li> </ul>
<b>A9) Local</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>1. Portugal</li> <li>2. Espanha</li> <li>3. UE</li> <li>4. Países europeus fora da UE</li> <li>5. EUA</li> <li>6. PALOPS</li> <li>7. África</li> <li>8. América Latina</li> <li>9. Ásia</li> <li>10. Médio Oriente</li> <li>11. Sudeste Asiático</li> <li>12. Oceânia</li> <li>13. Internacional (Geral)</li> </ul>

#### **A) Variáveis Análise Textual**

<b>B1) Sexo do protagonista</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>1. Feminino</li> <li>2. Masculino</li> <li>3. Transgénero</li> <li>4. Indecifrável</li> </ul>
<b>B2) Atributo (o que os faz aparecer nos jornais)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>1. Imigrante</li> <li>2. Refugiado</li> <li>3. Figura pública</li> <li>4. Assassinado/a</li> <li>5. Violado/a</li> <li>6. Assediado/a</li> <li>7. Membro movimento feminista</li> <li>8. Membro de governo</li> <li>9. Detido/condenado/julgado</li> <li>10. Outros</li> <li>11. Não se aplica</li> <li>12. Agredido/a</li> <li>13. Agressor/a ou Assassino/a</li> </ul>
<b>B3) Assunto/Situações</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>1. Violência Doméstica</li> <li>2. Assédio sexual</li> <li>3. Violação</li> <li>4. Perseguição</li> <li>5. Coação sexual</li> <li>6. Assassinato</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>7. Dia da Mulher</li> <li>8. Questões judiciais (detenção, julgamento, sentença)</li> <li>9. Pandemia Covid-19</li> <li>10. Sexismo</li> <li>11. Outros</li> </ul>
<b>B31) História relacionada com a Pandemia (opção anterior 9)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>1. Estatísticas sobre violência</li> <li>2. Episódio de violência no confinamento</li> <li>3. Julgamentos/Detensões</li> </ul>
<b>B4) Motivo do crime descrito na notícia</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>1. Obsessão</li> <li>2. Amor</li> <li>3. Ciúmes</li> <li>4. Doença psiquiátrica</li> <li>5. Outros</li> <li>6. Não há descrição do motivo</li> <li>7. Poder/Influência</li> <li>8. Patriarcalismo/cultura sexista</li> </ul>
<b>B5) Voz (quem mais expressa o ponto de vista do protagonista)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>1. Sem citações</li> <li>2. Protagonista</li> <li>3. Grupos/associações</li> <li>4. Família/amigos</li> <li>5. Autoridades oficiais</li> <li>6. Membros do governo</li> </ul>
<b>B6) Continuidade das notícias</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>1. Sim</li> <li>2. Não</li> </ul>
<b>B7) A palavra ‘Amor’ ou sinónimos aparece nas peças de violência de género?</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>1. Sim</li> <li>2. Não</li> </ul>
<b>B8) A peça jornalística contém informação que pode ser útil ou fornecer pistas para as vítimas sobre como procurar ajuda?</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>1. Sim</li> <li>2. Não</li> </ul>
<b>B9) A peça descreve pormenorizadamente como ocorreu o crime? (Linguagem explícita, etc)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>1. Sim</li> <li>2. Não</li> </ul>
<b>B) <u>Variáveis imagéticas</u></b>	
<b>C1) Foto/Ilustração</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>1. Sim. Imagem explícita</li> <li>2. Sim. Imagem não explícita (desenho, reconstituição)</li> <li>3. Não</li> </ul>
<b>C2) Quem são os personagens nas fotografias?</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>1. Vítima</li> <li>2. Agressor</li> </ul>

	<ol style="list-style-type: none"> <li>3. Familiares dos anteriores</li> <li>4. Protagonista da peça jornalística</li> <li>5. Fotografia de cenário</li> <li>6. Vítima e agressor</li> <li>7. Outros</li> </ol>
<b>C21) Caracterização do cenário (opção anterior 5)</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Instituições de autoridades (tribunais, polícia)</li> <li>2. Casa dos protagonistas</li> <li>3. Contém vestígios de crime</li> <li>4. Locais vandalizados</li> <li>5. Memoriais dedicados às vítimas</li> </ol>
<b>C3) Aspeto das personagens (com foto)</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Sofisticado/Clássico</li> <li>2. Sedutor</li> <li>3. Descontraído</li> <li>4. Descuidado</li> <li>5. Maltratado</li> <li>6. Nudez</li> </ol>
<b>C4) Expressão de poder (com foto)</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Domínio</li> <li>2. Submissão</li> <li>3. Paridade</li> <li>4. Inexistente ou impercetível</li> </ol>
<b>C5) Tipo de ação (com foto)</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Seduzir</li> <li>2. Posar para fotografia</li> <li>3. Violentar/Agredir</li> <li>4. Descansar</li> <li>5. Quotidiano</li> <li>6. Socializar</li> <li>7. Ripostar</li> <li>8. Discursar</li> <li>9. Dançar/Cantar</li> <li>10. A proteger-se</li> </ol>

### 3.2. Análise descritiva dos gráficos

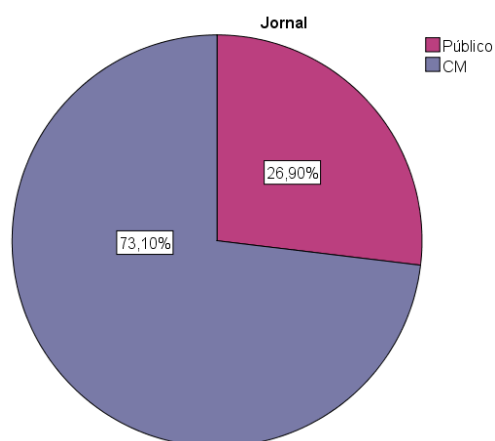


Gráfico 1

Da amostra total de peças jornalísticas encontradas (n=316), 73% pertencem ao *Correio da Manhã (CM)* e 26% ao *Público*.

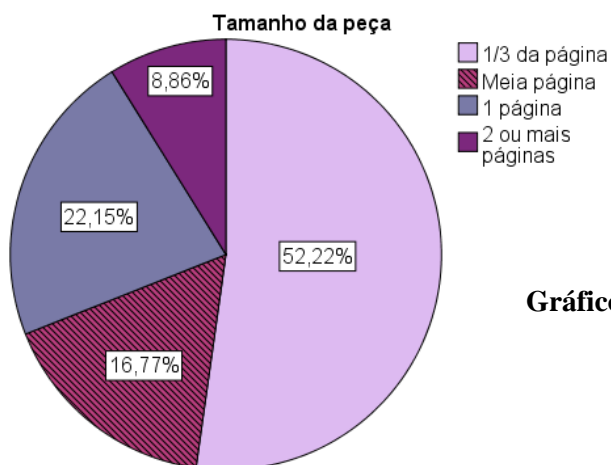


Gráfico 2

No total da amostra, independentemente do órgão de comunicação, a maior parte das peças ocupavam apenas 1 terço da página (52%), seguido de 1 página com 22% e meia página com 16%. Apenas 8% ocupavam 2 ou mais páginas.

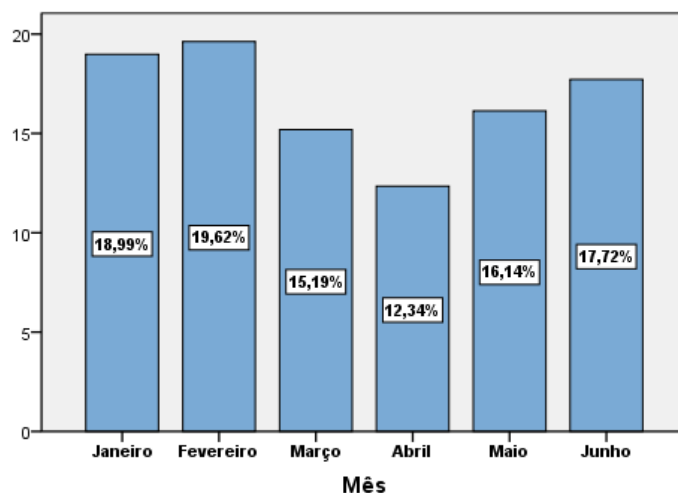


Gráfico 3

No gráfico 3 relativo ao “Mês”, no total dos dois jornais, podemos observar que o mês onde se verificaram mais peças sobre violência de género foi em fevereiro com 19%, seguido de janeiro com 18%. Em março e abril verifica-se uma descida (15% e 12%). O número de peças volta a subir em maio (16%) e junho (17%).

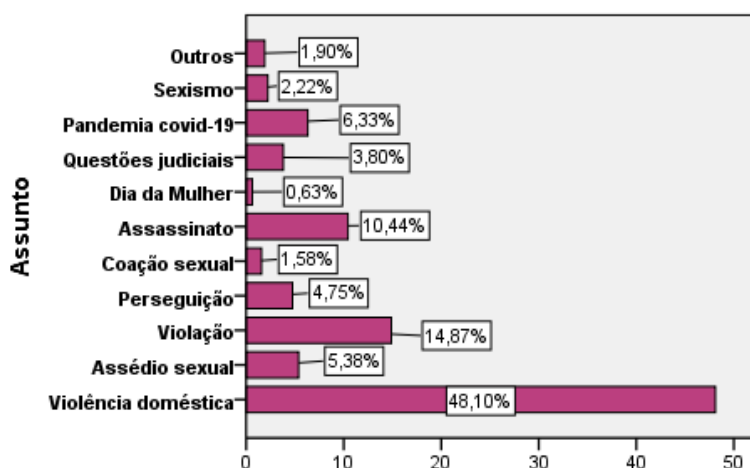


Gráfico 4

No gráfico 4 referente ao “Assunto”, o mais dominante no *Público* e *CM*, foi a “violência doméstica” com 48%, depois a “violação” com 14% e o “assassinato” com 10%. Destacamos também outros assuntos com valores menos expressivos, como a “pandemia covid-19” com 6%, o “assédio sexual” com 5% e a “perseguição” com 4%. Os restantes assuntos revelam valores inexpressivos. A categoria “outros” (1,90%) refere-se a assuntos como “lutas feministas”, “mutilação genital”, “desigualdade de género”, “exploração sexual” e “divulgação de vídeo íntimo”.

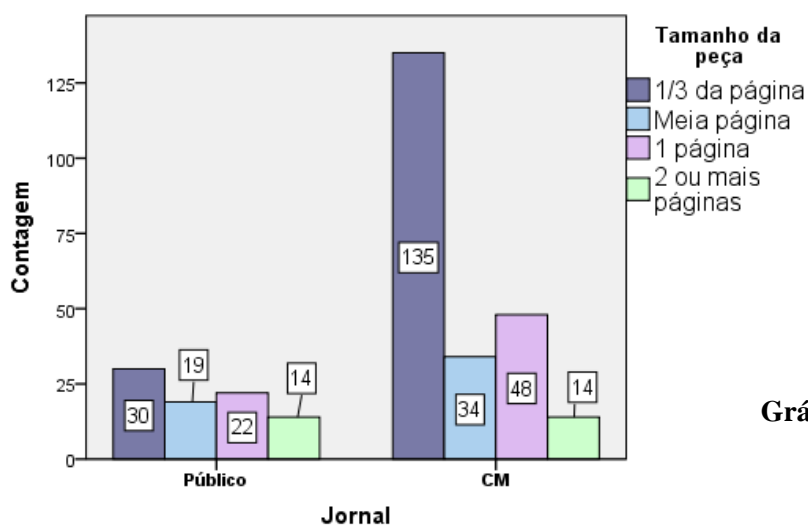
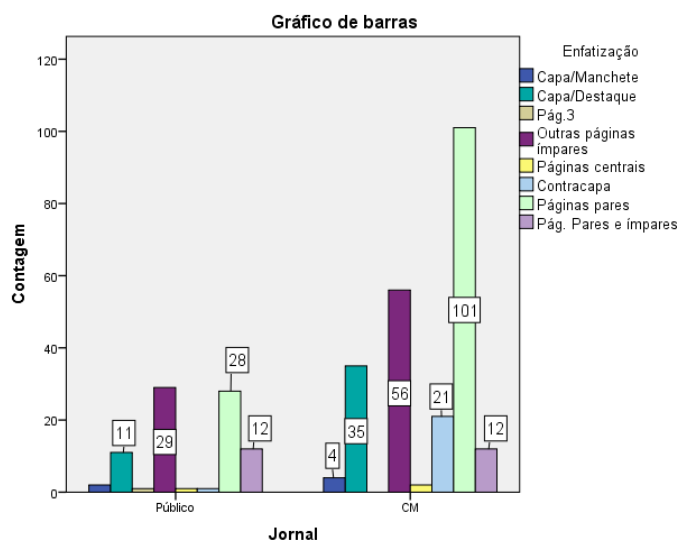


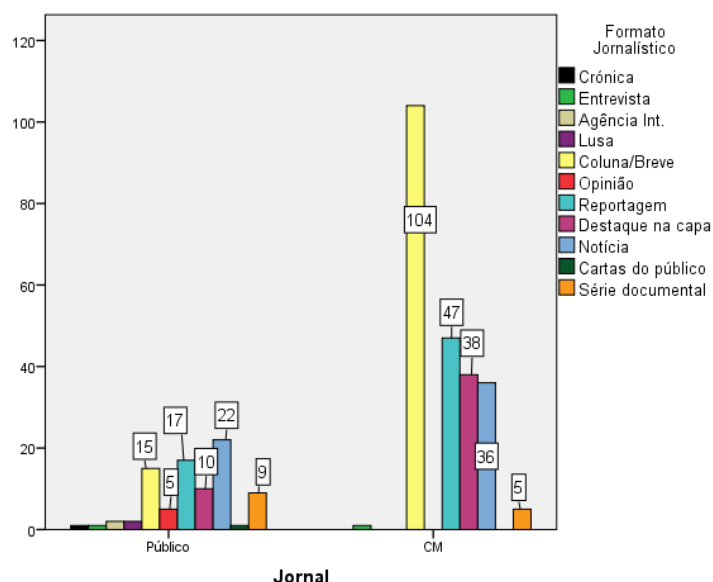
Gráfico 5

No gráfico 5, podemos observar o cruzamento entre a variável “Jornal” e “Tamanho da peça”, que nos mostra uma grande diferença no número de peças encontradas nos dois órgãos, no período analisado. No entanto, ambos os jornais noticiaram a violência de género, na maior parte, através de peças que ocupavam um terço da página (30 peças no *Público* e 135 no *CM*). De seguida uma página com 22 peças no *Público* e 48 no *CM*. Ocuparam meia página 19 peças no *Público* e 34 no *CM*. Por fim, verifica-se que nos dois jornais, o mesmo número de peças (14) ocupou 2 ou mais páginas.



**Gráfico 6**

No gráfico 6, cruzámos a variável “jornal” com “ênfitezação” e verificámos que no *Público* há diferença de 1 peça entre páginas ímpares (29) e páginas pares (28). Encontrámos 12 peças em páginas pares e ímpares e 11 peças na capa como destaque. As restantes categorias apresentam valores inexpressivos. No *CM*, 101 peças estavam em páginas pares, 56 em páginas ímpares, 35 na capa como destaque, 21 na contracapa e 12 em páginas pares e ímpares. Encontrámos ainda 4 peças na capa como manchete do jornal.



**Gráfico 7**

No gráfico 7, cruzámos a variável “jornal” com “formato jornalístico” e verificámos que no *Público* existe um maior equilíbrio na variedade de formatos utilizados enquanto que no *CM*, um grande número de peças centra-se em 4 formatos. No *Público*, 22 peças tinham o formato “notícia”, 17 peças eram “reportagens”, 15 eram “colunas ou breves” e 10 eram os “destaques na capa”. Os restantes formatos apresentaram valores irrisórios. Em relação ao *CM*, observámos 104 peças com o formato “coluna/breve”, 47 peças eram “reportagem”, 38 eram os “destaques na capa” e 36 peças tinham o formato “notícia”. Destacamos ainda o formato “série documental” e “opinião” com 9 e 5 peças nos jornais, respetivamente.

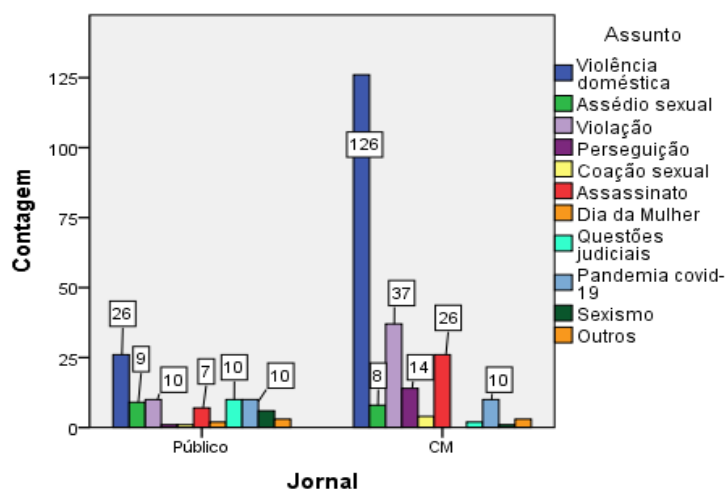


Gráfico 8

No gráfico 8, cruzámos os valores de cada jornal com o assunto da peça relacionado com a violência de género. A “violência doméstica” é o assunto mais noticiado nos dois jornais (26 peças no *Público* e 126 no *CM*). No *Público*, verificamos que os assuntos: “violação”, “questões judiciais” e “pandemia covid-19”, apresentam o mesmo número de peças (10). De seguida o “assédio sexual” com 9 peças e “assassinato” com 7 peças. Os restantes assuntos apresentaram valores inexpressivos. Em relação ao *CM*, em segundo lugar com uma grande diferença no número de peças, surge o assunto “violação” com 37 peças, de seguida “assassinato” com 26. Destacamos as 14 peças encontradas sobre “perseguição”, as 10 peças sobre a “pandemia covid-19” e as 8 peças sobre “assédio sexual”.

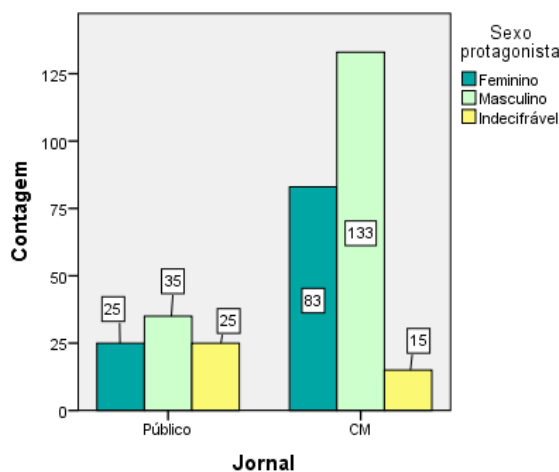
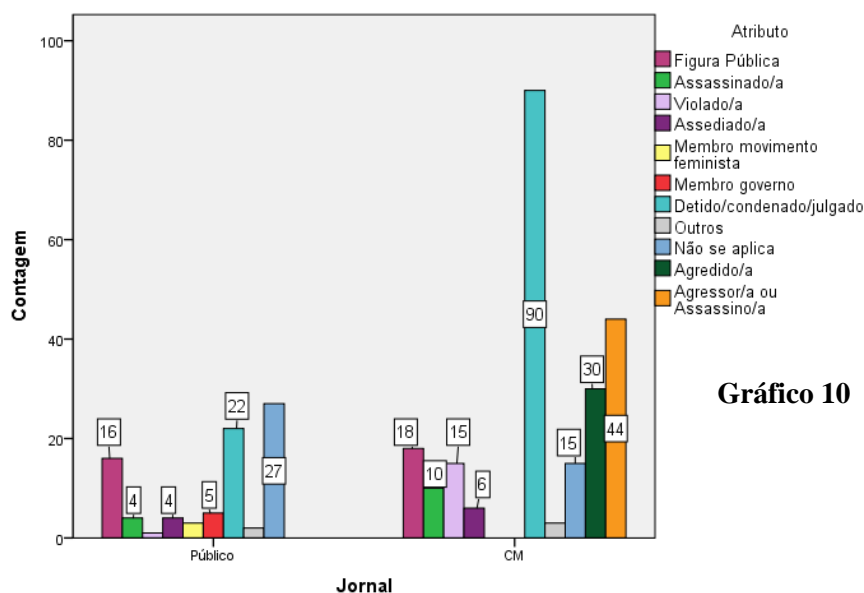


Gráfico 9

No gráfico 9, é nos apresentado o cruzamento entre a variável “jornal” e “sexo do protagonista”. Nos dois jornais, o protagonista é na maior parte “masculino” (35 peças no *Público* e 133 no *CM*). No *Público*, o número de peças que tinham como protagonista alguém do sexo “feminino” eram 25, o mesmo número de peças da categoria “indecifrável”. Já no *CM*, 83 peças tinham como protagonista alguém do sexo “feminino” e 15 “indecifrável”.



**Gráfico 10**

No gráfico 10 podemos observar o cruzamento entre a variável “jornal” e “atributo”. A última serve para perceber por que razão o protagonista é noticiado. No *Público*, é possível verificar que 27 peças não apresentavam protagonista (“não se aplica”), isto aconteceu em situações cujo foco estava numa entidade, num conjunto de pessoas ou em dados estatísticos. Em 22 peças, o atributo foi “detido/condenado/julgado”, de seguida “figura pública” com 16 peças. Os atributos “assassinado/a”, “assediado/a” e “membro do governo” apresentam quase o mesmo número de peças (4 e 5 respetivamente). No *CM*, podemos observar que 90 peças tinham como atributo “detido/condenado/julgado”. Já 44 peças tinham como atributo “agressor/assassino”, de seguida “agredido/a” com 30 peças e “figura pública” com 18 peças. Os atributos “violado/a” e “não se aplica” com 15 peças. Destacamos ainda “assassinado/a” com 10 peças e “assediado/a” com 6. O atributo “outros”, com valores irrisórios, referiu-se a situações em que o protagonista detinha uma profissão não especificada nesta categorização.

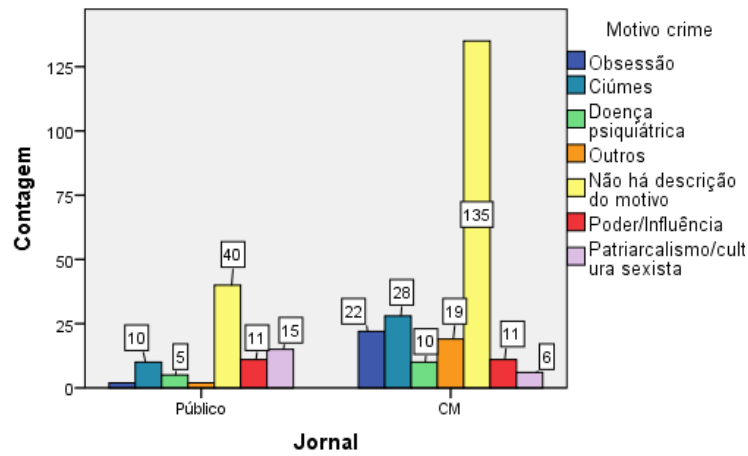


Gráfico 11

No gráfico 11, observamos o cruzamento da variável “jornal” com “motivo do crime” descrito na peça jornalística que noticiava um crime de violência de género. Nos dois jornais, a maior parte das peças não explicava ou descrevia o motivo do crime (40 no *Público* e 135 no *CM*). No *Público*, os restantes motivos que merecem destaque são “ciúmes” com 10 peças, “doença psiquiátrica” com 5 peças, “poder/influência” com 11 peças e “patriarcalismo/sexismo” com 15 peças. No *CM*, os motivos mais apontados nas peças foram “ciúmes” com 28 peças, “obsessão” com 22 peças, “poder/influência” com 11 peças, “doença psiquiátrica” com 10 peças e “patriarcalismo/sexismo” com 6 peças. A categoria “outros” revelou ter um valor expressivo com 19 peças, isto traduziu-se em motivos como o álcool/drogas, vingança ou recusa de divórcio.

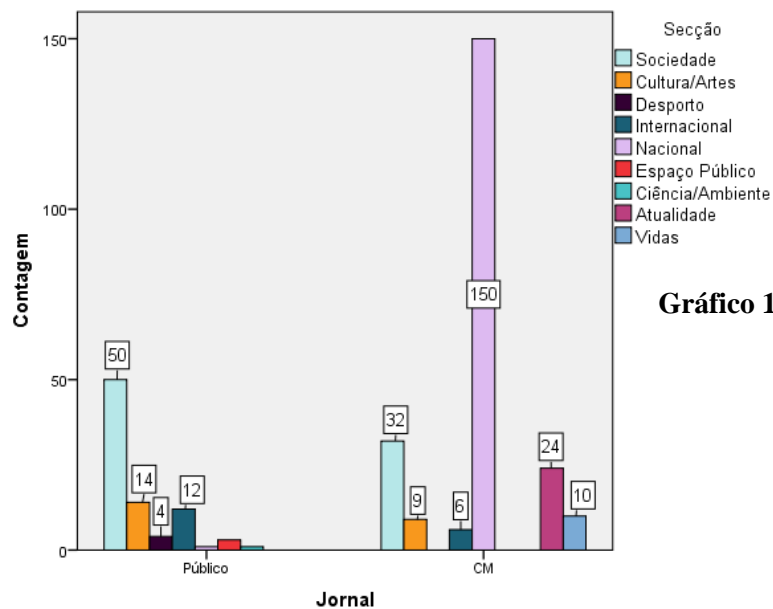


Gráfico 12

No gráfico 12, observamos que no *Público*, apesar de existirem um número de peças inferior em relação ao *CM*, existem algumas secções com um número de peças superior. Isto verifica-se na secção “sociedade” com 50 peças, “cultura/artes” com 14 peças, “internacional” com 12 peças e “desporto” com 4 peças. Já no *CM*, encontramos 150

peças na secção “nacional”, 32 peças em “sociedade”, 24 peças em “atualidade”, 10 em “vidas”, 9 em “cultura/artes” e 6 em “internacional”.

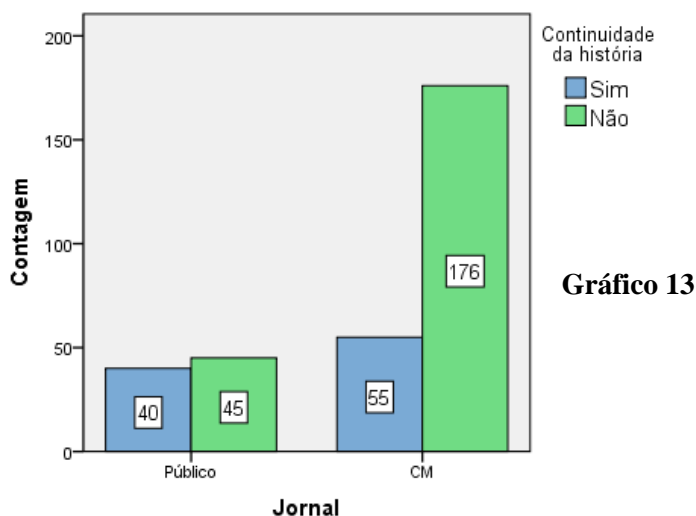


Gráfico 13

No gráfico 13, podemos observar o cruzamento entre “jornal” e “continuidade da história”, que serve para perceber se um assunto surgiu noticiado, mais do uma vez, em várias edições dos jornais. No total da amostra, a maior parte das histórias não teve continuidade. No entanto, no *Público* observa-se mais equilíbrio, visto que 40 peças eram sobre histórias com continuidade e 45 histórias não tiveram continuidade. Por outro lado, no *CM*, a diferença é maior com 55 peças a apresentarem continuidade na história e 176 a não apresentarem.

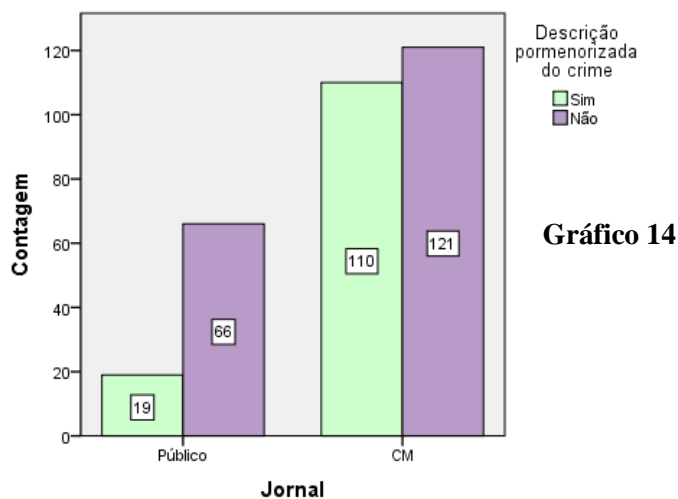
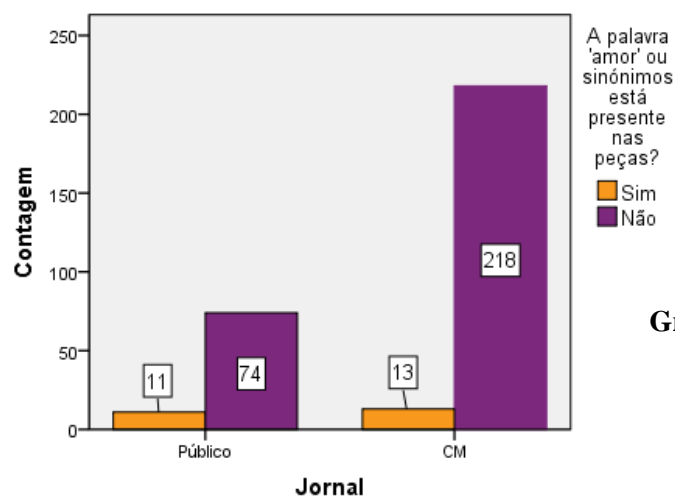


Gráfico 14

De forma a percebermos se as peças sobre crimes de violência de género analisadas, continham descrições pormenorizadas, por exemplo no uso de palavras/expressões, foi criada a variável que podemos observar no gráfico 14. Nos dois jornais, na maior parte das peças, não existiu uma descrição de pormenores dos crimes. No entanto, no *Público*

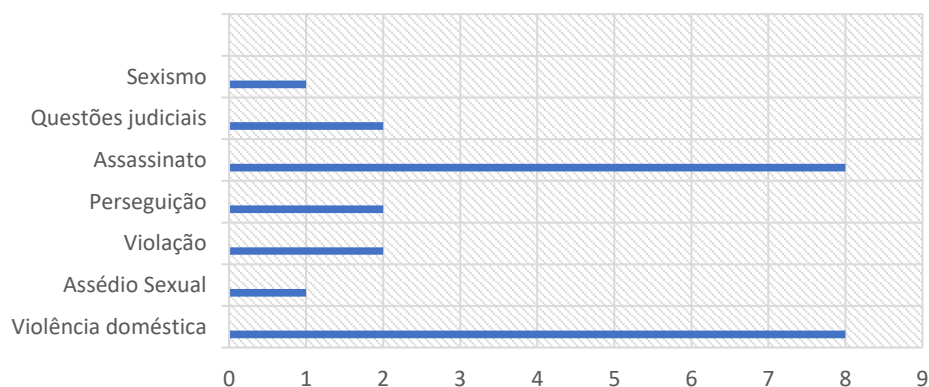
a diferença é maior (19 peças com pormenores e 66 sem pormenores). No *CM*, vemos um valor mais equilibrado (110 peças com pormenores e 121 sem pormenores).



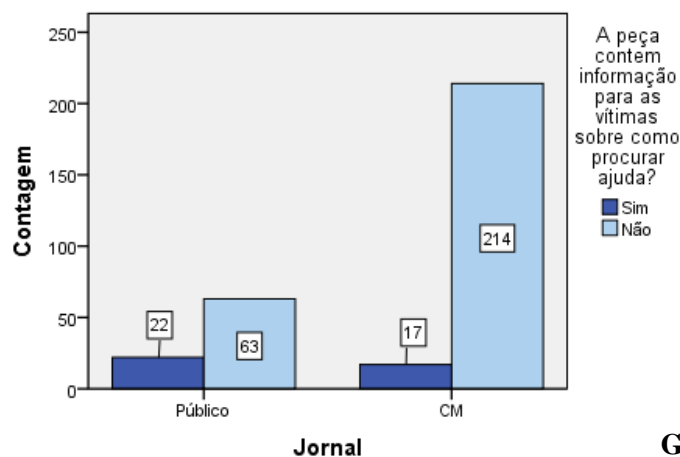
**Gráfico 15**

Com este cruzamento pretendíamos perceber se as peças analisadas sobre violência de género, continham a palavra “amor” ou outras expressões semelhantes que indicassem uma situação agradável entre os protagonistas da história, mesmo que tivesse terminado em tragédia. No *Público*, 11 peças continham uma expressão agradável mesmo quando o assunto era um crime. No *CM*, 13 peças também continham essa expressão. No seguimento do gráfico 15, colocamos abaixo o gráfico 16 que ilustra os assuntos que continham a palavra ‘amor’ ou expressões similares.

**Gráfico 16**



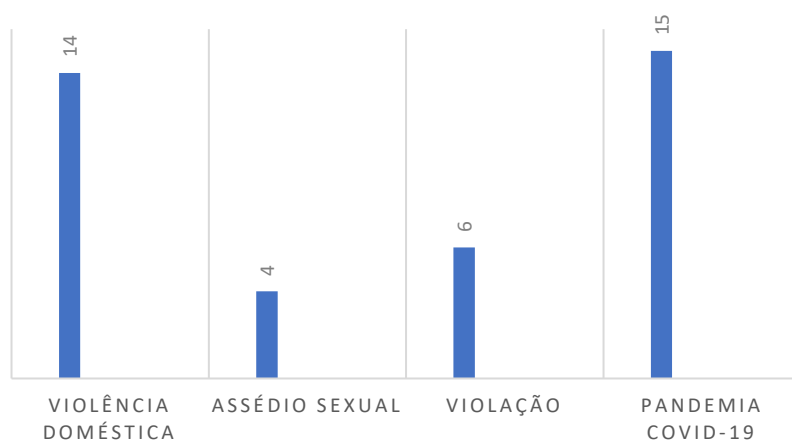
No gráfico acima, colocámos apenas os assuntos das peças que continham a palavra “amor” ou sinónimos. São 8 peças com esta expressão em peças sobre “violência doméstica” e “assassinato”, 2 peças em “questões judiciais”, “perseguição” e “violação” e 1 peça sobre “sexismo” e “assédio sexual”.



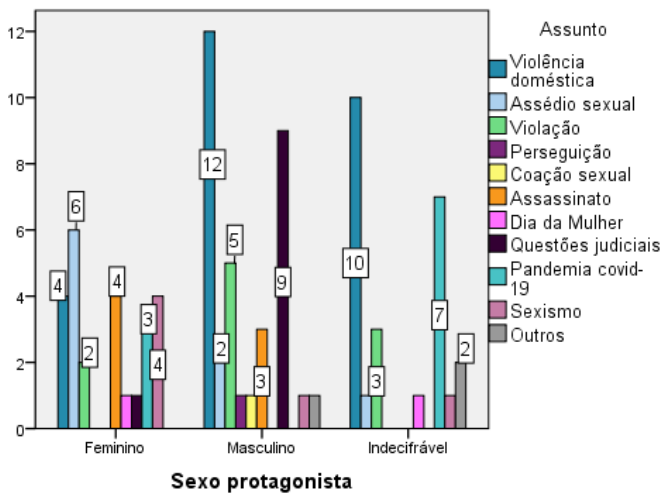
**Gráfico 17**

Neste cruzamento do gráfico 17, quisemos descobrir a quantidade de peças que continham informação útil ou davam pistas/ideias que elucidassem as vítimas a denunciar a situação e a pedir ajuda. Nos dois jornais verifica-se que a maior parte das peças não continham este tipo de informação, por exemplo, no *Público* 22 peças continham esse tipo de informação. Já no *CM*, eram 17, as peças que tinham essa informação. A ajuda traduzia-se em apelar aos leitores a enviar emails com situações de denúncias de violência ou números de telefone de apoio para as vítimas e casas de abrigo.

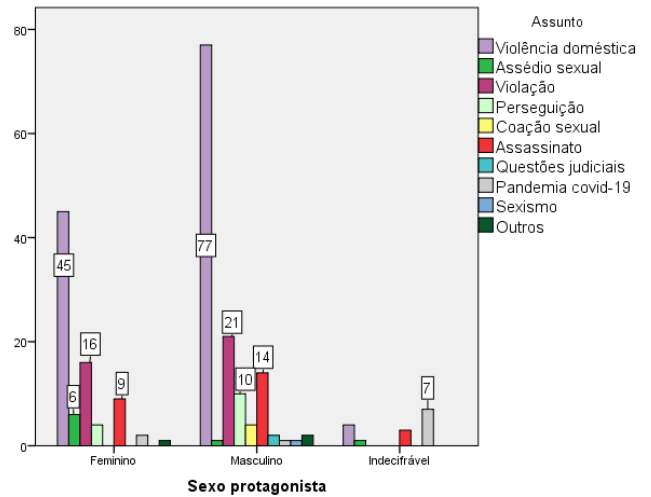
**GRÁFICO 18**



No gráfico acima, podemos observar em que assuntos estava presente alguma indicação de ajuda para as vítimas (total dos dois jornais): 14 histórias sobre “violência doméstica”, 4 sobre “assédio sexual”, 6 sobre “violação” e 15 peças sobre a “pandemia covid-19”.

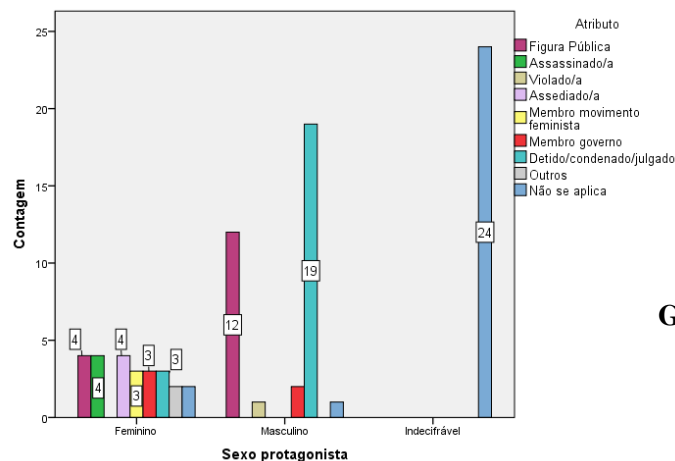


**Gráfico 19 - Público**

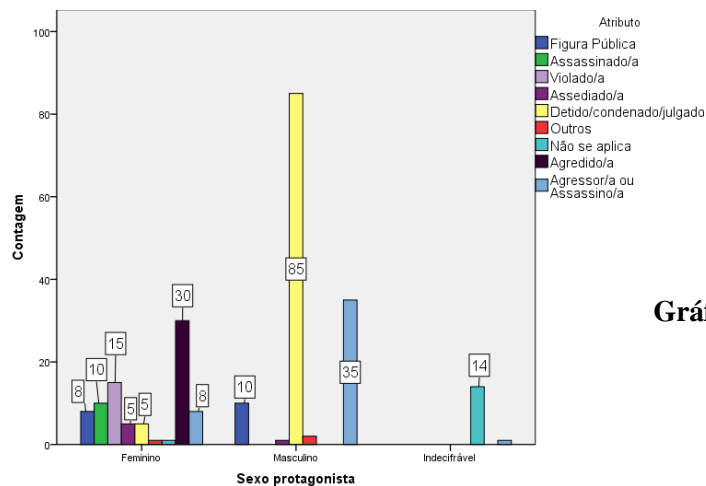


**Gráfico 20 - CM**

Os gráficos acima incidem nos cruzamentos entre “sexo do protagonista” e “assunto” de cada jornal. Esta escolheu recaiu sobre o facto de querermos perceber quem eram os protagonistas no assunto da peça. No gráfico 19 referente ao *Público*, percebemos que quando o protagonista era do sexo feminino, as peças tinham como assunto, na maior parte, o “assédio sexual” (6) e logo a seguir a “violência doméstica”, o “assassinato” e o “sexismo” com 4 peças. Quando o protagonista era do sexo masculino, a maior parte das peças, tinham como assunto a “violência doméstica” (12), depois “questões judiciais” com 9 peças, referente a julgamentos, condenações, etc. Destacamos ainda o assunto “violação” com 5 peças. No caso de o protagonista ser “indecifrável”, 10 peças tinham como assunto a “violência doméstica” e a “pandemia covid-19” ocupou 7 peças. No CM as categorias “feminino” e “masculino” apresentaram tendências parecidas: o assunto mais presente foi a “violência doméstica” (45 peças em “feminino” e 77 em “masculino”), a seguir foi “violação” (16 peças em “feminino” e 21 em “masculino”) e em terceiro foi “assassinato” (9 em feminino e 14 em masculino). Destacamos ainda o “assédio sexual” na categoria “feminino” com 6 peças e o assunto “perseguição” na categoria “masculino” com 10 peças. No sexo “indecifrável” destaca-se o assunto “pandemia covid-19” com 7 peças.



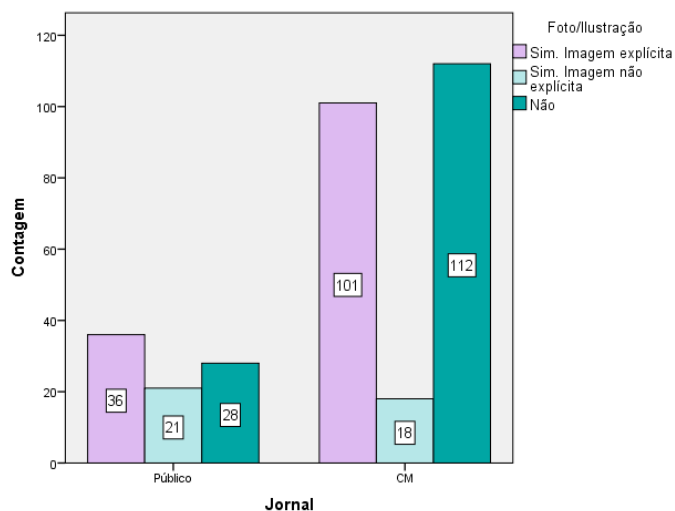
**Gráfico 21 - Público**



**Gráfico 22 – CM**

Nos gráficos acima, observamos o cruzamento da variável “sexo do protagonista” com o “atributo” nos dois jornais. O gráfico 21 diz respeito ao Público: quando o protagonista era do sexo feminino, o atributo que o fazia ser noticiado era por ser “figura pública” (4 peças), “assassinada” (4 peças), “assediada” (4 peças). Destacamos ainda os atributos “membro movimento feminista”, “membro governo” e “detido/condenado/julgado” com 3 peças. Quando o protagonista era do sexo masculino, o atributo que o fazia ser noticiado era por ser “detido/condenado/julgado” com 19 peças e “figura pública” com 12 peças. Nos casos de o protagonista ser “indecifrável”, verificámos que não existia atributo (24 peças) – isto relaciona-se com as peças que focavam uma situação onde não houve identificação de protagonistas, logo, não foi possível determinar o motivo que os levou a ser noticiados.

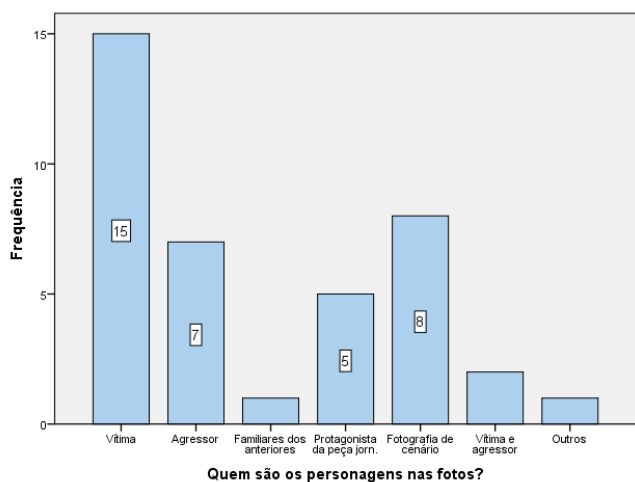
Em relação ao gráfico 22 relativo ao CM, observámos que quando o sexo do protagonista era feminino, o atributo era, na maior parte, por ter sido “agredida” (30 peças), “violada” (15 peças), “assassinada” (10 peças), “figura pública” e “agressora” (8 peças). Destacamos ainda “assediada” e “detida/condenada/julgada” com 5 peças. Os valores são muito diferentes quando observamos quais eram os atributos no caso de o protagonista ser do sexo masculino: “detido/condenado/julgado” (85 peças) e “agressor” (35 peças). O protagonista “indecifrável”, mais uma vez, mostrou-nos que o atributo não se aplicava (14 peças).



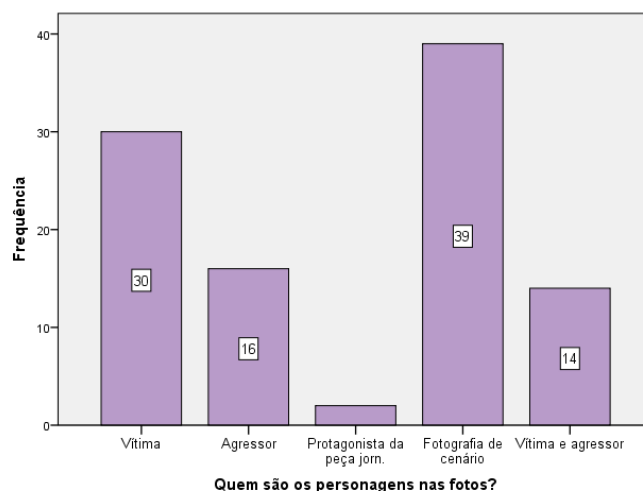
**Gráfico 23**

O gráfico 23 diz respeito à variável imagética, neste caso cruzámos o “jornal” com a existência ou não de “foto/ilustração”. Nos valores do *Público*, percebemos que a maioria das peças analisadas continham alguma imagem perceptível (36 peças). As imagens onde não era possível identificar quem estava presente ou o que estavam a fazer, as imagens desfocadas em certos pontos ou sombras a reconstituir alguma situação, considerámos imagens não explícitas e estavam presentes em 21 peças. No entanto, é importante referir que 28 peças do *Público* não continham qualquer imagem. Em relação ao CM, encontrámos a situação inversa: a maioria das peças não continham qualquer imagem (112 peças), 101 peças continham uma imagem explícita e apenas em 18 considerámos estar presente uma imagem não explícita.

**Gráfico 24 - *Público***

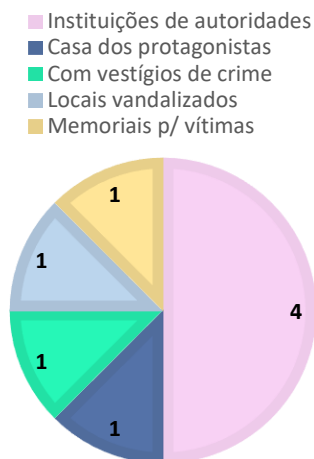


**Gráfico 25 - CM**



Os gráficos acima mostram-nos quem eram os personagens presentes nas imagens ou se a imagem presente era de um cenário. No gráfico 24, relativo ao *Público*, percebemos que a maioria das imagens tinham a “vítima” como destaque (15 imagens), de seguida com 8 imagens está a “fotografia de cenário” e com 7 imagens, o “agressor”. Destacamos ainda as 5 imagens quando a personagem na foto não era vítima nem agressor, mas sim o protagonista da história, que neste caso, não estava relacionada com um crime. No gráfico 25, relativo ao CM, a maioria das imagens era de um cenário (39 imagens), a “vítima” aparecia em 30 imagens e o agressor aparecia em 16 imagens.

## GRÁFICO 26 - PÚBLICO



## GRÁFICO 27 - CM



Os gráficos acima são relativos às fotografias/ilustrações de cenários. No gráfico do jornal *Público*, percebemos que 4 imagens de cenários correspondiam a “instituições de autoridades” e 1 imagem dos cenários “memoriais para as vítimas”, “locais vandalizados”, “casa dos protagonistas” e “com vestígios de crime”.

No gráfico do jornal *CM*, encontramos 16 imagens de cenários que correspondiam à categoria “com vestígios de crime”, 12 imagens de cenários em “instituições de autoridade” e 11 em “casa dos protagonistas”.

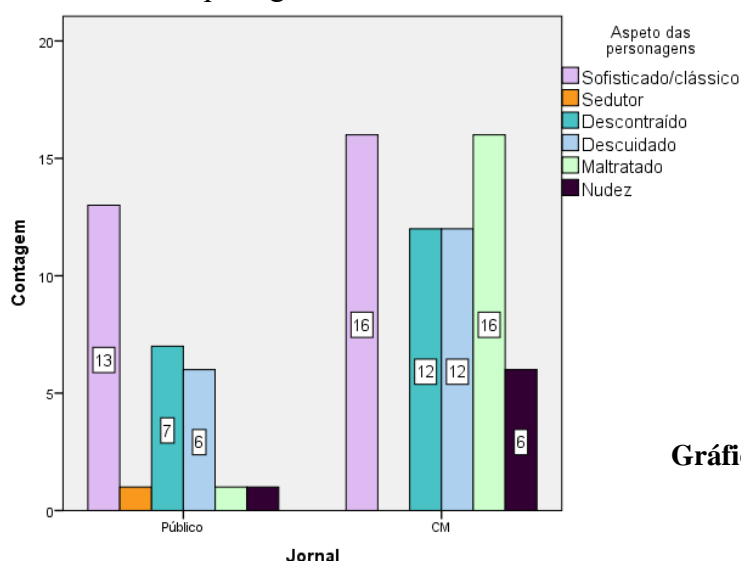


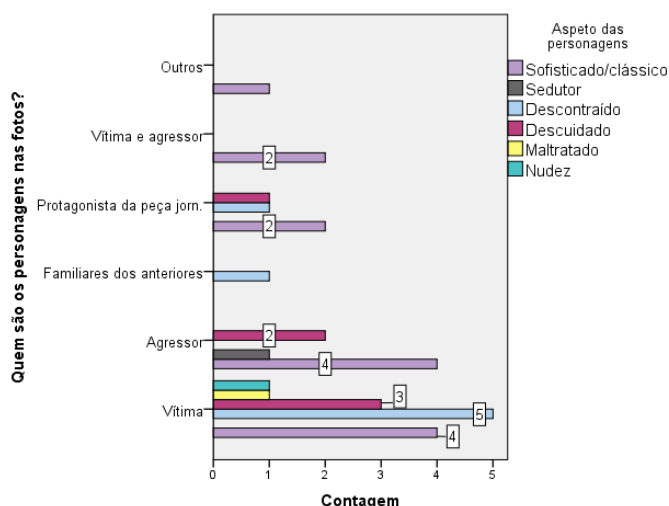
Gráfico 28

No gráfico 28, observamos o cruzamento entre o “jornal” e o “aspecto das personagens” nas fotografias, constituindo uma das variáveis imagéticas. A variável “aspecto das personagens” está ligada ao aspeto físico, mas também aquilo que a expressão facial nos transmitiu ao observarmos as imagens. No *Público*, em 13 imagens, a personagem estava com um ar “sofisticado/clássico”, em 7 imagens surgia “descontraída” e em 6 imagens aparecia “descuidada”. As outras categorias apresentaram valores irrisórios. No *CM*, as personagens que surgiam em 16 fotografias tinham o aspeto de “sofisticado/clássico” e

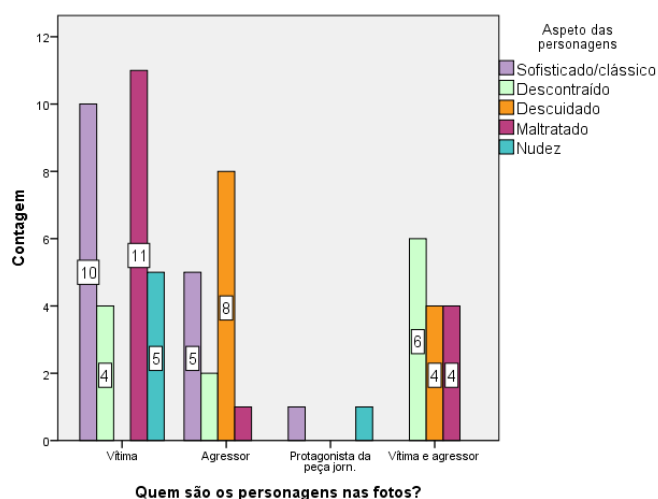
“maltratado”. As personagens surgiram ainda em 12 fotografias como “descontraído” e “descuidado”. Por fim, fazemos referência às 6 fotografias em que as personagens surgiam parcialmente nuas.

Nos gráficos abaixo cruzámos o “aspeto das personagens” com “quem são as personagens nas fotos?” nos dois jornais analisados, com o objetivo de perceber a ligação que existia entre uma personagem e a maneira como se apresentava.

**Gráfico 29 - Público**



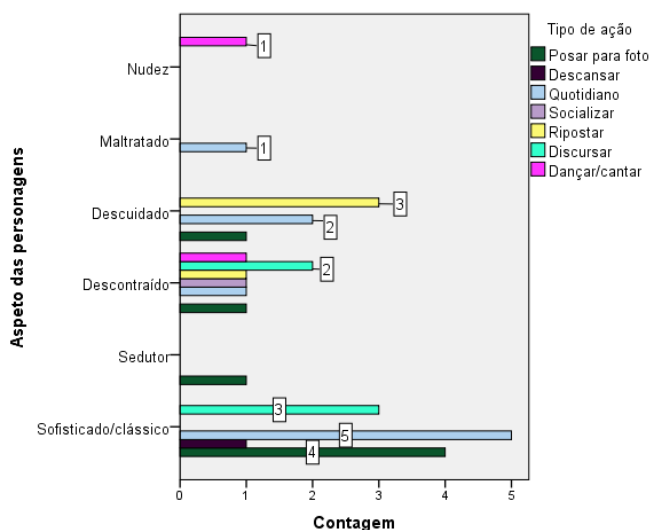
**Gráfico 30 - CM**



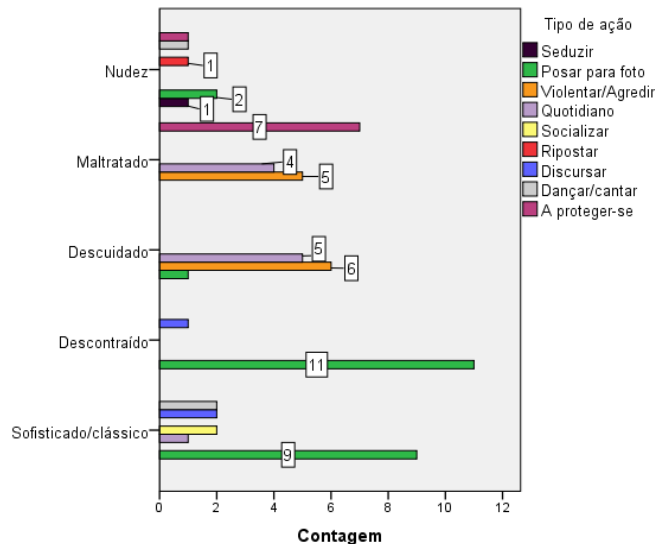
No gráfico 29 relativo ao *Público*, percebemos que os valores estão muito próximos uns dos outros. Verificámos que quando a “vítima” aparecia nas imagens, o seu aspeto era “descontraído” (5 imagens), “sofisticado/clássica” (4 imagens) e “descuidado” (3 imagens). Por outro lado, quando a personagem da imagem era o “agressor”, o seu aspeto era “sofisticado/clássico” (4 imagens), isto acontecia nas peças cujo assunto envolvia um crime de violência de género como o assédio sexual ou violação, em que o agressor era figura pública. Destacamos ainda, da parte do agressor, o aspeto “descuidado” (2 imagens). Nas categorias “protagonista da peça jornalística” e “vítima e agressor” encontrámos 2 imagens, onde as personagens tinham o aspeto “sofisticado/clássico”. No gráfico 30 relativo ao *CM*, observámos que quando a vítima é a personagem na fotografia, o seu aspeto era “maltratado” (11 imagens), “sofisticado/clássico” (10 imagens), “nudez” (5 imagens) e “descontraído” (4 imagens). No caso de o personagem na imagem ser o agressor, o aspeto era “descuidado” (8 imagens) e “sofisticado/clássico” (5 imagens). Destacamos ainda o facto de por vezes, terem surgido imagens onde estão presentes “vítima e agressor”, nesta situação, o aspeto das personagens era “descontraído” (6 imagens) e “descuidado” e “maltratado” com 4 imagens. As restantes barras dos dois

gráficos que não apresentam valores, referem-se a 1 imagem cada, portanto um valor muito pouco expressivo.

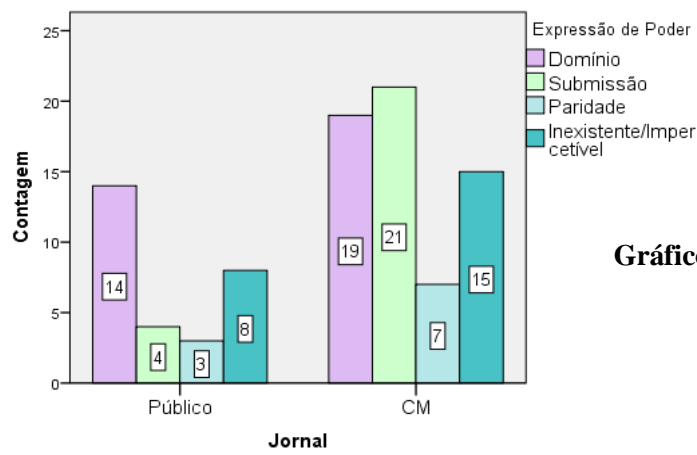
**Gráfico 31 – Público**



**Gráfico 32 - CM**



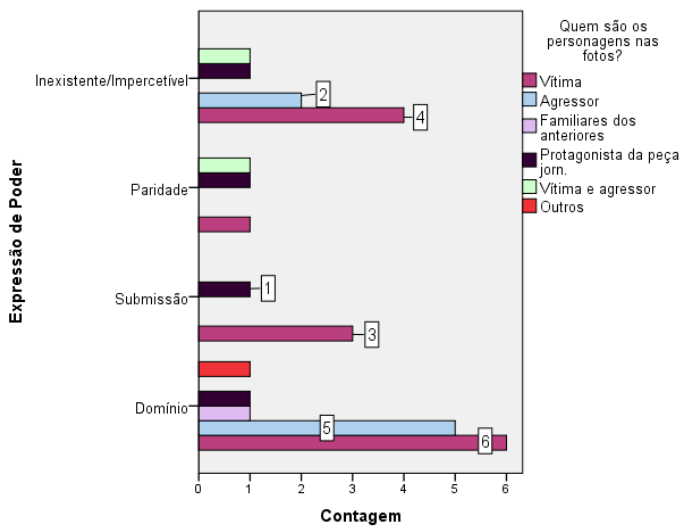
Nos gráficos acima, cruzámos a variável “aspecto das personagens” com “tipo de ação” e verificámos que no *Público*, quando a personagem tinha um aspecto “sofisticado/clássico”, estava num contexto de “quotidiano” (5 imagens), “posar para foto” (4 imagens) e “discursar” (3 imagens). Em 2 imagens, a personagem aparecia “descontraída” a “discursar”. Quando a personagem aparecia “descontraída”, o tipo de ação era “ripostar” (3 imagens) e “quotidiano” (2 imagens). Destacamos o aspecto “nudez”, onde a personagem surgia a “dançar/cantar”. Relativamente ao gráfico do *CM*, é possível observar que no aspecto “sofisticado/clássico”, as personagens nas fotografias estavam a “posar para foto” (9 imagens), o mesmo tipo de ação se verificava no aspecto “descontraído”. Quando as personagens tinham um aspecto “descuidado”, encontravam-se a “violentar/agredir” (6 imagens) e “quotidiano” (5 imagens). No caso de terem um aspecto “maltratado”, as personagens encontravam-se a “proteger-se” (7 imagens), “violentar/agredir” (5 imagens) e no “quotidiano” (4 imagens). Destacamos ainda a categoria “nudez”, onde as personagens surgiram a “posar para foto” (2 imagens). As restantes barras mostram valores muito pouco expressivos de 1 imagem.



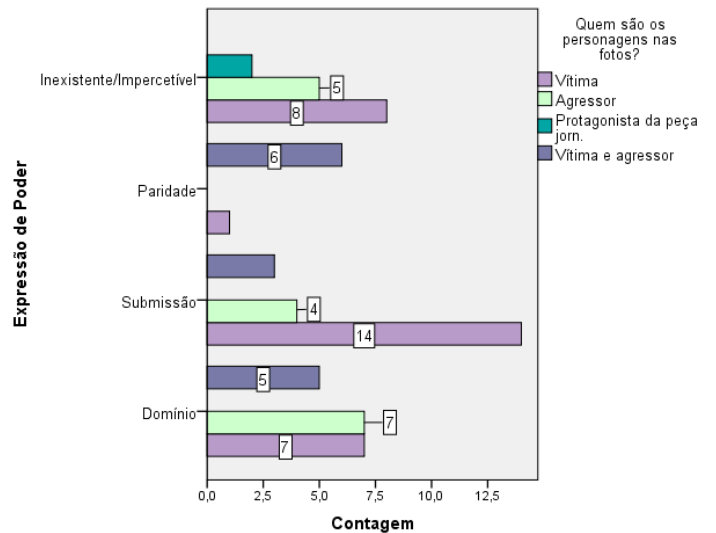
**Gráfico 33**

No gráfico 33, cruzámos a variável “jornal” com a “expressão de poder”, que se traduz por aquilo que a personagem na fotografia nos transmitiu enquanto leitores/observadores. Esta expressão de poder pode ser transmitida através de uma expressão facial/olhar ou de uma certa pose. No *Público*, observámos que a maioria das fotografias nos transmitiam uma sensação de domínio (14 fotos), em 8 fotografias, considerámos que a “expressão de poder” era “inexistente/impercetível”. A “submissão” estava presente em 4 fotografias e a “paridade” em 3 fotografias. No *CM*, verificámos que em 21 fotografias, a “expressão de poder” existente era a “submissão”, de seguida o “domínio” em 19 fotografias, a inexistência de “expressão de poder” em 15 fotografias e a “paridade” presente em 7 fotografias.

**Gráfico 34 - Público**



**Gráfico 35 - CM**



Nos gráficos acima, cruzámos a “expressão de poder” com as personagens presentes nas fotografias. No *Público*, quando a “expressão de poder” era de “domínio”, as personagens nas fotografias eram a “vítima” (6 imagens) e “agressor” (5 imagens). Em “submissão”, a personagem era a “vítima” (3 imagens) e quando a “expressão de poder” era inexistente, verificámos que a personagem era também a “vítima” (4 imagens) e o “agressor” (2

imagens). No caso da “paridade”, isto é, a igualdade entre as personagens presentes nas fotografias, e nas restantes barras pequenas, existia apenas 1 fotografia em cada categoria. No CM, observámos a mesma representação para a “vítima” e “agressor” na expressão de poder “domínio” (7 imagens). Também encontramos fotografias onde estavam o “agressor e a vítima” com expressão de “domínio” (5 imagens). Com a expressão “submissão”, a maior parte das imagens retratavam as vítimas (14 imagens) e 4 imagens eram do “agressor”. Em fotografias nas quais a expressão de poder era inexistente ou impercetível, as personagens presentes eram a “vítima” (8 imagens) e “agressor” (5 imagens). Também neste jornal, a “paridade” revelou números muito baixos.

### **3.3. Discussão dos resultados**

#### **3.3.1. O espaço dedicado à violência de género, a nível estrutural, no Público e CM**

Os acontecimentos para serem considerados “notícias” têm de ser compostos por valores-notícia que justifiquem a sua noticiabilidade para, conseqüentemente serem incluídos na agenda mediática. Logo, não basta ser algo que fuja do expectável (Simões, 2011, p. 398). O que leva, então, a agenda dos *media* a incluir a violência de género nos seus temas prioritários? Como tivemos a oportunidade de discutir no enquadramento teórico, percebemos que a inclusão da violência de género, como assunto com destaque, nas agendas mediáticas, tem sido um processo lento e fraturante na sociedade. Dos vários tipos de ofensas que constituem a violência de género, aquele que ocupa o lugar de destaque tem sido e continua a ser a violência doméstica entre parceiros íntimos. O assédio sexual, a perseguição, o sexismo ou a coação sexual têm sido obscurecidos em detrimento dos acontecimentos que resultam em morte, ferimentos graves ou até pormenores macabros do crime. De facto, na nossa investigação, a violência doméstica continua a preencher o primeiro plano nos dois jornais analisados, seguido da violação e assassinato. O governo português produziu, em 2019, o *Guia de boas práticas dos órgãos de comunicação na prevenção e combate à violência contra as mulheres e violência doméstica*. Neste documento, destaca-se a importância da visibilidade de outras formas de violência de género, dando a entender que as notícias tendem a circunscrever-se aos homicídios conjugais (Secretaria de Estado para a Cidadania e a Igualdade, 2019). As peças de violência de género nos dois jornais em análise, ocuparam, na maior parte das

situações, o espaço mínimo nos dois jornais (1/3 da página), isto é, corresponderam ao formato jornalístico “coluna/breve”, como podemos observar nos gráficos abaixo.

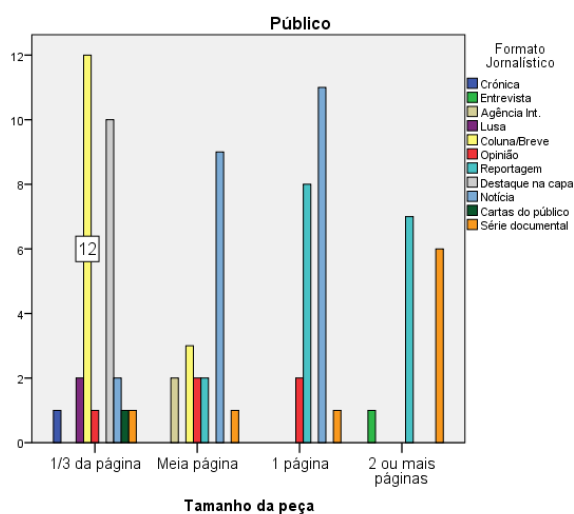


Gráfico 36

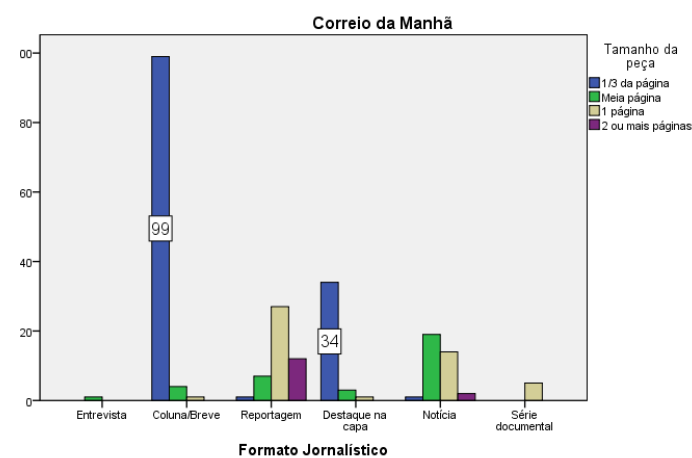


Gráfico 37

Esta situação pode estar relacionada com a tendência predominante dos órgãos de comunicação em cobrirem os casos de violência de género como assuntos do foro privado ou casos isolados. Seria de esperar que estas peças jornalísticas, tratadas como um problema social e até de saúde pública, ocupassem mais de uma página num jornal, por exemplo através de reportagens, que exporiam e contextualizariam este fenómeno. Este tipo de cobertura mediática minimalista é referido por vários/as investigadores/ras, como por exemplo, Varona & Gabarron (2015), que consideram que os casos noticiados são tratados como acontecimentos casuais, reforçando a ideia de ser um problema privado. De forma geral, não encontramos (ou em pouca quantidade) entrevistas, crónicas ou até artigos de opinião, que poderiam contribuir para um debate na opinião pública, com as perspetivas de várias pessoas de diferentes áreas profissionais com o foco na temática da violência de género. No entanto, é importante notar o número expressivo do formato “série documental”<sup>19</sup> sobre a violência de género presente nos dois jornais analisados (gráfico 7). O *Público* escolheu uma abordagem jurídica para a série documental (apelada de “Violência Doméstica no Banco dos Réus”) e consistiu no acompanhamento de vários julgamentos de violência doméstica. O *CM*, por sua vez,

<sup>19</sup> Na matriz para a análise de conteúdo, optámos por atribuir o nome “série documental” às rubricas publicadas semanalmente pelos dois jornais.

optou por dar voz a várias Ex vítimas de violência doméstica, através de entrevistas semanais, onde estas relatavam a violência que sofreram, acabando estes relatos por estar centrados na descrição dos episódios de violência. Estas entrevistas vieram reforçar o direito dos sobreviventes de violência doméstica em fazerem-se ouvir, mas que têm estado silenciados (Hague, Mullender & Aris, 2003). O facto de a maioria das notícias se situarem na secção “Nacional” (no caso do *CM*) ou “Sociedade” (no *Público* e *CM*) reforça, mais uma vez, que são coberturas jornalísticas de episódios isolados e regionais, não integradas num contexto sociológico ou cultural. Destacamos ainda a secção “cultura/artes” do *Público*, onde foi dado destaque ao tema da violência de género, muito por via do caso do julgamento de Harvey Weinstein, mas também de outros casos de denúncias de assédio sexual por parte de figuras públicas, como por exemplo Plácido Domingo ou Woody Allen. Já vimos no enquadramento teórico que o caso do Weinstein foi o precursor de campanhas iniciadas nas redes sociais (*#metoo*) contra o assédio/abuso sexual (também a “cultura da violação”), incentivando as vítimas a quebrarem o silêncio. Desde então, têm surgido novos movimentos parecidos, em várias partes do mundo, por exemplo, no Médio Oriente, as mulheres juntaram-se às denúncias de situações que aconteciam em espaços religiosos, através do *hashtag* *#MosqueMeToo* (Masood, 2020).

O período analisado (janeiro a junho 2020) revelou que janeiro e fevereiro tiveram o maior número de peças sobre violência de género. Isto refletiu-se com as notícias sobre o julgamento de Harvey Weinstein que ocuparam o primeiro plano na agenda mediática do *Público*. O mês de março marcou o início da pandemia em Portugal, o que gerou uma diminuição drástica na cobertura da violência de género. Neste período, as agendas mediáticas do *Público* e *CM* centraram-se na pandemia, como confirmou o relatório<sup>20</sup> *Os efeitos do estado de emergência no jornalismo no contexto da pandemia Covid-19*, 68% dos jornalistas inquiridos viram o seu trabalho totalmente focado na situação pandémica (p. 25). Para esta investigação, também considerámos notícias sobre a pandemia, mas apenas as que relacionaram a pandemia com a violência de género. Como retrata o gráfico 4, esta situação ficou refletida em 6% das notícias:

*Isolamento deixa vítimas mais vulneráveis (...)*<sup>21</sup>

---

<sup>20</sup> Este relatório foi realizado em conjunto pela Comissão da Carteira Profissional de Jornalista, o Sindicato dos Jornalistas, a Sopcom, o Ceis20, da Universidade de Coimbra, o ICS e o CAPP, da Universidade de Lisboa, e o CECS, da Universidade do Minho.

<sup>21</sup> *Público* 19 março 2020

*Violência doméstica é uma epidemia escondida no confinamento*<sup>22</sup>,

*Covid-19 e violência: mais risco para as mulheres*<sup>23</sup>

*Atual cenário é terreno fértil para a violência*<sup>24</sup>

*Dados da PSP revelam que período de confinamento deixou vítimas mais vulneráveis*<sup>25</sup>

Notámos ainda que a cobertura mediática da violência de género relacionada com o período do primeiro confinamento teve início ainda no mês de março de 2020 – início do primeiro confinamento – e apesar de pouco diversificado (é perceptível a semelhança nas frases nos textos das notícias, estes apresentavam sempre uma previsão de futuro próximo em relação a consequências do confinamento), não foi um problema esquecido pelos jornais analisados.

### **3.3.2. A construção textual das peças jornalísticas no *Público* e *CM***

A cobertura mediática de situações de violência de género requiere uma atenção especial à escrita utilizada pelos jornalistas para não transmitirem perceções erradas ao público. Este cuidado tem vindo a ser tomado por vários órgãos de comunicação como a RTP com formações específicas neste domínio para jornalistas e até por entidades governamentais, como o Conselho Económico e Social (CES) que elaborou um *Manual de Linguagem Inclusiva* que abrange todos os aspetos da vida. Em relação a uma linguagem igualitária entre homens e mulheres, este manual sugere que se utilize linguagem neutra “que não aluda ao sexo. Por exemplo, a pessoa que se candidata” ou utilizar “referência específica a ambos os sexos. Por exemplo, a candidata e o candidato” (CES, 2021, p. 6). Sobre a questão de uma escrita jornalística cuidada, Emma Williamson, Nancy Lombard & Oona Brooks-Hay (2020) alertam para o facto de a cobertura mediática de homicídios em contexto de violência doméstica de uma forma geral, durante a pandemia de Covid-19, ter sido muitas vezes apelidada de “*coronavirus murders*”. Na opinião destas investigadoras, não é uma novidade a tentativa de desvalorizar e dar um contexto errado às causas da violência. Esta escrita constrói uma narrativa de que se não fosse o vírus, estes assassinatos não teriam acontecido. No *Público* e no *CM*, estas peças jornalísticas

---

<sup>22</sup> *Público* 20 abril 2020

<sup>23</sup> *Público* 28 abril 2020

<sup>24</sup> *Correio da Manhã* 28 março 2020

<sup>25</sup> *Correio da Manhã* 10 maio 2020

apresentavam uma espécie de aviso do facto do confinamento ser um potencial fator para o aumento da violência doméstica porque as vítimas partilhariam o mesmo espaço com a pessoa agressora. No entanto, considerar o confinamento a justificação para o aumento deste problema devido à pressão, ao aborrecimento, à frustração ou à raiva é errado. Corre-se o risco de confundir as tensões normais entre famílias durante um período de confinamento com o controlo, a toxicidade e os jogos de poder, característicos da violência doméstica (Williamson, Lombard & Brooks-Hay, 2020, p. 291).

A variável “Continuidade da história” é relevante para a presente investigação porque indica-nos se um assunto teve em primeiro plano na agenda mediática de um órgão de comunicação. O que verificámos é que a maioria dos assuntos não tiveram continuidade no *Público* e no *CM*, isto corresponde aos casos isolados que já nos referimos. Por outro lado, a cobertura do *CM*, tende a corroborar a hipótese do agendamento, relativamente ao caso do assassinato da Beatriz pelas mãos de um colega de mestrado. Foi um caso com uma elevada cobertura mediática, a partir do momento em foi noticiado pela primeira vez, em maio de 2020 até ao final do período em análise (junho 2020). Este caso ocupou a agenda mediática durante este período com 8 capas do jornal *CM*, entre 29 de maio e 19 de junho de 2020, passando-o para o debate inflamado que se gerou na agenda pública. A rede social *Twitter* foi um palco relevante para o debate em torno deste caso, nomeadamente sobre a forma como os *media* cobriram o assunto (anexo 3). O caso do assassinato da Beatriz, relatado ao mais ínfimo pormenor no jornal *CM*, impeliu-nos a criar a variável “Descrição pormenorizada do crime” (gráfico 14). Com exceção deste caso, a maior parte das peças nos dois jornais não continham os pormenores dos crimes, mas devemos ter presente que no *Público* a diferença entre o “sim” e o “não” é bastante superior à do *CM*. Daqui aferimos que tal se pode ficar a dever aos diferentes tipos de cobertura (sensacionalista ou mais informativo). O termo “sensacionalista” apresenta uma conotação negativa e quando a ideia das pessoas é julgar uma publicação de um jornal ou dar a entender que algo não é “sério”, este é o termo que utilizam. A descrição pormenorizada dos crimes, com elementos desnecessários e até supérfluos são características deste tipo de jornalismo, assim como extrair da notícia o máximo de emoção, extrapolando-a de forma exagerada para o público (Angrimani, 1994, p. 15). Também Sutherland *et al* (2015) confirmou que é comum estas notícias terem um carácter provocativo em vez de darem a conhecer a situação. O *CM*, no que toca às notícias de violência doméstica e assassinato, adotou uma série de características que se aproximam

do sensacionalismo: as manchetes provocam reações intensas e a escrita é explícita, como demonstram os seguintes exemplos:

*Cinco golpes na cabeça matam Beatriz*<sup>26</sup>

*Desfigurada com marcas de sova*<sup>27</sup>

*Tapa cabeça da mulher e dá-lhe uma paulada*<sup>28</sup>

*Sova mulher e ameaça matá-la com serrote*<sup>29</sup>

Na série documental realizada pelos dois jornais já referida, também verificámos diferenças nos títulos, que clarifica o tipo de linguagem dos jornais. Por exemplo, no *Público*, os títulos foram os seguintes:

*Um professor de Direito Penal em julgamento queixa-se de nazismo de género*<sup>30</sup>

*O que chega a julgamento ainda é a ponta das pontas do icebergue*<sup>31</sup>

*É raro, mas há mães e mulheres no banco dos réus por violência doméstica*<sup>32</sup>

No *CM*, os títulos da série documental foram:

*Agrediu-me quando estava grávida*<sup>33</sup>

*Acordava no chão com ele a pisar-me*<sup>34</sup>

*Ele comprou uma arma para me matar*<sup>35</sup>

Com estes exemplos torna-se perceptível o estilo de escrita jornalística em relação à pormenorização dos factos.

Outro fator importante para perceber a construção deste tipo de peças são os motivos descritos que estiveram na origem do crime. Tanto o *Público* como o *CM*, a maioria das peças não apontaram um motivo para os crimes (gráfico 11), limitavam-se a dar a conhecer a situação, que se traduzia em detenções ou julgamentos por crimes de violência

---

<sup>26</sup> *Correio da Manhã* 31 maio 2020

<sup>27</sup> *Correio da Manhã* 30 maio 2020

<sup>28</sup> *Correio da Manhã* 1 maio 2020

<sup>29</sup> *Correio da Manhã* 14 abril 2020

<sup>30</sup> *Público* 30 maio 2020

<sup>31</sup> *Público* 23 maio 2020

<sup>32</sup> *Público* 20 junho 2020

<sup>33</sup> *Correio da Manhã* 28 fevereiro 2020

<sup>34</sup> *Correio da Manhã* 6 março 2020

<sup>35</sup> *Correio da Manhã* 14 fevereiro 2020

doméstica. No *Público*, os outros motivos mais recorrentes foram o “patriarcalismo/cultura sexista” e o “poder”, sob a forma de:

*É também uma época [carnaval brasileiro] sensível para as mulheres que enfrentam uma libertação de masculinidade tóxica sem paralelo com outros períodos do ano*<sup>36</sup>

*Egípcio que mutilou três filhas vai ser julgado. (...) O Egito banuiu a mutilação genital feminina em 2008 e criminalizou-a em 2016 (...) é praticada para controlar o prazer sexual das mulheres, continua a ser prática habitual em vários países*<sup>37</sup>

No *CM*, os outros motivos mais recorrentes foram os “ciúmes” e a “obsessão”, por exemplo:

*O homem não aceitou o fim da relação amorosa e perseguiu a vítima, controlando a sua vida diária*<sup>38</sup>

*Cega de ciúmes, Liliana, de 30 anos, assassinou João Manuel, com faca de matar porcos*<sup>39</sup>

Podemos assim afirmar que o *Público* prestou mais atenção ao assunto da violência de género como problema social de grande escala e procurou dar a conhecer melhor o fenómeno. Por exemplo, dedicou reportagens ao problema do assédio sexual que se vive mais intensamente durante o Carnaval brasileiro. Por outro lado, o *CM*, reflete o padrão dos seus textos jornalísticos, focados no crime como o acontecimento individual e casual com a descrição pormenorizada, tornando o crime num “espetáculo” como já tinha sido confirmado pela pesquisa de Simões (2011). Também os problemas mentais, o álcool e as drogas (incluídos na categoria “Outros” no gráfico 11) estão entre os motivos para a culpabilização dos crimes, numa tentativa de aliviar a culpa do agressor. Os jornais continuam a incluir estes motivos, apesar de produzirem textos onde defendem o contrário. É o caso do *Público* que produziu uma coluna “*Não há uma relação causal entre o álcool e violência doméstica*”<sup>40</sup> com recurso aos conhecimentos de um sociólogo,

---

<sup>36</sup> *Público* 25 fevereiro 2020

<sup>37</sup> *Público* 6 junho 2020

<sup>38</sup> *Correio da Manhã* 25 janeiro 2020

<sup>39</sup> *Correio da Manhã* 7 março 2020

<sup>40</sup> *Público* 6 junho 2020

onde se retifica que os comportamentos violentos não estão ligados a vícios, mas sim a personalidades violentas, tóxicas e controladoras.

Por vezes uma falta de cuidado no texto jornalístico pode refletir-se na inclusão de alguns termos ou expressões, nas peças de violência de género, que pudessem sugerir a existência de amor. Estas situações foram mais comuns numa altura em que a violência de género era percecionada como um problema privado, como confirmam Varona & Gabarron (2015), a típica expressão do “Amor mata” era habitual nos textos jornalísticos. O gráfico 15 permite-nos confirmar essa mudança gradual que se verificou com o tempo. De facto, a maior parte dos textos jornalísticos não apresentavam palavras ou expressões que remetessem para uma relação saudável ou a utilização de palavras/expressões suaves em vez de expressões feias e duras. Mesmo assim, ainda encontramos expressões deste tipo nos dois jornais, as mais comuns foram a utilização do termo “relação sexual com recurso à força ou sem o consentimento” em vez do termo “violação” ou “*Noite de São Valentim acaba a murro e facada*”<sup>41</sup>. Mais uma vez, o caso do assassinato da Beatriz pelo colega de mestrado retrata um mau exemplo da linguagem jornalística, com a frase:

*Pinga-amor charmoso torna-se assassino cruel*<sup>42</sup>

Também verificámos uma constante necessidade em revelar pormenores e relacionar a vítima com o homicida, sem acrescentar ou alterar nada ao crime:

*Despacho do Ministério Público revela que Rúben Couto dormiu em casa da vítima duas noites seguidas*

*É reportado que Rúben e Beatriz mantinham uma relação amorosa*

*Uma relação que ultrapassava a amizade*<sup>43</sup>

Estas citações provam uma falta de cuidado na cobertura mediática deste caso e até uma romantização deste assassinato. O jornal *Público* deu voz à mãe da jovem assassinada que escreveu um artigo de opinião “*A violência é e será sempre cruel e desumana*”, onde expressou a sua dor e indignação pela forma como a comunicação social noticiou a morte da filha:

Continua a haver uma tendência sensacionalista e especulativa em romantizar a violência (...) Admitindo que a Beatriz pertencia a um grupo de risco (...) ou até mesmo que a Beatriz fosse uma “mulher da vida”, teria o ato de Rúben alguma

---

<sup>41</sup> *Correio da Manhã* 16 fevereiro 2020

<sup>42</sup> *Correio da Manhã* 29 maio 2020

<sup>43</sup> *Correio da Manhã* 5 junho 2020

justificação? (...) Não haveria consternação pela vítima? (...) qual a importância do tipo de relação que havia entre o Rúben e a Beatriz? <sup>44</sup>

Esta situação não é nova e também faz parte do jornalismo de pendor sensacionalista que, como já vimos, procura sempre provocar o máximo de emoções nos leitores. Desde a década de 1970, há o hábito de tornarem os assassinos (e *serial killers*) em protagonistas das notícias, mas também da indústria do entretenimento. Os *media* transformam-nos em celebridades, como aconteceu com o Ted Bundy e o Jeffrey Dahmer, estes estereótipos impedem as pessoas de perceberem a complexidade das mentes destes indivíduos (Bonn, 2014). Esta romantização contribui para uma normalização de situações violentas, onde na maior parte das vezes, as vítimas são mulheres apenas por serem mulheres. É um ciclo sem fim, a prevenção da violência de género torna-se cada vez mais difícil, porque são estas normalizações que apoiam os estereótipos de género que estão na base do problema da violência de género (Franiuk & Scherr, 2013).

Se os *media* detêm um poder significativo na construção de imaginários colectivo e de orientar/direcionar os temas de conversa diária, podem e devem ter a responsabilidade de providenciar informações úteis para vítimas de violência de género, em particular, de violência doméstica. Com o auxílio do gráfico 17, quisemos perceber se os jornais analisados continham estas informações, fornecendo pistas às vítimas. A maior parte das peças jornalísticas não continha essa informação, mas verificámos que o *Público* colocou essas indicações em 22 peças e o *CM* colocou em 17. Apareceram em peças cujo o assunto era a violência doméstica, o assédio sexual, a violação e a pandemia (gráfico 18). Muitas das indicações para as vítimas pedirem auxílio a entidades competentes apareceram através de contactos (números de telefone, email e serviços de mensagens) e a divulgação de casas de abrigo para as vítimas “as autoridades criaram novos canais de denúncia, a qual pode ser feita por telefone (800202148), email (...) e um serviço de mensagens curtas (3060)”<sup>45</sup>. O jornal *CM* disponibilizou este tipo de informação numa rubrica semanal *Não à Violência Doméstica*, que durou os primeiros três meses de 2020.

### **3.3.3. A quem pertenceu o protagonismo no *Público* e *CM*?**

Em relação ao protagonista da notícia é, na maior parte das vezes do sexo masculino e isto reflete-se no facto de ser também o perpetrador do crime, como revelaram dados da

---

<sup>44</sup> *Público* 22 junho 2020

<sup>45</sup> *Público* 1 junho 2020 & *CM* 8 abril 2020

APAV relativos a 2019. No *Público* (gráfico 21) quando o protagonista era do sexo masculino, o atributo que o fazia ser noticiado era por ter sido detido ou julgado, na maior parte pelos crimes de violência doméstica, violação (gráfico 19) ou por ser uma figura pública (casos de Harvey Weinstein, Woody Allen, Plácido Domingo). Já quando o protagonista era do sexo feminino, o atributo pelo qual era noticiado dividia-se em ações da qual foram vítimas (assassinada, assediada), mas também como “figura pública”, “membro do governo” e “membro de movimento feminista”. No *CM* (gráfico 22) o protagonista do sexo masculino surgiu como detido ou julgado, também por ser uma figura pública ou por representar o autor do crime. Estes resultados estão ligados ao facto de a violência doméstica ter sido o assunto mais focado por este jornal (gráfico 20). Em relação ao sexo feminino, a situação é semelhante nos dois jornais: o atributo das mulheres passa por serem as vítimas, sob a forma de agredida, violada ou assassinada. O protagonismo do sexo feminino no espaço mediático deveria ser algo a aplaudir, por colocar as mulheres numa posição marcada na sociedade. No entanto, isto não tem qualquer efeito positivo se este protagonismo continuar a ter por base perceções sexistas e androcêntricas ou crimes hediondos (Simões, 2011, p. 404). O destaque das mulheres enquanto vítimas do crime – em algumas notícias com muitos pormenores – vai reforçar mais um estereótipo de género, a vulnerabilidade e fraqueza das mulheres, que apesar da violência a que estão sujeitas, devem fazer de tudo para a sua relação funcionar (Franiuk & Scherr, 2013). A figura agressora mulher também existe e esteve presente apenas no jornal *CM*, mas com valores muito inferiores. No entanto, a investigação realizada por Rita Simões (2011, p. 450), *Crime, Castigo e Género nas Sociedades Mediatizadas*, diferenciou uma forma de noticiar agressores e agressoras. Por exemplo, percebeu que as mulheres agressoras são descritas como menos violentas, agindo de forma racional. No caso dos homens, encontraram justificações com base nas emoções (ciúme ou paixão arrebatadora). Pelo contrário, na nossa investigação, não encontramos muitas diferenças na linguagem. As mulheres agressoras também foram descritas com base nas emoções:

*Dominada por ciúmes, aqueceu líquido e atacou o jovem, que dormia*<sup>46</sup>

*Mata marido com facada por ciúmes*<sup>47</sup>

---

<sup>46</sup> *Correio da Manhã*, 21 junho 2020

<sup>47</sup> *Correio da Manhã* 16 maio 2020

### **3.3.4. Caracterização das vítimas e dos agressores**

As ilustrações nas peças jornalísticas (fotografias ou desenhos) podem ter um papel esclarecedor para o público, ao representar um cenário real do crime e oferecer elementos visuais da situação. A maior parte das notícias no *Público* estavam acompanhadas com imagens perceptíveis, onde a figura de destaque (na maior parte das vezes) era a vítima ou o agressor. Em relação às vítimas, o seu aspeto era descontraído ou sofisticado (gráfico 29), porque as fotografias não as representavam em modo “vítima”, mas sim num determinado momento da sua vida em que não eram vítimas. Já a figura do agressor, aparecia como descuidado, quando o assunto eram detenções ou julgamentos e também sofisticado, no caso de os agressores serem figuras públicas, geralmente homens. No *CM*, verificámos uma situação um pouco diferente. Na maior parte das fotografias, a vítima aparecia maltratada (gráfico 30), verificámos que este jornal tem o hábito de ilustrar as peças de crimes de violência de género através de reconstituições com pessoas reais ou desenhos. O agressor surge descuidado, mais uma vez, num contexto de uma detenção ou acompanhado de autoridades policiais. Destacamos ainda a variável “Expressão de poder” (gráfico 33), que nos indicou se as personagens nas fotografias nos transmitiam uma energia (através do olhar, da pose) em que estavam submissas ou dominantes. No *Público*, a maioria dos indivíduos transmitiram-nos uma sensação de domínio, refletida em muitas peças que focavam manifestações de mulheres contra a violência de género. O gráfico 34 relativo ao *Público*, mostra-nos que na maior parte das fotografias das vítimas, existia uma expressão de domínio, o que pode parecer contraditório (à partida, as vítimas teriam uma expressão de submissão). Apesar de estas mulheres serem as vítimas, através das fotografias transmitiam uma sensação de união e força, popularizando o termo “*empowerment*” feminino e, nestes casos, seria impossível visualizar uma expressão de submissão. No *CM*, a submissão foi a expressão de poder com mais presença, associada às vítimas.

---

<sup>48</sup> *Correio da Manhã* 7 março 2020

## Conclusão

Antes de mais, importa notar que a cobertura de situações de violência de género sofreu claramente uma limitação devido à pandemia. Era uma situação já esperada antes de se iniciar a análise dos jornais e que se confirmou: a pandemia e o confinamento ocuparam as agendas mediáticas do *Público* e *Correio da Manhã*, o que resultou num decréscimo das peças sobre violência de género, a partir de março de 2020 e manteve-se até ao início de maio, acompanhando o desconfinamento que estava a ocorrer em Portugal. Podemos, então, afirmar que as próprias agendas mediáticas também “desconfinaram” nas suas listas de assuntos prioritários, passando a incluir outros assuntos, como a violência de género. Durante este período de maior concentração num só assunto, a violência de género foi um pouco esquecida, o mesmo não ocorreu com a violência doméstica. Verificámos uma tendência, nos dois jornais, em transformar o confinamento numa justificação para uma possível subida de casos de violência doméstica.

No seguimento do que acabámos de referir, consideramos que a principal conclusão deste trabalho assenta no facto da violência de género, enquanto conceito, ter sido quase obscurecida pela violência doméstica. Ainda assim, notámos que o *Público* de forma homogénea conseguiu distribuir a atenção por vários assuntos do foro da violência de género, ou seja, não se focou inteiramente na violência doméstica. As peças no *Público* também revelaram um carácter investigativo, com reportagens nos locais, com recurso a dados estatísticos ou entrevistas a pessoas qualificadas para falarem sobre os assuntos, explicando os fenómenos sob análise. No entanto, o *Correio da Manhã* demonstrou uma preferência em relatar casos isolados e regionais, com uma atenção muito concentrada na violência doméstica. Os tipos de ofensas que não resultaram em ferimentos graves ou morte, mas que constituíam situações de violência de género, por exemplo o assédio sexual, a perseguição ou o sexismo, tiveram pouca cobertura por parte do *Correio da Manhã*. A predileção por noticiar crimes de sangue e de cariz sexual parece ser uma tendência que já tinha sido testemunhada por vários investigadores. Como refere Simões (2011, p. 439), há um obscurantismo relativo a formas de violência de género bastante comuns, mas que normalmente não têm um final trágico. A violência doméstica entre casais assumiu um papel de protagonismo que nunca deixou de ter, inundando as secções de sociedade e nacional, e ofuscando o fenómeno da violência de género, como um problema de raiz nas sociedades.

Este facto leva-nos a outra das conclusões: a proeminência dos casos isolados sem continuidade no tempo, reforçando a ideia que os casos de violência de género não têm o mesmo peso nas agendas mediáticas que outros assuntos. A exceção foi o caso do assassinato da estudante Beatriz às mãos do seu colega de mestrado. Este crime teve continuidade no *Público* e *Correio da Manhã*, mas foi especialmente explorado e revelado ao pormenor pelo segundo órgão de comunicação. Apesar de os pormenores terem feito parte da cobertura deste caso, o mesmo não se verificou para as demais peças sobre violência de género, porque se limitavam a descrever as situações de forma genérica. No entanto, quando existia uma descrição pormenorizada dos crimes, a linguagem era explícita e até violenta no *Correio da Manhã*. Com este resultado, podemos concluir que este órgão de comunicação se socorre de muitas técnicas a nível da escrita jornalística que se incluem no apelidado jornalismo sensacionalista, como demonstraram os títulos e excertos citados no trabalho. No *Público*, os títulos atribuídos a peças sobre crimes de violência de género não apresentaram uma linguagem “vulgar”, optando por utilizar expressões mais científicas.

Gostaríamos de realçar que a elevada cobertura mediática do assassinato da Beatriz, já mencionado anteriormente, resultou na passagem deste assunto como prioritário nas agendas mediáticas dos jornais, para um assunto prioritário na agenda pública. A discussão e a indignação, em torno da escrita jornalística, tomaram conta das pessoas e tiveram lugar nas redes sociais. De facto, concluímos que este caso foi romantizado no *Correio da Manhã*, através da figura do assassino (apelidado de “pinga-amor” e “charmoso”) e do tipo de relação que existia entre vítima e agressor. De forma genérica, nas restantes peças analisadas, não notámos uma romantização dos crimes.

O protagonismo foi atribuído, na maior parte dos casos, aos homens enquanto agressores, em que o foco das notícias estavam nas suas detenções ou nos julgamentos. No caso das mulheres, surgiram como protagonistas enquanto vítimas de um crime ou de uma situação desconfortável. No entanto, nas fotografias que acompanhavam os textos surgiam com um aspeto saudável, porque não estavam em modo “vítima”. Verificámos que existiam duas formas de os homens surgirem em fotografias quando eram os agressores: apareciam “descuidados” num contexto de detenção, ou seja, depois de cometerem o crime ou então apareciam bem vestidos e a posar, no caso de serem figuras públicas. Destacamos ainda, uma tendência para ambos os jornais, ao noticiarem um crime de violência de género sem

uma reportagem no terreno (e por isso, sem fotografias), utilizarem as mesmas imagens de reconstituição em diferentes peças jornalísticas.

Na elaboração do enquadramento teórico relativo ao capítulo do agendamento, destacamos a dificuldade em encontrar estudos que tivessem focado o agendamento dos *media* da violência de género, principalmente sobre a realidade portuguesa. Quando o tema é a violência doméstica ou apenas a violência/discriminação contra as mulheres, encontrar literatura revelou-se mais fácil. Ainda assim, consideramos que a revisão de literatura, no capítulo sobre a violência de género, prima por um início interessante e diferente daquilo que já foi produzido. Podemos afirmar que conseguimos oferecer uma perspetiva mais histórica da evolução das perceções sobre os papéis atribuídos ao sexo feminino e masculino, em diferentes épocas da humanidade. Outro dos contributos deste trabalho assenta em ser mais uma investigação para os Estudos feministas dos *media*, que resulta em mais informação e mais pistas sobre uma questão que não pode ser marginalizada ou normalizada, mas sim debatida, como problema social de grande escala. Embora tenhamos optado por realizar uma análise de conteúdo, também teria sido enriquecedor alargar a investigação a mais órgãos de comunicação portugueses, assim como o tempo de análise, mas também proceder a uma comparação entre um jornal português e um jornal estrangeiro (de um país não ocidental) com uma linha editorial semelhante, para tentar perceber como funciona o agendamento da violência de género em diferentes sociedades. Para futuros estudos, seria interessante, realizar uma análise de discurso dos textos jornalísticos e até uma análise de imagem, com recurso a uma abordagem semiótica, das fotografias utilizadas nas peças dos jornais.

## Bibliografia

- Amâncio, L. (2003). O gênero no discurso das ciências sociais. *Análise Social*, 38(168), 687-714. Retrieved from <http://www.jstor.org/stable/41011822>
- Angrimani, D. (1994). *Espreme que sai sangue: um estudo do sensacionalismo na imprensa* (Vol. 47). Summus Editorial.
- APAV. (2019). *Estatísticas APAV: Relatório Anual 2018*. Lisboa: APAV.
- Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragem e Circulação. (2020). *Análise Simples*. <http://www.apct.pt/analise-simples>
- Azevedo, S. R., & Garcia, L. G., (2011). Violência Contra Mulheres na Agenda Midiática. *Espaço do Currículo*, 4(1), 3-21.
- Balestero, G. S., & Gomes, R. N. (2015). Violência de gênero: uma análise crítica da dominação masculina. *Revista CEJ*, 19(66).
- Beauvoir, S. (2010). *The Second Sex* [PDF]. Knopf.
- Bonn, S. (2014). *Why We Love Serial Killers: The Curious Appeal of the World's Most Savage Murderers*. Skyhorse.
- Bourdieu, P. (2012). *A Dominação Masculina* [PDF]. Retrieved from: [https://www.academia.edu/36538728/Pierre\\_Bourdieu\\_A\\_Domina%C3%A7%C3%A3o\\_Masculina](https://www.academia.edu/36538728/Pierre_Bourdieu_A_Domina%C3%A7%C3%A3o_Masculina)
- Butler, J. (1988). Performative Acts and Gender Constitution: An Essay in Phenomenology and Feminist Theory. *Theatre Journal*, 40(4), 519-531.
- Butler, J. (1990). *Gender Trouble: Feminism and the subversion of identity*. New York: Routledge.
- Cerqueira, C., & Gomes, S. (2017). Violência de Género nos *Media*: Percurso, Dilemas e Desafios. In S. Neves & D. Costa (Eds.), *Violências de Género* (pp. 217-238). Lisboa: Edições ISCSP.
- Cohen, B. (1963). *Press and Foreign Policy*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press. Retrieved from <http://www.jstor.org/stable/j.ctt183q0fp>

Conselho Económico e Social de Portugal. (2021, Maio 26). *Manual de Linguagem Inclusiva*. <https://www.portugal2020.pt/content/conhece-o-novo-manual-de-linguagem-inclusiva>

Council of Europe. (2011). *Council of Europe Convention on preventing and combating violence against women and domestic violence*, (Report No. 210). France: Council of Europe.

Council of Europe. (2016). *Encouraging The Participation Of The Private Sector and the Media In The Prevention Of Violence Against Women And Domestic Violence: Article 17 Of The Istanbul Convention*.

Creswell, J. (2003). *Research Design: Qualitative, Quantitative, and Mixed Methods Approaches*. Sage Publications, Inc (Ed.).

Cruz, S. U. (2010). A representação da mulher na mídia: um olhar feminista sobre as propagandas de cerveja. *Travessias*, 2(2).

Davie, W. R., & Maher, T. M. (2006). Review and Criticism: Research Pioneer Tribute—Maxwell McCombs: Agenda-Setting Explorer. *Journal of Broadcasting & Electronic Media*, 50(2), 358-364.

Dias, I. (2004). *Violência na Família: Uma Abordagem Sociológica*. Porto: Edições Afrontamento.

Dias, I. (2017). Matrizes Teóricas da Violência de Género. In S. Neves & D. Costa (Eds.), *Violências de Género* (pp. 23-44). Lisboa: Edições ISCSP.

Engels, F. (1984). *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado* [PDF]. Retrieved from [https://www.academia.edu/31540076/ENGELS\\_A\\_origem\\_da\\_fam%C3%ADlia\\_da\\_propriedade\\_privada\\_e\\_do\\_Estado\\_pdf](https://www.academia.edu/31540076/ENGELS_A_origem_da_fam%C3%ADlia_da_propriedade_privada_e_do_Estado_pdf)

Franiuk, R., & Scherr, S. (2013). “The Lion Fell in Love with the Lamb” Gender, violence, and vampires. *Feminist Media Studies*, 13(1), 14-28.

Ghanem, S. (1997). The Pictures in our heads. In M. McCombs, D. Shaw & D. Weaver (Eds.) *Communication and democracy: Exploring the intellectual frontiers in agenda-setting theory* (pp. 2-14).

- Há 125 anos as mulheres votaram pela primeira vez. (2018, setembro 19). *Sol*.
- Hague, G., Mullender, A., & Aris, R. (2003). *Is anyone listening?: Accountability and women survivors of domestic violence*. Psychology Press.
- Hamby, S. (2017). On Defining Violence, and Why It Matters?. *Psychology of Violence*, 7(2), 167-180. Retrieved from: [On defining violence, and why it matters. - PsycNET \(apa.org\)](#)
- Hohlfeldt, A. (1997). Os estudos sobre a hipótese de agendamento. *Revista Famecos*, 4(7), 42-51.
- Hooks, B. (2020). *Teoria Feminista*. Lisboa: Orfeu Negro.
- Jenainati, C., Groves, J & Milton, J. (2019). *Feminism: A Graphic Guide*. London: Icon Books Ltd.
- Krolokke, C., & Sorensen, A. S. (2005). Three waves of feminism: From suffragettes to grrls. *Gender communication theories & analyses: From silence to performance*, 1-25. Thousand Oaks, CA: SAGE.
- Marx, K., Engels, F., Lenine & Kollontai, A. (2018). *Contributo para a História do Feminismo*. Lisboa: Aletheia Editores.
- Masood, H. (2020, setembro 11). A #MeToo-Like Wave is Taking the Middle East by Storm. Here's Why it Matters. *Statecraft*. <https://www.statecraft.co.in/article/a-metoo-like-wave-is-taking-the-middle-east-by-storm-here-s-why-it-matters>
- McCombs, M. E., & Shaw, D. L. (1972). *The Agenda-Setting function of mass media*. 176-187.
- McCombs, M. E., & Shaw, D. L. (1993). The evolution of agenda-setting research: Twenty-five years in the marketplace of ideas. *Journal of communication*, 43(2), 58-67.
- McCombs, M. E., & Valenzuela, S. (2007). The agenda-setting theory. *Cuadernos de información*, (20), 44-50.
- McCombs, M. E., Shaw, D. L., & Weaver, D. H. (2014). New directions in agenda-setting theory and research. *mass communication and society*, 17(6), 781-802.

- McKernan, B. (2020, July 23). Murder in Turkey sparks outrage over rising violence against women. *The Guardian*. <https://www.theguardian.com/world/2020/jul/23/turkey-outrage-rising-violence-against-women>
- Neuendorf, K. A. (2002). *The Content Analysis Guidebook*. Sage Publications, Inc. (Ed.).
- Nicholson, L. (1981). "The Personal is Political": An Analysis in Retrospect. *Social Theory and Practice*, 7(1), 85-98. Retrieved April 26, 2021, from <http://www.jstor.org/stable/23560229>
- Nicholson, L. (2010). Feminism in 'Waves': Useful Metaphor or Not? *New Politics*, XII(4), 1-7. Retrived from: [New Politics Vol. XII, No. 4, Whole Number 48 - New Politics](#)
- Lippmann, W., & Oliver Wendell Holmes Collection (Library of Congress). (1922). *Public opinion*. New York: Harcourt, Brace and Company.
- Park, R. E., Burgess, E. W., McKenzie, R. D., & Wirth, L. (1925). *The city*. Chicago, Ill: The University of Chicago Press.
- Raquel, M. (1972). *Agenda Doméstica: 1972*. Porto: Porto Editora.
- Rentschler, C. (2014). Rape Culture and the Feminist Politics of Social Media. *Girlhood Studies*, 7(1), 65-82.
- Richards, T. N., Kirkland Gillespie, L., & Dwayne Smith, M. (2011). Exploring News Coverage of Femicide: Does Reporting the News Add Insult to Injury? *Feminist Criminology*, 6(3), 178–202.
- Rodrigues, L., Carneiro, N & Nogueira, C. (2017). Violência Transfóbica: Aproximações críticas e Horizontes de Resistência. In S. Neves & D. Costa (Eds.), *Violências de Género* (pp. 261-282). Lisboa: Edições ISCSP.
- Rodrigues, A. (2018, janeiro 10). *100 mulheres escrevem contra o movimento #metoo*. Máxima. <https://www.maxima.pt/atual/detalhe/100-mulheres-escrevem-contra-o-movimento-metoo>
- Saperas, E. (1987). *Los efectos cognitivos de la comunicación de masas*. Barcelona: Ariel.
- Scheufele, D. A., & Tewksbury, D. (2007). Framing, agenda setting, and priming: The evolution of three media effects models. *Journal of communication*, 57(1), 9-20.

Scott, J. (1995). Gênero: Uma Categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, 20(2), 71-99. Retrieved from: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>

Secretaria de Estado para a Cidadania e a Igualdade. (2019, Setembro 6). *Guia de boas práticas dos órgãos de comunicação social na prevenção e combate à violência contra as mulheres e violência doméstica*. <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/comunicacao/documento?i=apresentacao-do-guia-de-boas-praticas-dos-orgaos-de-comunicacao-social-na-prevencao-e-combate-a-violencia-contra-as-mulheres-e-violencia-domestica>

Shoemaker, P. J., & Vos, T. (2009). *Gatekeeping theory*. Routledge.

Simões, R. (2011). *Crime, castigo e género nas sociedades mediatizadas: Políticas de (In) justiça no discurso dos media* (Doctoral dissertation).

Simões, R. (2014). Do “pessoal ao político”: Tensões, paradoxos e implicações da mediatização da violência contra as mulheres em Portugal. *Media & Jornalismo*, 14(25), pp. 33-51.

Skinner, T., Hester, M., & Malos, E. (2012). Methodology, feminism and gender violence. In M. H. Tina Skinner, *Researching Gender Violence* (pp. 1-17). New York: Routledge.

Soares, M. B. (2015). *A Violência na Comunicação Social*. Santo Tirso: Editorial Novembro.

Soares, A. S., Branco, E., & Alves, F. (2019). *Relatório Preliminar do Observatório de Mulheres Assassinadas*. Almada: UMAR.

Stearns, P. (2006). *Gender in World History*. New York: Routledge.

Subtil, F., & Silveirinha, M. J. (2017). Planos de igualdade de género nos *media*: para uma (re) consideração do caso português. *Media & Jornalismo*, 17(30), 43-61.

Subtil, F. (2020). *Género, Comunicação e Media: Que desafios?* [PowerPoint slides]. Retirado de ESCS-IPL. Seminários formativos para profissionais e estudantes de comunicação.

Sutherland, G., McCormack, A., Pirkis, J., Eastal, P., Holland, K., & Vaughan, C. (2015). *Landscapes: Media representations of violence against women and their children: State of knowledge paper*. Sydney: ANROWS.

United Nations, General Assembly, *Declaration on the Elimination of Violence against Women*, A/RES/48/104 (23 February 1994), available from <https://undocs.org/en/A/RES/48/104>

United Nations. (1995). *Report of the Fourth World Conference on Women* (Report No. 96.IV.13).

United Nations. (2014, September 22). *Emma Watson at the HeForShe Campaign 2014 -Official UN Video* [Video]. Youtube. <https://www.youtube.com/watch?v=gkjW9PZBRfk&t=200s>

United Nations Women. (2019, November 18). Portal UN Women. Retrieved from <https://www.unwomen.org/en/news/stories/2019/11/compilation-ways-you-can-stand-against-rape-culture>

Varona, D., & Gabarrón, N. (2015). El tratamiento mediático de la violencia de género en España (2000-2012): agenda setting y agenda building. *InDret*.

Walby, S., Olive, P., Towers, J., Francis, B., Strid, S., Krizsán, A. ... Armstrong, J. (2015). *Stopping rape: Towards a comprehensive policy*. Bristol: Policy Press.

Williamson, E., Lombard, N., & Brooks-Hay, O. (2020). Domestic violence and abuse, coronavirus, and the media narrative. *Journal of gender-based violence*, 4(2), 289-294.

World Health Organization. (2002). *World report on violence and health*. (Report No. HV 6625). Retrieved from [https://www.who.int/violence\\_injury\\_prevention/violence/world\\_report/chapters/en/](https://www.who.int/violence_injury_prevention/violence/world_report/chapters/en/)

Yang, F. (2007). Beautiful-and-Bad Woman: Media Feminism and the Politics of Its Construction. *Feminist Studies*, 33(2), pp. 361-383.

## Anexos

**Anexo 1** – Saoirse Ronan e Timothée Chalamet para a sessão fotográfica “*Gender-Bending*”



Fotografias: Collier Schorr para a *Entertainment Weekly*



**Anexo 2** – Harry Styles na promoção do programa norte-americano *Saturday Night Live*



Fotografia: Mary Ellen Matthews/NBC

### Anexo 3 – *Printscreen* de um *tweet* sobre o caso do assassinato da Beatriz em maio de 2020



### Anexo 4 – Diário de bordo (período de estágio SIC)

No presente diário de bordo do estágio na SIC, decidi descrever os primeiros dias na redação. Desta forma é possível ter um ponto de partida mais pormenorizado para contextualizar o leitor. Depois decidi separar em dois blocos, cada um dedicado à equipa onde estive inserida. Antes de iniciar a descrição, importa salientar que todos os estagiários têm acesso ao email interno da redação e existe um calendário para estes, consultarem a rotatividade nas várias zonas da redação durante os meses de estágio, criado pela produtora editorial, a Marisa Silva.

#### 6/01/2020 - Primeiro Dia

No primeiro dia entrámos às 10:00, e esperámos durante uns minutos que alguém dos recursos humanos nos viesse buscar. Quando tal ocorreu, subimos para o piso dos recursos humanos para assinar o contrato de estágio, seguindo depois para a redação, onde nos foi proporcionada uma visita guiada, realizada pela produtora editorial. Esta visita aconteceu por volta das 11 da manhã. A redação estava repleta de jornalistas e o barulho era muito. Conhecemos os estúdios, a régie, fomos às salas dos editores de imagem e andámos por toda a redação para perceber onde se localizam as várias editorias e secções, incluindo a redação do *Expresso*. Fomos recebidas por um dos subdiretores de informação, o Pedro Cruz (a pessoa que nos tinha entrevistado em outubro) que nos deu as boas-vindas e alguns conselhos.

Depois das apresentações iniciais, a produtora editorial, Marisa, explicou-nos a nós, às quatro estagiárias da informação, que iríamos ficar em zonas diferentes e começou a distribuir-nos. Logo percebi que existem certos pontos de passagem obrigatória para os estagiários, como a Agenda, o Online, o Opinião Pública e fazer uma semana de

madrugadas. O meu horário na **edição da manhã** era das 5:00 às 10:00 da manhã. A Marisa perguntou-me antes se eu conseguia fazer este horário, eu disse que sim porque conseguia ter boleia. Explicou-me que este ano, tinham feito alterações, entre elas a edição da manhã passar a ser um ponto obrigatório para estagiários, também para perceberem como é que funciona a produção de um noticiário. Regra geral, os estagiários começam sempre na Agenda, mas eu e outra estagiária fomos as primeiras que quebrámos esse ciclo. Embora tenha sido dispensada nesse dia, decidi ficar mais uns momentos. Coloquei-me próximo de uma jornalista da edição do meio dia, a Liliana Carvalho e tive ao pé dela durante duas horas. Durante esse período, observei o que fazia. Explicou-me como e onde é que os jornalistas escreviam, como é que as peças vão para ‘o ar’, o programa que utilizam (o ENPS). No primeiro dia tive uma aula teórica sobre como trabalhar com o *Master*, escrever oráculos, etc. Senti-me muito bem-vinda por todos. Sempre que comunicava a alguém que iria começar na edição da manhã, ficava tudo surpreendido porque isso nunca tinha acontecido, e diziam ‘atiraram-te aos lobos’ ou ‘vais começar mesmo a sério’. Mas apesar disto, todos diziam que a equipa da manhã é muito competente e divertida.

### **7/01/2020-10/01/2020 – Primeira Semana**

Terça feira, dia 7, foi, na verdade, o meu primeiro dia. Entrei às 5 da manhã, mas a restante equipa tinha entrado às 4:30, mas disseram-me que não era preciso estar tão cedo. Na primeira semana, neste horário, havia outra estagiária que iria estar apenas nessa semana e foi ela que me ensinou, muito detalhadamente, o que era fundamental perceber para poder trabalhar. No primeiro dia, escrevi dois off’s que foram revistos e aprendi que são pequenos textos que não costumam ultrapassar os 30 segundos e são “pintados” com imagens. Quando vão para o ar, o texto é lido pelo pivot, enquanto as imagens estão a passar. Os primeiros que escrevi estavam grandes, tive de os cortar substancialmente. Aí comecei a perceber a estratégia para os escrever e a diferenciá-los das peças.

Nesta primeira semana, estive sempre ao lado da outra estagiária, que me foi ensinando a editar. O meu objetivo era ficar completamente independente no uso dos programas, da edição de imagem, porque a partir da semana seguinte, iria ser a única estagiária nesta equipa. Eu e a outra estagiária dividimos os destaques, para ser mais rápido, até porque eu ainda demorava algum tempo a fazê-los, por falta de prática. Na edição da manhã existem muitos tempos mortos. Se durante duas horas o trabalho é intenso e stressante, nas horas seguintes pode não haver nada para fazer.

Estive inserida na equipa da edição da manhã do dia 7 de janeiro a 21 de fevereiro. Inicialmente estava previsto manter-me na Edição da Manhã apenas até 14 de fevereiro, sendo que passaria a 17 de fevereiro para a secção do online. Este plano não se concretizou e acabei por permanecer na edição da manhã uma semana a mais do que estava previsto inicialmente. A edição da manhã é o primeiro bloco noticioso do dia, começa às 6:00 e termina às 9:45. A equipa chega às 4:30 e eu chegava às 5:00. A maior parte das notícias transmitidas neste bloco, são reaproveitadas da edição da noite anterior. No entanto, antes de o noticiário ‘ir para o ar’ e durante o período de transmissão, a equipa está sempre ocupada a fazer peças, off’s, cortar th’s ou ‘vivos’ ou a mandar jornalistas para os locais onde já estavam previstos acontecerem os diretos. Durante o tempo na edição da manhã, cheguei a realizar alguns trabalhos para a edição do meio dia (edição seguinte), nos momentos em que existiam poucos elementos na equipa.

A equipa da edição da manhã é constituída pelo Miguel Veiga (coordenador), João Moleira, Paulo Nogueira e Mónica Martins que costumam ser os pivots de forma rotativa e as jornalistas Andreia e Marta. Apesar da equipa ser composta por estas pessoas na maior parte do tempo, também existem trocas/substituições com outras equipas. No tempo em que estive na equipa trabalhei uma semana com a outra estagiária que também lá estava, mas durante as semanas que lá estive, trabalhei quase sempre com a Mónica, a Andreia e a Marta que me ensinaram tudo o que tinha de saber para conseguir trabalhar, por exemplo como mexer no programa, deram-me conselhos sobre a escrita, corrigiram-me os textos.

Enquanto estive na manhã, normalmente ficava encarregue dos destaques e de off’s que precisavam de ser elaborados/produzidos. Os destaques na manhã passam depois de um intervalo, entre as 7:30 e as 8:00, por isso, a primeira coisa que fazia eram os destaques. Nos tempos ‘mortos’, treinava a escrita dos off’s que eram corrigidos pela Mónica. Ao longo das semanas, ela e o coordenador foram notando uma grande melhoria e evolução desde o início. Às vezes escrevia off’s para a edição do meio dia que em determinadas alturas, tinha poucos jornalistas. Em relação ao acompanhamento que me faziam, tudo dependia do volume de trabalho, obviamente assuntos com uma elevada cobertura mediática exigiam mais atenção dos jornalistas e, nesses momentos, eu estava mais independente. Para além dos destaques e off’s, também fiz bastantes blocos de imagens que servem para ‘pintar’ entrevistas em estúdio, por exemplo sobre antevisões de jogos de futebol, as ligações em direto com agências de valores, entrevistas sobre eventos

culturais ou durante o período do Brexit. Por diversas vezes, durante a edição da manhã também tive de ligar para a proteção civil ou bombeiros de varias zonas do país, incluindo ilhas. Isto acontecia quando havia a necessidade de confirmar a existência de estradas cortadas por causa do mau tempo, incêndios, etc.

No dia 7 de fevereiro aconteceu uma coisa diferente, um repórter de imagem e um produtor perguntaram-me, com o consentimento do meu coordenador, se queria ir gravar umas cenas que iriam fazer parte de uma peça que um jornalista da SIC Porto estava a preparar. Precisavam de uma rapariga jovem e eu aceitei. A jornalista Conceição Lino foi connosco porque precisava de voltar a gravar uns planos para uma série de reportagens que estava a preparar e aproveitou a boleia. Iríamos gravar em vários locais de Lisboa. No caminho, explicaram-me que esse jornalista estava a fazer uma reportagem sobre um violador condenado e que no dia que foi libertado voltou a violar raparigas. A ideia era reconstituir o contexto em que ocorreu uma dessas violações, neste caso a rapariga em questão tinha saído do autocarro e ele seguiu-a, era isto que tínhamos de representar, eu a sair do autocarro e um homem a perseguir-me. Os locais de gravação seriam uma paragem de autocarros em Benfica, próximo do centro comercial Fonte Nova e na estação de comboios de Rio de Mouro. Os 2 *takes* que gravámos acabaram por não ser utilizados, os repórteres explicaram que houve falta de comunicação por parte da equipa do Porto porque a violação tinha acontecido às cinco da manhã e nós estávamos a gravar a reconstituição a meio da manhã com imensa gente à volta. No entanto, os editores de imagem acabaram por aproveitar os planos *topshot* do *drone* do percurso do autocarro. Durou toda a manhã e aprendi imenso, porque tive a oportunidade de perceber a exigência de gravar planos que duram poucos segundos para uma peça e também tive a oportunidade de falar com os repórteres de imagem e com a Conceição Lino que me deram conselhos sobre a profissão de jornalista. Foi uma experiência muito boa e útil para o meu tema do relatório de estágio.

Nas últimas duas semanas nesta edição, a equipa incentivou-me a treinar a escrita de peças, e disseram que eu não podia sair da manhã sem fazer uma peça. Cheguei a escrever a mesma peça ao mesmo tempo que outra jornalista da equipa para treinar, editei-a e ainda fui gravar a voz-off, para aprender a colocar a voz, etc. A Mónica explicou-me que cada jornalista tem a sua forma de escrita e que eu não devia seguir aquilo que ela me ensinou como ‘regra’, apenas conselhos, porque ela própria me disse que está sempre a aprender com os jornalistas seniores. Aproveitei para lhe perguntar sobre o tipo de linguagem que

ela utiliza quando escreve sobre violência de género. Ela explicou-me que tudo depende do background do jornalista, das suas vivências. Por exemplo, esta jornalista estudou educação social, por isso tem uma sensibilidade maior em relação a estes temas. Acabou por me dizer ‘O jornalista não inventa nada, é o diz que disse, confirmando e triangulando sempre as informações’. Na minha última semana nesta edição, fui acompanhar pela primeira vez um direto, que ia acontecer às 9 da manhã, numa feira de emprego na Nova SBE, em Carcavelos. Antes de sairmos, observei a Mónica (a jornalista que ia fazer o direto) a preparar o que ia dizer. A Mónica deu-me a oportunidade de entrevistar alguns alunos, depois de ela fazer o direto. Preparei algumas perguntas e saímos. No entanto, o direto não correu bem por falta de comunicação da régie que colocou a Mónica em direto sem avisar. Isto aconteceu mesmo depois do repórter de imagem que estava com ela, ter dito à régie que ia demorar alguns minutos a montar o material necessário. Não me apercebi destes problemas, apesar de estar junto a eles porque não conseguia ouvir a conversa deles com a régie. No final, disseram-me que se quisesse anotar o direto no meu relatório de estágio, teria de colocar no título ‘Como não fazer um direto’. De facto, ficaram muito aborrecidos porque era uma daquelas situações completamente evitável se tivesse havido comunicação. Aqui percebi que a comunicação, o trabalho em equipa está tudo ligado, não funcionam uns sem os outros, não se consegue fazer televisão sem estes meios.

### **Agenda de Informação**

Passei para a Agenda de Informação no dia 24 de fevereiro, onde me mantive até ao dia 13 de março (dia em que o estágio foi suspenso devido à pandemia). A agenda é uma área indispensável em qualquer redação, constitui uma base, muitas vezes as informações partem da Agenda para os jornalistas, o trabalho é mais intenso e tem poucas pausas, porque há sempre coisas para fazer. O trabalho na agenda passa por marcar os serviços dos jornalistas, agendar os acontecimentos que os jornalistas da agenda consideram ser merecedores da cobertura da SIC, atender telefonemas de pessoas que fazem sugestões de reportagem ou denúncias. Quando é para agendar, fazemos as fichas, onde colocamos qual é o serviço, onde, as horas, com quem, um contacto e assinamos com as nossas iniciais. Há certos eventos que requerem algumas especificidades como é o caso dos julgamentos. Temos sempre de confirmar tudo, isto acontece muito com as greves e manifestações. Explicaram-me que as fichas que fazemos na agenda são muito importantes porque é com base nelas que todos os dias há a reunião de planeamento das

chefias de informação que decidem o que se vai cobrir no dia seguinte, por isso é essencial que as fichas estejam escritas de forma clara e objetiva. Algo de que me fui apercebendo ao longo do tempo na Agenda, é que os acontecimentos em regiões ‘remotas’, são apagados da agenda, não são considerados, no entanto, há jornalistas da agenda que não se importam de incluir esses acontecimentos, no entanto, acabamos por não agendar.

A equipa que constitui a Agenda é fixa, a coordenadora é a Ana Luísa Galvão, os restantes jornalistas são a Isabel, o Pedro e a Joana, normalmente existem sempre 2 ou 3 estagiários. A Agenda de informação é um dos sítios que não funciona sem estagiários. Na agenda há dois horários, o da manhã que é das 9 às 17h e o da noite que é das 12 às 20h. Regra geral, há sempre dois estagiários que intercalam estes horários. Em momentos diferentes fiz os dois horários. Na primeira semana foi bastante trabalhosa, porque coincidiu com o Carnaval, muita gente estava de férias, por isso fiquei no horário da noite com a coordenadora da Agenda, que me conseguiu explicar como tudo funcionava. Esta semana coincidiu com um evento com os ministros que teria no lugar no fim de semana seguinte e eu e a coordenadora tivemos a agendar a presença deles. O que acontece é que os assessores dos ministros só enviam a agenda deles, muito perto das 20h, o resultado foi que, logo no primeiro dia, saí às 21h e a coordenadora saiu às 23h. Apesar do meu horário ser até às 20h, na realidade não significa que a hora da saída seja mesmo essa, porque há dois dias por semana que é inevitável sair mais tarde. Isto acontece porque, à quarta-feira chega a Lusa semanal (da semana seguinte), normalmente são mais de 100 páginas, a coordenadora escolhe o que é para agendar dentro de cada editoria e nós agendamos. O mesmo acontece à sexta- feira, chega a Lusa do fim de semana e da segunda feira. Na última quarta feira de cada mês, chega a Lusa mensal, que ultrapassa as 300 páginas.

No dia 2 de março, confirmaram-se os primeiros casos de coronavírus em Portugal e a partir deste dia, as chamadas que recebíamos eram sobre este tema. No dia de março, pela primeira vez agendei um acontecimento para o dia seguinte que teve origem num telefonema que recebi. Dizia respeito a uma manifestação contra o despejo de várias famílias num bairro em Lisboa. Mais tarde, fui consultar o *planning*, já depois da reunião de planeamento e estava lá marcada essa manifestação com um direto e reportagem no local.

No dia 6 de março, durante a tarde, a coordenadora recebeu uma chamada da receção a dizer que estava um casal na entrada da SIC que queria falar com um jornalista. A Ana Galvão explicou que as coisas não funcionam desta maneira. A Agenda não é um balcão

de atendimento, mas abriu uma exceção e disse que alguém teria de lá ir para ver o que se passava. Perguntou-me se eu estava disponível. Aceitei, avisou-me, no entanto, que se eu percebesse que era uma história sem interesse ou que poderia ser duvidosa, para vir embora, não estar lá mais de 15 minutos, caso contrário iam ‘salvar-me’. Ouvi o casal, anotando o que me diziam. A história era bastante complicada e dramática. Passados 10 minutos, o meu telemóvel tocou. Era um jornalista da agenda a fingir que eu tinha um telefonema na agenda que precisava de atender. O objetivo foi arranjar uma desculpa para eu sair dali. Já na agenda, perguntaram-se se valia a pena, eu expliquei o que me tinham contado, mas como o casal não tinha maneira de ser contactado, não se fez nada com a história.

Durante a primeira semana de março, a dinâmica habitual da agenda mudou, deixámos de agendar muita coisa, por causa do coronavírus, que passou a ser o único tema noticiável. Os dias foram muito intensos pela quantidade de telefonemas que recebíamos a denunciar casos suspeitos de infetados em várias zonas do país, mas quando tentava retirar o máximo de informação das pessoas, estas fechavam-se e pediam anonimato, o que deixava muito a suspeitar a história que contavam. O início da semana foi caracterizado pelo aparecimento da maioria de pessoas infetadas nos concelhos de Lousada e Felgueiras, e os telefonemas que recebi eram de pessoas nesta zona a denunciarem que tinham sido mandadas para casa pelas faculdades, escolas e trabalhos, por serem residentes nestes concelhos, ou seja, diziam-se vítimas de discriminação. Outro assunto muito recorrente nas chamadas, foi a suposta falta de cobertura das mortes por Covid-19, que a SIC não estaria a noticiar (é importante notar que até ao final desta semana, ainda não existiam mortes confirmadas). Estas situações geraram alguma tensão porque é difícil fazer entender às pessoas que não podemos dar notícias com base em rumores, sem serem confirmadas pelas entidades oficiais. A partir da segunda semana de março, em vez de agendarmos acontecimentos, os dias foram passados a adiar ou cancelar eventos. Durante esta semana, o plano de contingência da SIC estava a ser posto em prática, notava-se uma quantidade muito inferior à habitual na redação e no refeitório, muitos jornalistas estavam a trabalhar a partir de casa e as equipas estavam em regime rotativo.

Todos os dias aprendo coisas novas sobre como lidar com as pessoas que telefonam. Um jornalista explicou-me que muitas vezes nós somos como psicólogos porque há pessoas que só querem desabafar. Os telefonemas são muitos todos os dias de toda a parte do país,

às vezes estou mais de 20 minutos a ouvir as pessoas, o que é um pouco aborrecido principalmente quando temos outras coisas para fazer. Mas o mais importante é quando as pessoas querem denunciar uma situação, nós temos de retirar-lhes o máximo de informação, para perceber se vale a pena enviar uma equipa ao local. Outras vezes ligam para saberem se algum jornalista da SIC vai estar presente numa manifestação, evento cultural, etc. Dizemos sempre ‘Está previsto, mas há reuniões de planeamento que podem alterar as coisas à última da hora’, ou seja, nunca podemos dar certezas às pessoas que vamos estar no local, mesmo que esteja planeado.

No dia 13 de março, nós estagiários fomos informados, através de uma email da ESCS, que os estágios estariam suspensos, sem previsão da data de retoma. No mês de julho, a SIC acabou por tomar a decisão de dar os estágios como concluídos, apesar de só termos estado lá dois meses e meio.

Durante os dois meses e meio que estive na redação da SIC/SIC Notícias aprendi que a televisão não se faz sem trabalho de equipa, se alguém comete um erro, o canal como um todo, ‘dá a cara’ e assume o erro. Aprendi a escrever para televisão, aprendi que o tempo em televisão é escasso e 2 minutos parecem 1 hora, aprendi a comunicar com diferentes pessoas e surpreendi-me pela paciência e resiliência que desconhecia possuir e a ‘desenrascar-me’ em contexto de trabalho.

## **Anexo 5 – História do grupo Impresa e SIC**

O grupo IMPRESA nasceu com o Expresso em 1972, com o objetivo de instituir em Portugal, um modelo de jornal que até então não existia, o *broadsheet*. Desde o seu início até à década de 80, decorreu o processo de consolidação da sua linha editorial e concretização na sociedade portuguesa. Ao mesmo tempo, ia-se assistindo ao crescimento de um grupo empresarial privado de media, que se ia adaptando às inovações tecnológicas (ERC, 2018). Nas palavras de Balsemão, o pior momento que o jornal viveu foi em 1975, quando ficou sem receitas de publicidade, devido aos processos de nacionalização do pós 25 de abril (Expresso, 2011, fevereiro 26). Já era desejo de Francisco Pinto Balsemão a implementação da televisão privada em Portugal, algo que até ao momento não existia. Na sua ideia, o grupo IMPRESA podia crescer e diversificar. Em 1987, começou a insistir com a televisão privada, o que deu origem à realização de um documentário onde várias personalidades afirmavam ser ‘precisa’. A televisão privada já não era desconhecida

noutros países, começou a funcionar na década de 1950, no Reino Unido e a Bélgica, nas décadas seguintes começou a aparecer em Itália, na Alemanha, na Holanda, na Grécia e em Espanha (Rebelo, 1993). O aparecimento da televisão privada em Portugal, em 1992 com a SIC, veio mudar o panorama do audiovisual e desafiar a televisão pública a reinventar-se para aprender a lidar com a concorrência da televisão comercial. O caminho para o aparecimento desta nova modalidade já estava lançado, quando a 30 de junho de 1990, a Assembleia da República criou a Alta Autoridade para a Comunicação Social, uma das suas competências seria a ‘isenção do processo de licenciamento dos emissores privados de radiodifusão e radiotelevisão’ (Rebelo, 1993, p.654). O Grupo Impresa mudou com a criação da SIC, surgiu um leque de novas possibilidades de convergência de trabalho entre o jornal impresso e o canal de televisão. No entanto, tal só se verificou na década de 2000, altura em que surge o primeiro programa que une os dois órgãos de comunicação, o *Expresso da Meia Noite*. Em 2009, a SIC juntou-se numa parceria com o portal Sapo, relacionada com os conteúdos digitais, que acabou por gerar uma cooperação positiva a nível tecnológico e comercial e conseguiu aumentar o tráfego em todos os websites de informação que faziam parte da *Impresa Publishing*. Este era um dos objetivos desta editora de revistas e jornais, que em 2011 passou a integrar todos os seus websites no portal Sapo (ERC, 2018, p. 17). A partir daqui, a Impresa mantém-se na fase de aposta no digital, estando o *Expresso* no centro desta estratégia, mostrado, por exemplo, com o lançamento do *Expresso Diário* em 2014 (ERC, 2018).

Atualmente, a Impresa produz 8 canais e o jornal *Expresso*, tem sido líder de vendas entre os jornais impressos. O mesmo se verificou no primeiro trimestre de 2020, com mais de 50 mil exemplares vendidos (APCT, 2020, julho 29). No ano de 2018, foram mais de 4 milhões de espetadores que contactaram diariamente com a SIC, em Portugal<sup>49</sup>. A Impresa acabou por se consolidar como o maior grupo de comunicação social português. Não é apenas constituído por media, mas também conta com ‘empresas nas áreas de gestão de arquivos e documentação, gestão de imóveis e serviços partilhados, criação e produção de eventos, distribuição, produção de conteúdos e mobilidade, fotografia, audiovisual e multimédia, content marketing e solidariedade social’ (ERC, 2018, p.20).

---

<sup>49</sup> Informação retirada da página de apresentação do Grupo IMPRESA

## A SIC

A Sociedade Independente de Comunicação (SIC) foi o primeiro canal de televisão privado a surgir em Portugal, como já referido anteriormente e é uma das muitas marcas que fazem parte do Grupo Impresa. O início desta estação televisiva foi um caminho conturbado desde o seu início até 1995 por falta de investimento, ao contrário do Expresso que teve um início favorável. As emissões da SIC tiveram início a 6 de outubro de 1992, mas só conseguiu a liderança nas audiências em 1995 (*Expresso*, 2011, fevereiro 26). Com a entrada no século XXI, a SIC apostou nos canais de cabo e em 2007 entrou na era digital com as plataformas de conteúdos interativos. Hoje, o canal considera que a componente multimédia é uma prioridade, e por isso, os diversos sites em constante renovação.<sup>50</sup>Dados referentes a 2020 tratados pela CAEM, mostram que a SIC é o canal de televisão mais visto pelos portugueses no ano de 2020, com uma média de 20,35% de share.

Segundo a SIC, outra das prioridades tem sido a ficção nacional, que já deu frutos, com a novela “Laços de Sangue”, a vencer um *Emmy* de Melhor Novela Internacional. A lista das novelas produzidas e exibidas pelo canal é longa, entre elas destacam-se, “Sol de Inverno”, “Mar Salgado”, o *remake* “Dancin’ Days”, “Coração D’Ouro”, “Rainha das Flores”, “Amor Maior”, “Alma e Coração” e, mais recentemente, “Nazaré” e “Terra Brava”. Foi no ano de 2016 que a SIC começou a ser emitida em HD em todos os operadores nacionais. Em 2017, celebrou o seu 25.º aniversário com diversas iniciativas, das quais o grande destaque vai para a Digressão SIC de Todos Nós, que percorreu as 18 capitais de distrito de Portugal Continental durante os meses de junho, julho, agosto, setembro e outubro<sup>51</sup>.

Em 1997, a SIC Internacional iniciou as emissões a 17 de setembro, com o objetivo de chegar às comunidades de portugueses espalhadas pelo mundo.

A 8 de janeiro de 2001, surge a SIC Notícias, o primeiro canal de notícias 24 horas em direto e em português. A 23 de abril do mesmo ano surge a SIC Radical e no mês seguinte, fica online o primeiro site da SIC. A 8 de março de 2003, é lançada a SIC Mulher, no Dia Internacional da Mulher. No mês de outubro do mesmo ano, surge a SIC Esperança, Instituição Particular de Solidariedade Social, transversal a todas as empresas do grupo

---

<sup>50</sup> Informação retirada da página de apresentação do Grupo Impresa

<sup>51</sup> Informação retirada da página de apresentação do Grupo Imprensa referente à SIC

Impresa. Em 2009 a SIC inicia a internacionalização dos canais temáticos e no mês de dezembro desse ano surge a SIC K. Em 2013, é lançada a SIC Caras a 6 de dezembro. A 6 de março de 2017, a SIC reforça a venda de conteúdos no mercado internacional, lançando o site *Content Distribution*.

No total são 8 canais, descritos abaixo, que chegam a 15 países.

SIC: é um canal dedicado à informação, ficção, desporto, *Talk-shows*, concursos, infantojuvenil e documentários; SIC Notícias: é o canal de televisão por cabo da SIC dedicado exclusivamente à informação; SIC Radical: aqui podem-se ver programas de humor nacionais e internacionais, desenhos animados de referência ou programas de crítica social; SIC Mulher: canal temático destinado ao público feminino com magazines, *talk-shows*, ficção, programas de culinária e *reality-shows* nacionais e internacionais; SIC K: É o canal infantil/juvenil da SIC. O canal foi pensado exclusivamente para crianças e jovens entre os sete e os quatorze anos; SIC Caras: Centra-se no entretenimento e celebridades com grande aposta nos magazines nacionais e internacionais da atualidade, cinema, música e nos conteúdos relacionados com o mundo do espetáculo e a vidas dos famosos; SIC Internacional: Um canal dedicado aos portugueses espalhados pelo mundo e aos Países de Língua Oficial Portuguesa. Em qualquer continente, podem ver os programas que passam na SIC generalista; SIC Internacional África: Um canal dedicado aos portugueses e africanos espalhados por África nos Países de Língua Oficial Portuguesa.

Francisco Pedro Balsemão, CEO da IMPRESA, afirmou sobre a SIC, no evento de apresentação da nova grelha de 2019: “Há sete meses que somos líderes incontestáveis. Esta liderança fica-nos muito bem” e “Não somos uma televisão de bazófia. No futuro, temos de fazer mais e melhor. Temos de acelerar a fundo. O futuro à SIC pertence.”